



CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA

SIMONE DE SOUZA CORREIA ARAGÃO

**LINGUAGEM CLARA: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA  
OS MINISTROS DO STJ NA TV**

Brasília - DF  
2007

SIMONE DE SOUZA CORREIA ARAGÃO

**LINGUAGEM CLARA: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA  
OS MINISTROS DO STJ NA TV**

Monografia apresentada para a  
obtenção do título de Especialista  
pelo Curso de Pós-Graduação em  
Assessoria em Comunicação Pública  
do Instituto de Educação Superior de  
Brasília.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia R. F.  
Lemos

Brasília - DF  
2007



Aragão, Simone de Souza Correia.

Linguagem clara : uma questão de justiça : os ministros do STJ na TV / Simone de Souza Correia Aragão ; orientadora Claudia R. F. Lemos. – 2007.

117 f. ; 21 cm x 29,7 cm.

Monografia (especialização) – Instituto de Educação Superior de Brasília, 2007.

1. Poder Judiciário. 2. Superior Tribunal de Justiça. 3. Linguagem Jurídica. 4. TV Justiça. 5. Comunicação Social. I. Lemos, Claudia R. F. II. Título.

CDU 34:316.77

Catálogo na fonte pela Bibliotecária Maria Lucia Silva

SIMONE DE SOUZA CORREIA ARAGÃO

## LINGUAGEM CLARA: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA OS MINISTROS DO STJ NA TV

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Especialização em Assessoria em Comunicação  
Pública aprovado em agosto de 2007.

### Avaliação

A aluna produziu uma monografia que buscou refletir sobre sua atividade profissional, num campo novo e relevante da comunicação pública – aquele dos veículos institucionais, especialmente de televisão e na Justiça. O esforço de entrevistas, análise de material jornalístico e busca de fontes documentais foi compatível com o escopo do trabalho e acrescenta elementos novos aos estudos já disponíveis sobre o objeto. A revisão bibliográfica, particularmente sobre linguagem jurídica, demonstra o empenho em aprofundar criticamente a compreensão do objeto de estudo. Destaco ainda a dedicação da aluna, que resultou em notável evolução entre o projeto inicial da monografia e seu formato final.  
Cláudia Lemos, 27 de agosto de 2007.

Menção: SS



---

Profª Drª Cláudia R. F. Lemos - Orientadora

Brasília - DF  
2007

## Dedico

A Deus, o autor da vida. Ao meu esposo, Ronaldo Aragão, meu maior incentivador, por acreditar no meu sucesso. Aos meus pais, Hildebrando e Hirone, pelo amor, ensinamentos e orações. Aos meus irmãos, Cloude, Rosane e Hilderone, aos cunhados Jaime e Iva, por acompanharem a tarefa árdua, mas prazerosa de concluir este trabalho. À amada sobrinha Raíssa, colaboradora neste projeto com estímulo e preocupação quanto ao meu êxito, aos sobrinhos amados, Arthur e Victor, por compreenderem a ausência da “Tia Si” nas brincadeiras. Em especial ao amado sobrinho, meu “príncipe” Mateus (*in memoriam*), que passou tão rápido por aqui, mas deixou um exemplo de coragem, determinação e alegria e me fez ultrapassar as horas mais difíceis ao lembrar de sua bravura e doçura, luta e vitória! Aos amigos, em especial a Lígia e Lúcio, Denise e Ricardo, Jeanne, Alessandra e Paulinho, por acompanharem minhas reflexões. Aos pastores Delonise e João Wesley, a Meire e Mauro, Vânia e Paulo, pela torcida e pelas orações.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por sempre me sustentar; ao Superior Tribunal de Justiça por viabilizar a realização deste curso; aos colegas da Secretaria de Comunicação Social do STJ e da Coordenadoria de TV que, de alguma forma, participaram dessa conquista, em especial a Luciana de Assunção, Cristina De Lamônica, Regina Célia, Deuza Lopes, Mari Del Fiaco e à colega, também de curso, Cristine Genú, por compartilhar os momentos difíceis e felizes dessa jornada. Ao Stênio Rodrigues pela importante cooperação. E ao Bernardo Mello pela valiosa contribuição. À repórter Monica Andrade, companheira na arte de fazer TV no STJ, pela minuciosa revisão.

Aos colegas e professores do IESB, verdadeiros mestres na tarefa de passar um novo olhar sobre a Comunicação Pública no Brasil e aos colaboradores Carlos Magno e Demise Sobrinho. A Hyldegardes Magalhães pelo empenho.

À cara orientadora, Cláudia Lemos, por dedicar-se ao acompanhamento dos rumos deste estudo acadêmico e por ter ido além de seu compromisso institucional até a conclusão deste.

Ao meu amado esposo, Ronaldo Aragão, por compartilhar momentos de alegria e de dor e me fazer levantar a cada tropeço. E, ainda, por acompanhar todos os passos deste estudo e aplicar seu brilhante conhecimento tecnológico para me auxiliar.

## RESUMO

A fim de conferir maior transparência aos julgamentos e informar a sociedade dos seus direitos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) encontrou na TV Justiça, emissora pública do Poder Judiciário administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2002, uma importante ferramenta para comunicar suas ações. Como medida para efetivar o ingresso do STJ na programação dessa emissora, foi criada uma Coordenadoria de TV dentro da estrutura da Secretaria de Comunicação Social. Entretanto, seria necessária também a participação dos ministros – principais fontes de informação sobre as decisões judiciais – nas matérias, por meio de entrevistas. Este estudo pretende demonstrar o que pensam os magistrados do STJ a respeito da importância de conceder entrevistas sobre suas decisões e sobre a utilização de uma linguagem acessível ao telespectador leigo. Para isso, foi aplicado um questionário aos próprios ministros, assessores, oficiais e chefes de gabinete e aos jornalistas que trabalham no setor de televisão. Foi feita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas. Foi ainda descrita a rotina da Coordenadoria de TV do Tribunal, para avaliar quantitativa e qualitativamente as entrevistas concedidas pelos magistrados nas matérias enviadas diariamente para a TV Justiça. O esperado com o desenvolvimento desse tema é levantar uma discussão em torno do desafio de se traduzir a linguagem jurídica do dia-a-dia dos ministros para o público leigo da TV Justiça.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Superior Tribunal de Justiça. Linguagem Jurídica. TV Justiça. Comunicação Social.



## **ABSTRACT**

TV Justiça, a public cable TV channel controlled by Brazilian Supreme Court (Supremo Tribunal Federal - STF), is an important instrument for the Superior Tribunal de Justiça (STJ) to make trials more transparent and to educate the population about its civic rights. A new sector was created in the court to promote its insertion in TV Justiça programming grid. This work aims to present how magistrates perceive the importance or not of their involvement, as long as their positions about the necessity of being interviewed and expressing themselves using a language accessible to the public. A questionnaire was answered by the ministers, assistants, Office chiefs and by the journalists of the STJ's TV Division. The research instrument intended to get answers for the quantitative and qualitative analysis about the subject. This work also intend to describe the Tribunal's TV Coordination routine, and quantitatively evaluate the ministers participation in the news pieces sent everyday to TV Justiça. Additionally, the evaluation leaded to a quantitative analysis of the magistrates' interviews. The goal on that subject is to bring about the discussion over the challengers of translating the legal language of the judges day-by-day to the non-professional public of the TV Justiça.

**Keywords:** Judicial Power. Superior Court of Justice. Legal Language. TV Justiça. Social Communication.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIÇA, COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM</b>	<b>18</b>
<b>3.1</b>	<b>O poder judiciário: histórico e características</b>	<b>18</b>
3.1.1	<i>Aspectos da linguagem jurídica</i>	18
3.1.2	<i>Superior Tribunal de Justiça: histórico e perfil dos ministros</i>	20
<b>3.2</b>	<b>Da comunicação social à comunicação pública</b>	<b>23</b>
<b>3.3</b>	<b>Linguagem: conceitos e características</b>	<b>24</b>
3.3.1	<i>Relação Judiciário, Imprensa e Sociedade: linguagem: fator de distanciamento</i>	26
<b>4</b>	<b>TELEVISÃO E TV JUSTIÇA</b>	<b>30</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico sobre a televisão</b>	<b>30</b>
<b>4.2</b>	<b>Linguagem televisiva: características</b>	<b>33</b>
<b>4.3</b>	<b>TV Justiça: histórico</b>	<b>35</b>
4.3.1	<i>TV Justiça: finalidade e proposta</i>	35
4.3.2	<i>TV Justiça: instrumento de comunicação pública</i>	37
4.3.3	<i>TV Justiça: programação</i>	40
<b>5</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE LINGUAGEM JURÍDICA NO STJ</b>	<b>42</b>
<b>5.1</b>	<b>Análise do questionário aplicado aos ministros e profissionais dos gabinetes do STJ</b>	<b>42</b>
5.1.1	<i>“Juridiquês”</i>	42
5.1.2	<i>Simplificação</i>	47
5.1.3	<i>Entrevistas</i>	51
5.1.4	<i>Como simplificar</i>	59
<b>5.2</b>	<b>Análise do questionário aplicado aos jornalistas da TV do STJ</b>	<b>62</b>
5.2.1	<i>“Juridiquês”</i>	62
5.2.2	<i>Simplificação</i>	64
5.2.3	<i>Entrevistas</i>	66
5.2.4	<i>Como simplificar</i>	68

5.3	Análise das entrevistas dos ministros do STJ para notícias de TV .....	70
5.4	Notícias para o <i>síte</i> e notícias para TV – adequação da linguagem .....	74
6	CONCLUSÃO .....	77
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	83
	APÊNDICE A – Questionário: Formulário enviado aos ministro do STJ .....	87
	APÊNDICE B – Questionário: Formulário enviado aos assessores, oficiais e chefes de gabinete dos ministros do STJ e aos jornalistas da TV/STJ .....	88
	ANEXO A .....	90

## 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, não conheço do recurso especial com relação à arguição de infringência ao art. 5º, XXXVI e LV da CF/88, porquanto é vedado a esta Corte, em sede de recurso especial, apreciar violação de dispositivos constitucionais, em razão da rígida competência que lhe foi outorgada pelo art. 105, III, da Carta Magna. Quanto à alegação de ocorrência de julgamento **extra petita** – ofensa aos arts. 128 e 460 do CPC –, verifico que tal matéria que não foi enfocada no acórdão recorrido e que tampouco foi objeto dos subseqüentes embargos de declaração. Caso, pois, de aplicação dos óbices previstos nas Súmulas 282 e 356/STF. No tocante à ofensa dos demais dispositivos legais e ao dissídio pretoriano suscitado, de igual modo, o apelo não merece prosperar. Com efeito, é reiterada a orientação jurisprudencial desta Corte – sendo, inclusive, objeto do enunciado da Súmula 308/STJ, que "a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel."

Isso posto, **conheço parcialmente do recurso e nego-lhe provimento.** É como voto. (BRASIL, 2007a, grifo nosso).

Parece, de fato, tratar-se de outro idioma que lembra, vagamente, a língua portuguesa. Como compreender questões tão importantes para a vida das pessoas que recorrem à Justiça e também para tantos outros brasileiros que podem estar na mesma situação? Sem uma tradução para uma linguagem mais simples, compreensível aos leigos na área jurídica, fica praticamente impossível entender o significado de uma decisão.

Esse texto é produto da linguagem jurídica, própria dessa ciência, a qual, somada aos excessos de estilo e ao uso de outros idiomas, mais freqüentemente do latim, deixa qualquer cidadão brasileiro que não tenha conhecimentos da área com a sensação de ser um completo analfabeto. O conjunto de palavras e expressões que formaram a decisão acima demonstra uma relação de distanciamento entre a forma de se comunicar do Poder Judiciário e a de uma pessoa comum.

O afastamento se dá de diversas maneiras consolidadas ao longo da história: ou pelo princípio aristocrático de que o acesso ao Judiciário é exclusivo de apenas uma classe social, ou pelo uso de vestes suntuosas, ou ainda por sua aproximação com o universo religioso, pondo seus membros como mediadores divinos.

Talvez o principal fator que contribua para afastar a Justiça do povo seja a estrutura fechada dos tribunais. Ela se reflete não apenas na organização dessas instituições, mas também na expressão de seus participantes. A retórica jurídica cria uma barreira para aqueles que buscam a Justiça a fim de ver seus direitos respeitados.

O filósofo francês Michel Foucault (1979, apud CARVALHO, 2005, p.9), dedicado a estudar as relações de poder, identificou esse fosso entre as instituições jurídicas e a população:

O tribunal não é a expressão natural da justiça popular, mas, pelo contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la reinscrevendo-a no interior de instituições características do aparelho do Estado.

Esse comportamento reflete um Judiciário que não encontra mais espaço no contexto social atual. O fim do regime militar e a chegada da Nova República despertaram, na sociedade brasileira, o desejo do exercício da cidadania mediante a participação nas decisões políticas do país. Esse movimento levou à redefinição da gestão pública, que passa a ter novas formas de responsabilização dos agentes públicos por meio do controle dos resultados, ou seja, pela ação do cidadão participante sobre os serviços públicos, sobre o Estado. Assim, a população não exerce mais seu papel controlador apenas pelo voto, mas passa a aprovar ou não seus representantes durante todo o mandato. E, a fim de promover a aproximação entre sociedade e governo, os meios de comunicação, devido à influência que exercem sobre a população, transformam-se num instrumento essencial para que os cidadãos acompanhem os atos da gestão pública.

Os princípios de “responsabilização dos gestores públicos” e de “participação social ativa” são imprescindíveis para um controle efetivo das ações e dos gastos públicos e são sustentados pelo conceito de *accountability*, definido como a capacidade de assegurar que os gestores públicos prestem contas por suas ações e saibam que são obrigados a justificar e informar suas decisões e ainda que, eventualmente, podem ser penalizados por elas. (SCHEDLER apud PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2005, p. 25). Para Pereira (1997, p. 49), “quanto mais clara for a responsabilidade do político perante os cidadãos e a cobrança destes em relação ao governante, mais democrático será o regime”.

Uma maneira de controle eficaz por meio da *accountability* social se dá quando alguns movimentos sociais de denúncia se organizam e formam uma estrutura paralela e permanente de supervisão da conduta dos agentes. É um ciclo de interação: a sociedade civil informa os meios de comunicação e é informada por eles. E, ao mesmo tempo, são ativadas ações legais que obrigam as instituições governamentais a incluir na pauta questões que não estavam sendo analisadas. Exemplos como o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992, e a demissão do ex-ministro da Fazenda Antônio Pallocci devido à quebra ilegal do sigilo bancário de um cidadão comprovam que as denúncias dos meios de comunicação associadas à mobilização da sociedade desencadeiam sanções morais e legais. Vê-se, assim, que os mecanismos sociais de controle tornam-se mais eficazes quando as estratégias de mobilização social interagem com as legais e com as da mídia.

Nesse contexto, o Poder Judiciário não poderia se isolar na contramão dos anseios de uma sociedade mais participativa, indo de encontro às mudanças sociais que geraram maior conscientização do controle que os cidadãos podem exercer sobre as ações das autoridades para a conquista de seus direitos, de uma verdadeira cidadania.

O processo de redemocratização pelo qual passou o Brasil e que inclui a elaboração da Constituição de 1988 mudou o perfil do Poder Judiciário e do Ministério Público, hoje instituições mais abertas e transparentes. O clima de desconfiança que envolveu a Justiça com a abertura da CPI do Judiciário – Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional em 1999 – investigando temas até então nunca questionados no nível em que o foram daquela vez, como nepotismo e corrupção, levou esse Poder a reagir a fim de criar uma nova imagem diante da sociedade.

Um dos movimentos que partiu do próprio Poder no sentido de estreitar suas relações com a sociedade foi a implantação de uma nova forma de comunicação. Como parte desse esforço, em agosto de 2002, o Judiciário criou uma emissora pública de TV, coordenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Levando uma nova linguagem para dentro dos Tribunais, a TV Justiça tem o desafio de traduzir o chamado “juridiquês”, modalidade lingüística própria da área do Direito,

para facilitar a compreensão de qualquer cidadão brasileiro, contribuindo para aumentar a transparência desse poder.

O presente trabalho tem como foco principal o estudo da linguagem utilizada pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça ao conceder entrevistas para veiculação no canal de TV do Judiciário. Pretende, ainda, apresentar um breve histórico sobre o STJ e a TV Justiça. A pesquisa foi baseada em dados levantados junto aos gabinetes dos ministros e à Secretaria de Comunicação Social/Coordenadoria de TV.

O tema foi estudado apenas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, tendo como parâmetro televisivo a TV Justiça. Não abrangeu a linguagem utilizada por magistrados de outros tribunais, e outras emissoras não foram objeto desta pesquisa.

O trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro aborda a sistemática de concepção do tema, pesquisas e métodos utilizados para obter e analisar os dados demonstrados no estudo – análises quantitativas e qualitativas por meio de questionário aplicado. O capítulo dois realiza levantamento bibliográfico sobre Justiça, Comunicação e Linguagem, incluindo temas relacionados à Justiça e sua relação com a imprensa e a sociedade e mostra também um breve histórico do STJ e o perfil dos ministros que o compõem. O terceiro ponto abordado traz proposições a respeito de televisão, mais especificamente sobre a TV Justiça. O capítulo quatro dedica-se a expor a pesquisa – seus critérios e resultados – sobre linguagem jurídica adaptada para a TV Justiça realizada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, por meio de questionário.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho iniciou-se a partir da dificuldade experimentada no desempenho das funções de repórter televisiva no Superior Tribunal de Justiça. Há um esforço contínuo dos profissionais de TV do STJ a fim de traduzir as decisões da Casa para uma linguagem acessível ao entendimento da população leiga.

Entretanto, por vezes, as matérias não ficam tão claras quando produzidas com sonoras – entrevistas – dos magistrados. Ao elaborar um texto que incluía a fala de um ministro, o repórter pretende que ele, melhor do que ninguém, por ser o autor da decisão, explique o caso ao público. Mas, em geral, esse não é o resultado alcançado seja devido à linguagem utilizada pela maioria dos magistrados no momento das gravações ou mesmo ao vivo, de difícil compreensão para os cidadãos comuns, seja ainda pela falta de habilidade em lidar com um veículo relativamente novo em sua rotina.

A preocupação sempre foi com o público da TV Justiça, formado não apenas por profissionais do Direito, mas também por leigos na área. A dúvida era se os telespectadores estariam compreendendo o que os ministros declaravam nas entrevistas, ou se a população entenderia apenas parte da matéria, quando o repórter fizesse as locuções em *Off* e as passagens (momento em que aparece o repórter) em que traduzia, num esforço diário, os termos das decisões.

A primeira iniciativa foi colher, por meio de uma pesquisa informal exploratória, a opinião das próprias fontes – magistrados e profissionais envolvidos nas atividades jurídicas do STJ – sobre a necessidade ou não de simplificar a linguagem utilizada pelos ministros, principalmente quando concedem sonoras para a TV Justiça. Em conversas com alguns ministros, com colegas do curso do qual resultou este trabalho, com jornalistas da Casa e do mercado externo, foi identificado que é preciso tornar mais clara a fala dos magistrados do STJ nas entrevistas televisivas.

Após coletar essas opiniões, o tema proposto ganhou força. Iniciou-se, de fato, uma pesquisa documental baseada no levantamento bibliográfico sobre obras



que abordassem a comunicação pública, a linguagem jurídica e o distanciamento que ela causa entre o Judiciário, a sociedade e a imprensa e sobre os movimentos já existentes em direção à simplificação do chamado “juridiquês”. Teorias sobre televisão e sua linguagem também foram estudadas. Na revisão literária, foram apresentados breves históricos sobre o STJ, seus ministros e a TV Justiça.

O trabalho também se valeu da aplicação de questionário aos ministros, assessores, oficiais e chefes de gabinete, além dos jornalistas da Coordenadoria de TV, todos do Tribunal. O instrumento de pesquisa foi elaborado com quatro perguntas – para os ministros, foram apenas três – com as opções “sim”, “não” e “por quê”, permitindo que fossem efetuadas análises não apenas quantitativas, mas principalmente qualitativas das respostas.

Foi realizado ainda um levantamento das matérias produzidas pela Coordenadoria de TV em 2006, para quantificar as estruturadas com entrevistas dos magistrados. No primeiro semestre, os ministros concederam 32 sonoras e, no segundo, houve apenas dezesseis participações deles. Foram destacadas duas reportagens com entrevistas de cada um dos seis presidentes das Turmas de julgamento, num total de doze, para análise. Entretanto um dos presidentes de Turma concedeu somente uma entrevista em 2006, possibilitando a análise de apenas onze matérias.

Em seguida, algumas dessas reportagens foram transcritas como amostra para exame da linguagem utilizada pelos magistrados e da forma como se expressam diante das câmeras. Fez-se ainda uma comparação entre essas matérias de televisão e as notícias sobre os mesmos casos publicadas no *site* do Tribunal. O objetivo foi verificar, por outro instrumento, o esforço para que as reportagens de televisão comuniquem, de forma clara, as ações e decisões do Tribunal, adequando a linguagem conforme os padrões televisivos.

Uma preocupação inicial deste estudo foi como seria possível demonstrar a inadequação da linguagem que os ministros do Superior Tribunal de Justiça utilizam para aplicação em TV e, até mesmo, se caberia científicá-los e seus colaboradores diretos disso. E, ainda, como conseguir que eles adequassem essa

linguagem no momento em que falassem para a televisão. No entanto o trabalho teve-se apenas a colher as opiniões sobre a questão.

A pesquisa apresentou algumas dificuldades como, por exemplo, conseguir a manifestação dos ministros, de seus assessores oficiais e dos chefes de gabinete sobre o assunto. Outro obstáculo encontrado foi obter sonoras dos presidentes de Turma para amostragem da linguagem utilizada. Nos dois casos, a pequena participação pode ser considerada também sinalizadora de uma postura com relação à TV Justiça e à intenção de traduzir o funcionamento do Poder Judiciário para o público.

Quanto às hipóteses levantadas, os resultados obtidos na pesquisa confirmaram apenas algumas delas. Como será demonstrado nos capítulos que se seguem, confirmaram-se as hipóteses de que alguns ministros reconheceriam utilizar uma linguagem imprópria para TV e concordariam que deveria ser mais apropriada; outros reconheceriam o problema, mas não se dispunham a adequar a linguagem que empregam rotineiramente. A dificuldade em conseguir que os ministros participassem da pesquisa, já que a maioria não respondeu ao questionário enviado, pode ser considerada como uma confirmação da hipótese de que alguns deles nem tomariam conhecimento do assunto.

Já a hipótese de que alguns ministros achariam que a linguagem utilizada por eles não interfere na clareza das reportagens, uma vez que a população menos esclarecida e/ou menos favorecida não assiste à TV Justiça por tratar-se de um canal fechado de alto custo, não apareceu nas respostas deles na pesquisa. Também não foi abordada pelos ministros a hipótese de que alguns deles achariam que a linguagem utilizada é adequada por considerarem que a TV Justiça tem um público especializado, composto por advogados, juristas, magistrados, estudantes de Direito e outros, portanto familiarizado com os termos técnicos. Contudo constatou-se que a maior parte dos entrevistados atribuiu à baixa escolaridade da população a dificuldade de entender a linguagem técnica.

A conclusão faz uma síntese dos dados colhidos na pesquisa realizada no STJ, voltando também a alguns pontos da revisão de literatura abordada.

### 3 JUSTIÇA, COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

#### 3.1 O poder judiciário: histórico e características

“Olho por olho, dente por dente.” Dessa conduta adotada como forma de fazer “justiça” até a instituição de um poder organizado e mantido pelo Estado para garantir que cada membro da sociedade veja cumpridos os seus direitos resguardados por uma lei escrita, trilhou-se um longo caminho.

O homem “pré-judiciário” não tinha limites para suas ações e nem punições para os seus atos, ou seja, podia praticar todo e qualquer tipo de infração – que nem podia ser considerada como tal, uma vez que não havia legislação que a qualificasse como ilegal – e, mesmo assim, continuava impune. Para que se chegasse à Justiça pública, como a concebemos hoje, foi necessário um longo processo de evolução. (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2005, p. 10).

No Brasil, o processo de institucionalização da Justiça se estendeu por mais de 500 anos, desde a colonização portuguesa. Vieram as Constituições de 1824, 1891, 1934, deixando para trás as marcas do Império e da Velha República. Em 1937, o presidente Getúlio Vargas instaura o Estado Novo e outorga outra Constituição. Com a queda do Estado Novo, em 1946, foi promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, marcando o processo da primeira redemocratização do País. O Poder Judiciário começou então a se parecer com o que é hoje. Estava assegurado o “Estado democrático de direito”. Entretanto, com o golpe militar de 1964, promulgou-se uma nova Constituição em 1967, ainda sob a ditadura. Finalmente, em 5 de outubro de 1988, a Constituição chamada de “cidadã” fez com que o País recuperasse a esperança nas instituições democráticas. Nela, deveres, direitos e garantias foram detalhados e registrados. “O Judiciário passa, aqui, a ocupar lugar de centro no cenário político nacional. Inaugura-se, no Brasil, a era dos direitos.” (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2005, p. 12).

##### 3.1.1 Aspectos da linguagem jurídica

Não é de hoje que se ouve falar que o Poder Judiciário brasileiro é arcaico. Por causa disso, carrega o peso de ser injusto, corrupto, lento, marcado

pela impunidade, pelo nepotismo e pelas brechas de um sistema conservador. Essas características são reconhecidas por uma minoria dos entrevistados na pesquisa conduzida para o trabalho: “A linguagem jurídica revela apenas os indícios das entranhas do Poder Judiciário atual – um grande feudo, remanescente da época medieval, que não se modernizou e, o pior, não busca se modernizar, em todos os sentidos.” (informação verbal).<sup>1</sup>

Embora o amplo acesso à Justiça seja um direito constitucional de todos, nem sempre é possível lançar mão disso, por se estar diante de um Judiciário extremamente fechado, fato que distancia a maioria da população do universo da Justiça. Essa separação se mostra de diversas formas, como, por exemplo, no caráter sagrado dos ritos judiciais, marcados pelo uso de vestes talares, como se os magistrados fossem profetas da verdade divina.

A teoria do direito natural objetivo parte da idéia de Deus como legislador supremo e afirma haver uma ordem jurídica natural criada por Ele, ordenando hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e seu grau de poder, e determinando as obrigações de mando e obediência entre esses graus, em que o superior naturalmente comanda e subordina o inferior, o qual também naturalmente lhe deve obediência. (CHAUÍ, 1999, apud CARVALHO, 2005, p. 7).

Mas existem outros aspectos no processo de separação entre Judiciário e sociedade. Veja-se, por exemplo, o fato de o profissional do Direito ser chamado de “doutor”, uma deferência que deve ser feita apenas a quem tem de fato o título conquistado por meio de um curso de doutorado. Isso demonstra o sentimento de inferioridade dos cidadãos comuns em relação a advogados, juízes, desembargadores e procuradores, levando aqueles a reverenciá-los além do necessário. Elementos como a própria imponência dos prédios dos tribunais superiores, a estrutura complicada de funcionamento desses órgãos e, talvez o mais forte deles, a linguagem jurídica também contribuem para afastar o povo dos entes da Justiça.

Freitas (2002, p. 10) realizou um estudo das relações entre o mundo jurídico e a linguagem. Nele demonstrou que a linguagem surgiu como forma de manifestação da racionalidade e da expressividade características da natureza

---

<sup>1</sup> Resposta de chefe de gabinete do Superior Tribunal de Justiça ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

humana. Segundo Freitas, a linguagem estabelece a ligação entre os pensamentos humanos e a necessidade de vê-los concretizados. E o Direito surge nas sociedades como manifestação da racionalidade humana, imposta por normatividade, por meio da linguagem. Ou seja, o Direito só existe por causa das relações interpessoais e porque existem diferentes linguagens e formas de concepção da realidade.

O Direito nasce e concretiza-se, simultaneamente, em universalidade e imposição de padrões de conduta. O Direito é uma instituição eminentemente humana e, como tal, uma realidade da qual não poderia excluir-se a linguagem. (FREITAS, 2002, p. 10).

Segundo Melo (2006), a linguagem jurídica possui características que a investem de juridicidade, o que a diferencia de outras linguagens também técnicas. Para a autora, a compreensão das leis, dos atos jurídicos ou de qualquer outra forma de expressão do Direito depende dessa linguagem própria que funciona como uma ferramenta para chegar ao conhecimento da matéria jurídica. Melo (2006) ressalta ainda que “resta evidente, pois, que o Direito é ciência dotada de linguagem técnica e específica, com espaço de sentido e espaço estrutural autônomos (gramática e dicionário jurídicos próprios)”.

Freitas (2002, p. 11) fala da necessidade de adaptação da linguagem jurídica a cada situação em que é aplicada, devendo manifestar-se em determinadas circunstâncias despojada e fria e em outras deve ser profunda e fundamentante. A autora considera que, por vezes, não se pode impedir o caráter complexo dela. Ainda segundo Freitas (2002, p. 11), a linguagem jurídica expressa nas leis e códigos deve se distinguir daquela utilizada nas obras acadêmicas e doutrinárias.

### *3.1.2 Superior Tribunal de Justiça: histórico e perfil dos ministros*

Nas sociedades democráticas, o Poder Judiciário exerce o papel de “guardião” dos direitos coletivos. Cabe ao Judiciário aplicar as leis para solucionar conflitos entre as partes em processos judiciais. Surge, nesse contexto, o Superior Tribunal de Justiça para julgar as causas que dizem respeito ao cotidiano de milhões de brasileiros.

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça tem como missão garantir o cumprimento das leis infraconstitucionais. Ou seja, analisar e julgar processos que chegam de todos os lugares do país sobre questões que não envolvam as leis de caráter constitucional.

O STJ é composto por, no mínimo, 33 ministros nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal. Essa composição é estabelecida pelo art. 104 da Constituição Federal, segundo o qual o cargo deve ser preenchido por brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Também de acordo com a Constituição, um terço dos ministros do STJ deve ser escolhido entre juízes dos tribunais regionais federais, um terço entre os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados e um terço, em partes iguais, entre os advogados e integrantes do Ministério Público.

A indicação dos nomes é feita pelo Plenário do STJ, em sistema de lista tríplice que apresenta os candidatos de acordo com a ordem decrescente dos votos obtidos em sessão pública do Tribunal. Para concorrer, o representante deve ter mais de dez anos de efetiva atividade profissional. Os três nomes escolhidos são encaminhados ao presidente da República para nomeação de um deles. O candidato é submetido a uma sabatina no Senado Federal e, só após aprovação, toma posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Quatro ministros do STJ fazem parte, ainda, da composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O STJ indica dois membros efetivos e dois substitutos para o TSE, sendo um deles o corregedor-geral da Justiça Eleitoral.

O presidente do STJ também dirige o Conselho da Justiça Federal (CJF), órgão responsável pela supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em todo o território nacional. Além dele, outros sete ministros do STJ fazem parte do CJF, quatro na condição de efetivos e três na de suplentes. O vice-presidente do STJ ocupa também o cargo de vice-presidente no Conselho. (BRASIL, 2006b).

O perfil dos candidatos a ministro do STJ é delineado por algumas exigências. Em primeiro lugar, precisam ser profissionais do Direito. E não basta apenas conquistar a graduação, é necessário também ter notável saber jurídico e reputação ilibada. Para isso, esses homens e mulheres tiveram que mergulhar no mundo acadêmico. Formam-se assim os mestres nos assuntos do Direito. E, para compreender a ciência que escolheram como profissão, precisaram penetrar num universo lingüístico até então desconhecido para muitos. Não é de espantar que um jovem aos dezoito anos entre para a faculdade sem sequer saber o que significa a expressão *habeas-corpus* e saia de lá falando com a maior naturalidade os termos mais rebuscados da área. Ele passa a chamar seus antes “colegas de faculdade” de “pares”. O “cidadão que procura a justiça” vira “jurisdicionado”. E daí por diante.

Além disso, aos 35 anos de idade, quando podem assumir uma cadeira no STJ, eles já deverão ter, no mínimo, dez de carreira, quando já serão nada menos que juízes, desembargadores, advogados ou integrantes do Ministério Público. Nesta etapa, esses profissionais já estarão em patamares de conhecimento jurídico muito acima daquele de milhões de brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade que, segundo a Constituição, poderiam estar entre os possíveis escolhidos para ocupar essa posição.

Por todas essas razões, fica fácil compreender por que a linguagem usada por esses profissionais está tão arraigada neles, como se tivessem sido alfabetizados em “juridiquês”, forma popular de denominar a linguagem jurídica. Por isso, uma mudança nessa área requer disposição e disciplina dos magistrados. Exige que eles façam um exercício de volta aos dezoito anos, quando eram cidadãos comuns. E, no lugar destes, percebam a distância que se abriu entre o estudante e o ministro. Essa seria uma das melhores maneiras para que eles admitissem a necessidade de simplificação da linguagem adotada no intuito de alcançar a população leiga, não só por meio das decisões da Justiça, mas também com a clareza e simplicidade necessárias para que cada cidadão entenda o que foi decidido a seu respeito, uma vez que, segundo Grizzuti (2006), o Direito está presente em todas as áreas da vida das pessoas:

[...] O Direito encontra-se na vida social e sua função é a de regular condutas que podem comprometer os interesses fundamentais e primários do homem: a vida, sua família, sua propriedade, sua integridade física. A suas necessidades biológicas e psicológicas.

Entretanto, pela importância das decisões que influenciam diretamente a vida das pessoas, o Superior Tribunal de Justiça passou a sentir a necessidade de comunicar suas ações aos interessados, ou seja, à sociedade em geral. Como fazê-lo para que o alcance seja amplo é o grande desafio dos ministros do Tribunal da Cidadania, como o STJ vem buscando ser chamado nos últimos anos. Seria preciso aprender a comunicar-se com a população leiga.

### **3.2 Da comunicação social à comunicação pública**

Segundo Silva (2003), a história da Comunicação confunde-se com a história da própria humanidade e com sua evolução. A partir dos anos 60, os meios de comunicação de massa (MCM) foram considerados como auxiliares das áreas de ensino, educação e de desenvolvimento social e cultural. Mas, apenas recentemente, passaram a ser vistos como sujeito do processo e não apenas instrumentos a serviço do mercado midiático. Só a partir do século XXI, entra-se na era da comunicação, marcada pelo reconhecimento de que os MCM ganham um caráter interativo, de integração e ajuda mútua, e não apenas de dominação.

Ainda de acordo com Silva (2003), aos poucos, há uma reação contra essa tendência dominante dos media sobre as audiências. O processo começa a ser invertido e há um movimento pelo exercício dos direitos do cidadão perante os MCM, chamado de controle social da mídia. Começa-se, então, a sentir a necessidade de sondar a opinião pública, processo que se iniciou com as pesquisas políticas durante as campanhas eleitorais, expandindo-se posteriormente para as questões comerciais e sociais.

[...] conhecer as tendências da opinião pública tornou-se mais que uma necessidade, transformou-se numa espécie de tirania, em dois sentidos: tanto com o objetivo de conhecer a opinião para alterá-la, quanto no sentido de conhecê-la para atendê-la nas suas demandas [...] (SILVA, 2003, p. 15).

No Brasil, segundo Silva, Brandão e Matos (2003), foi exatamente a mudança política que permitiu se pensar a comunicação social do Estado, o que levou à prática da comunicação no interior da sociedade, atingindo os processos de gestão da vida política do país. Isso só se tornou possível graças à instituição de



bases democráticas mais sólidas que têm gerado uma consciência de cidadania, com reflexos na vida privada e pública, exigindo maior transparência.

É neste contexto que a COMUNICAÇÃO PÚBLICA emerge como fator estratégico para a plena vivência da democracia no país e como espaço privilegiado de negociação entre a sociedade e o Estado. [...] o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país. (SILVA; BRANDÃO; MATOS, 2003, p. 11; 19).

De acordo com Zémor (1995), as funções da Comunicação Pública, uma vez associada às finalidades das instituições públicas, são informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão na qualidade de ator); e acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.

Já para Duarte e Veras (2006), a “Comunicação Pública é um conceito que tem origem na noção de comunicação governamental. A raiz da evolução está na viabilização da democracia e na transformação do perfil da sociedade brasileira a partir de 1980.” De acordo com o autor, a Comunicação Pública (CP) tem o papel de compatibilizar o direito, tanto social, coletivo quanto individual, ao diálogo, à informação e expressão. Portanto, segundo Duarte e Veras (2006), fazer Comunicação Pública é assumir a face de cidadania na comunicação em prol dos interesses coletivos.

### **3.3 Linguagem: conceitos e características**

De acordo com Ferreira (1997 apud SANTOS, 2007), linguagem significa “uso da palavra como meio de expressão e de comunicação entre pessoas. Forma de expressão pela linguagem própria dum indivíduo, grupo e classe social. Vocabulário, palavreado”. Segundo o Dicionário de Lingüística (1997-98 apud SANTOS, 2007), ela é a “capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais ou língua, que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centro

nervoso geneticamente especializado”. E, no Dicionário de Comunicação (1997 apud SANTOS, 2007), a linguagem pode ser:

Qualquer sistema de signos – não só vocais ou escritos, como também visuais, fisionômicos, sonoros e gestuais – capaz de servir à comunicação entre indivíduos. A linguagem articulada é apenas um desses sistemas. Pode ser ainda o recurso usado pelo homem para se comunicar. Instrumento pelo qual os homens estabelecem vínculos no tempo e determinam os tipos de relações que mantêm entre si.

Os três conceitos associam a linguagem à ação de comunicar por meio de palavras ou de signos – vocais, escritos, visuais, fisionômicos, sonoros ou gestuais. Observa-se também, quase que obviamente, que o processo de comunicação exige a participação de mais de um indivíduo. Ele se dá entre pessoas ou grupos que tenham relações comuns e partilhem de um mesmo contexto histórico-cultural, já que comunicação pressupõe a compreensão da mensagem transmitida.

É o ato ou efeito de comunicar-se. Ação de transmitir e receber mensagens por meio de métodos e ou processos convencionais. Segundo o “Dicionário de Lingüística”, comunicação “é a troca verbal entre um falante, que produz um enunciado destinado a outro falante, o interlocutor de quem ele solicita e escuta e/ou uma resposta explícita ou implícita”. (SANTOS, 2007).

Isso se torna perceptível, por exemplo, quando alguém desembarca em terra estrangeira, com idioma e costumes desconhecidos. Os gestos, olhares, tom de voz, ritmo da fala, nada é capaz de lhe trazer qualquer associação com sua forma de se comunicar em seu país, em seu universo cognitivo. Seria como se essa pessoa acabasse de nascer e tivesse que construir seu “mundo comunicativo”. Uma experiência como essa pode, em determinadas circunstâncias, até mesmo trazer prejuízos ao estrangeiro, quando visto como um “intruso”. Exemplo disso seria o caso de um “homem branco” em uma aldeia indígena. Alguns de seus símbolos ou gestos, se demonstrados em “terras vermelhas”, podem significar exatamente o contrário do que ele gostaria de transmitir. Por isso, o processo de comunicação requer, entre transmissor e receptor, uma mensagem clara, compreensível; na impossibilidade disso, que haja um tradutor. Caso contrário, ela se perderá, gerando uma desconexão entre um e outro.

A eficácia política, social e civil das democracias depende de muitos fatores e de condições históricas específicas para o seu bom desempenho. Há, contudo, um fator que funciona como uma regra constitutiva para a possibilidade de seu êxito: que os homens e as sociedades que elas organizam tenham entendimento pleno de suas formas de organização e

que, desse modo, possam avaliar e contribuir criticamente, de modo sistemático, para o aprimoramento de sua capacidade de representação simbólica e de satisfação real de seus sonhos e necessidades. (VOGT, 2007).

Aplicando tais conceitos e observações ao estudo em questão, no qual a comunicação já foi abordada frente à linguagem jurídica, de difícil compreensão, podem-se perceber as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas no papel de tradutores das mensagens transmitidas pela Justiça, quando tentam comunicar as ações desta. Observa-se um vácuo entre o que se diz e o que é compreendido pelo receptor. Para os repórteres, o desafio é como transmitir com precisão e clareza informações sobre temas aos quais eles mesmos, muitas vezes, não têm acesso e que nem compreendem completamente, mas são de interesse da população.

Se a imprensa é a ponte entre os centros do poder público e os cidadãos, faz-se necessário transpor a barreira lingüística entre o Judiciário e os profissionais de Comunicação.

### *3.3.1 Relação Judiciário, Imprensa e Sociedade: linguagem: fator de distanciamento*

Para o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, o Judiciário sempre foi uma instituição fechada e ainda hoje assume esse comportamento. As vestes longas, pretas e alguns aparatos medievais simbolizam a enorme responsabilidade da qual se deve revestir a missão de julgar.

Erigida, assim, à condição de entidade divina, hermética e, portanto, inacessível aos comuns mortais, pouco a pouco a Justiça foi se distanciando da comunidade à qual cumpre servir, como se esse isolamento pudesse garantir o máximo de circunspecção e imparcialidade. (MELLO, apud OLIVEIRA, 2006, p. 67).

Ressalte-se que os mais diversos assuntos têm chegado à esfera do Judiciário. Temas como direitos humanos, proteção ambiental ou crimes cometidos pela Internet, todos de interesse mais amplo e menos individual, ganharam força na Justiça em todo o mundo. E no Judiciário brasileiro não foi diferente. A demanda

pela solução de conflitos nessas áreas impeliu os membros do Poder Judiciário a prestar declarações à sociedade sobre suas decisões, por meio da mídia.

Mas, para Sálvio de Figueiredo Teixeira, aposentado como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em seu artigo “A Imprensa e o Judiciário”, essa aproximação não é uma tarefa apenas do Judiciário, mas também da Imprensa. É preciso haver mudança dos dois lados. Segundo o ministro, a forma como a mídia lida com esse Poder – não conhecendo seu funcionamento, produzindo notícias que muitas vezes distorcem sua imagem junto à sociedade – gera um descontentamento nos membros da Justiça. O ministro Sálvio Teixeira (2007) reconhece que o problema está nas duas vias, já que o Judiciário também tem parte no seu distanciamento da Imprensa:

Não menos certo também é que, além da estrutura pesada, conservadora e hermética do Judiciário, nós magistrados, não raras vezes, contribuimos para o distanciamento em relação à Imprensa, quer por timidez excessiva, quer por prepotência ou despreparo, quer até mesmo pela retórica gongórica da linguagem judiciária, de que são exemplos expressões como: “inacolhe-se a exordial ab ovo”: “desatende-se o reclamo irresignatório”; “a irresignação lhe resultou inexitosa” [...] etc.

Tanto o ministro Marco Aurélio de Mello, quanto o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira tocam num ponto comum que promove esse afastamento entre Judiciário, Imprensa e Sociedade: a falta de abertura por parte do Judiciário. Na entrevista “O direito da comunicação; Judiciário e imprensa mal se falam e mal se entendem”, matéria de Maria Fernanda Erdelyi, o entrevistado, advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, reafirma esse pensamento, ressaltando o papel deficitário da imprensa nesse contexto.

O Judiciário é hoje o maior manancial de notícias para a imprensa. É por seus corredores que trafegam os problemas do dia-a-dia dos brasileiros e as grandes questões sociais da economia, dos negócios e da política. Mas há um problema: as relações entre a imprensa e a Justiça andam precárias. (FERREIRA apud ERDELYI, 2005, p. 1).

Segundo Ferreira (apud ERDELYI, 2005, p. 1), “A imprensa não tem boa vontade com o Judiciário e, por outro lado, o Judiciário não sabe se explicar”. Ainda na opinião de Ferreira, (apud ERDELYI, 2005), “a ausência de diálogo é culpa dos dois lados. Há entre eles um clima de desconfiança recíproca que aos poucos vai desaparecendo, mas em velocidade muito inferior àquela que seria conveniente”.

O ministro aposentado e ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Edson Vidigal também destacou a falta de relacionamento entre a mídia e os membros da Justiça durante a palestra “Censura da Imprensa pelo Poder Judiciário”, proferida na Rede Globo, em 12/03/2004. Segundo Vidigal (2006), o repórter acha difícil falar com o juiz porque não entende a linguagem e corre o risco de divulgar informação incorreta. E, por sua vez, o juiz evita falar porque acha que o jornalista está sempre interessado em notícias negativas. Para Vidigal (2006), o caminho é derrubar o preconceito para que todos se entendam. Ele considera a linguagem jurídica como uma das causas do estranhamento na relação do Judiciário com a mídia e aponta a imprensa como o caminho para que a sociedade seja informada sobre o que a Justiça faz. (VIDIGAL, 2006, p. 6).

Em outra entrevista, desta vez para a Revista Destaque, uma publicação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, o ministro Edson Vidigal menciona a música de Gilberto Gil (Objeto Semi-Identificado, Philips, 1969) inspirada em um trecho bíblico para ilustrar a relação caótica de comunicação existente entre o Poder Judiciário e a Imprensa: “E línguas como que de fogo tornaram-se invisíveis. E se distribuíram e sobre cada um deles assentou-se uma. E todos eles ficaram cheios de espírito santo e principiaram a falar em línguas diferentes”. (VIDIGAL, 2006, p. 6).

Ainda na entrevista, o ministro Edson Vidigal disse ter passado por situações semelhantes no período em que atuou como repórter. Para ele, a relação entre jornalistas e juízes deu indícios de melhoras na Nova República, com o processo de democratização. Para Vidigal (2006), a Imprensa está começando a descobrir a Justiça e deixando de procurá-la apenas para divulgar escândalos. E, segundo ele, os juízes precisam falar a mesma língua dos jornalistas e da sociedade, é preciso “desbabelizar” o Judiciário para que todos o entendam. (VIDIGAL, 2006, p. 6).

Temos (juízes) que falar simples. Temos (juízes) que ser exatos. [...] Publicidade significa transparência, significa o direito de todo o cidadão ser informado. Todo o cidadão tem o direito de saber o que seus agentes estão fazendo na Administração, e o Judiciário é um ramo da administração pública, é administração da Justiça, não é administração do Tribunal tão-somente, é administração do Direito. (VIDIGAL, 2006, p. 6-7).

Os depoentes citados são unânimes em reconhecer a linguagem jurídica como um fosso a separar o Judiciário e a Mídia. Percebe-se, com clareza, que ambos precisam mudar o comportamento para que não haja prejuízos à população. O Judiciário precisa abrir a “caixa preta”, facilitando a aproximação com a mídia. A Imprensa, por sua vez, deve abandonar o preconceito de que é difícil explicar o papel da Justiça e suas decisões e buscar compreender melhor o funcionamento desses órgãos. Somente dessa maneira, ela conseguirá fazer a ponte entre o Judiciário e a sociedade, carente de informações relativas a este Poder.

## 4 TELEVISÃO E TV JUSTIÇA

Por seu amplo poder de alcance, a televisão tem se mostrado um dos mais fortes aliados na tarefa de comunicar. Segundo levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos primórdios da TV no Brasil, existiam apenas cem aparelhos em todo o país. Em 1954, quatro anos depois de sua inauguração, já eram 120 mil televisores, passando para seis milhões de unidades na década de 70. (IBGE, 2007b).

Quarenta e cinco anos depois de seu lançamento no Brasil, em 1995, a televisão estava presente em 81,1% dos domicílios, chegando a 87,7% em 1999. (IBGE, 2007a).

Em 2002, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que, somente nas residências particulares, existiam aproximadamente 40,5 milhões de televisores em cores e mais de dois milhões de aparelhos em preto e branco, contra apenas 4.763.575 de casas sem televisores e 16.274 respondentes que não declararam. (IBGE, 2007b).

### 4.1 Histórico sobre a televisão

Sinais de fumaça, batidas de tambor, gestos e inscrições na pedra mostram a necessidade do ser humano de descobrir formas para registrar e transmitir informações. É essa comunicação que torna possível a interação e a convivência entre os seres humanos. Foi isso que levou o homem a criar meios mais eficientes para a troca do conhecimento, de acordo com Paternostro (1999, p. 19).

A autora relata, em ordem cronológica, a criação e o desenvolvimento da imprensa escrita até o advento da televisão: Gutenberg criou o primeiro método de impressão tipográfica ocidental, o que permitiu a publicação de livros no final do século XV, na Europa. Dois séculos depois surgem os jornais periódicos. O primeiro deles, impresso regularmente, foi o *Relation*, lançado em 1609, na Alemanha. Mas

foram os jornais lançados nos Estados Unidos em 1830 que alcançaram grande parte da população com suas notícias.

Foi no século XIX que a imprensa se desenvolveu, no clima das transformações causadas pela Revolução Industrial, a partir de 1769. Com a criação das agências de notícias na Europa e de novas técnicas de ensino nos países mais ricos, surge um público grande para os jornais. A consolidação da imprensa aconteceu com inventos como o desenvolvimento de técnicas de impressão de grandes tiragens, o telégrafo, o rádio, o telefone e o cinema.

A tecnologia se aliava à comunicação para o surgimento de novos meios de informação; a necessidade de rapidez na transmissão das notícias fez com que a TV fosse criada no século XIX e XX. Após pesquisas e descobertas de vários cientistas, em 1923, Vladimir Zworykin, um russo naturalizado americano, inventa o iconoscópio: tubo a vácuo com uma tela de células fotoelétricas que faz uma varredura eletrônica da imagem. Quatro anos depois, Zworykin consegue transmitir imagens a 45 quilômetros de distância com o iconoscópio. A partir daí, já em 1931, a televisão foi implantada em Nova York com a RCA; na França; na Inglaterra com a BBC e nos Estados Unidos com a NBC.

Com a criação da válvula, a qualidade técnica da imagem melhora e, a partir de 1940, a TV passa a ter o sistema totalmente eletrônico. Em 1951, as imagens são transmitidas em cores.

A história tecnológica da TV tem outro momento marcante com as transmissões via satélite, em 1962. A primeira transmissão em caráter experimental foi entre os Estados Unidos e a Europa. Mas é o satélite Intelsat I, lançado em 1965, que marca o início do sistema global de satélites. A primeira transmissão ao vivo para o Brasil foi o lançamento da Apolo IX, em março de 1969, de Cabo Kennedy, nos Estados Unidos. Em julho do mesmo ano, os brasileiros e o mundo puderam ver ao vivo, via satélite, um homem pisando na Lua pela primeira vez. Quem viu as imagens do astronauta Neil Armstrong caminhando na superfície lunar nunca mais esqueceu. “Essa é a magia da imagem que a televisão amplia, difunde, populariza e eterniza para sempre.” (PATERNOSTRO, 1999, p. 26).



Mas não dá para falar em televisão no Brasil sem falar de Assis Chateaubriand. O proprietário do primeiro império de comunicação do país, Diário e Emissoras Associadas, não se contentou com os vários jornais, revistas e emissoras de rádio que dirigia. Em mais uma aventura, Chateaubriand implanta a TV no Brasil. Para isso, importou mão-de-obra e equipamentos. A inauguração oficial da primeira emissora de TV no país foi em 18 de setembro de 1950, a TV Difusora, posteriormente, TV Tupi de São Paulo.

No final da década de 1950, já funcionavam seis emissoras em três estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nos primeiros dez anos da TV brasileira, o aparelho de televisor ainda era um objeto caro, para poucos. Com o aumento da produção, o preço foi caindo, e a TV passou a ter maior penetração em outros estados e a atrair as agências de propaganda e os anunciantes.

Mas a consolidação da TV no Brasil só aconteceu nos anos 60 com a chegada dos equipamentos de videoteipe. Eles possibilitavam que as cenas fossem gravadas e se fizesse o corte daquelas que se sucediam em sequência, significando economia de custo e de tempo e melhor qualidade na transmissão. Surgem as telenovelas e os programas de auditório ainda naquela década. Começa também a briga pela audiência.

Em 1965, entrava no ar a TV Globo, criada pelo jornalista Roberto Marinho, que viria a se tornar uma das maiores redes de televisão do mundo. Nessa época, é também constituída a Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações, interligando o Brasil por meio de linhas de microondas e é dado o primeiro passo para a utilização de satélites de telecomunicações, criando a estrutura para as redes nacionais de televisão.

Outras mudanças ocorrem na TV brasileira, advindas de alterações no cenário político, de outras novidades tecnológicas e ainda em função de novas programações criadas pelas emissoras. Já na década de 1990, consolidada como veículo de comunicação de massa, não são mais novidade na TV as transmissões ao vivo. O telespectador brasileiro passa a assistir à TV com a certeza de encontrar informação e entretenimento.

Entretanto a variedade de programas tem um grande desafio: manter a clareza em cada um deles, fazendo TV não para públicos especializados, mas para todo tipo de telespectador. Uma das características mais importantes da TV é a obrigação de usar uma linguagem simplificada, coloquial, com uma mensagem que deve ser assimilada instantaneamente por milhões de pessoas. Segundo Paternostro (1999, p. 107), esse é um dos grandes desafios dos repórteres, editores e apresentadores não só quanto ao texto e locuções, mas também em relação aos entrevistados, para que a mensagem passada por eles seja compreendida pelos telespectadores. Por isso, a linguagem usada na TV e para a TV requer alguns cuidados e precisa seguir algumas regras.

#### **4.2 Linguagem televisiva: características**

Segundo Curado (2002), especialista em jornalismo televisivo, a linguagem, o tempo e o ritmo na TV são próprios desse meio de comunicação no qual o público não lê a notícia, como nas mídias impressas e na internet, mas ouve e vê. E, ao tomar conhecimento da informação, o espectador não pode pedir explicações ao repórter sobre algum ponto que não tenha ficado claro, nem tampouco recuperar uma frase ou informação: “A comunicação pela TV exige instantaneidade na sua compreensão.” (CURADO, 2002, p. 19). Por isso, a primeira regra que deve ser observada pelo jornalismo televisivo, quanto à forma de comunicar os fatos, é a clareza.

A notícia dada pela TV não pode confundir quem a escuta. Seja em razão de um texto mal escrito, seja pelo uso de palavras inadequadas, seja por causa de uma narrativa com fio condutor ambíguo [...] A informação precisa chegar a seu destino sem tropeços. A notícia é inequívoca, em si. (CURADO, 2002, p. 20).

Paternostro (1999, p. 106) reforça essa idéia, recomendando evitar o uso de palavras estrangeiras no texto televisivo, ou, quando não for possível, não presumir que todos os telespectadores vão entendê-las; mesmo as mais comuns devem ser traduzidas.

Segundo Paternostro (1999, p. 64), o alcance e o envolvimento são características marcantes da estrutura da TV. Para ela, a televisão exerce um

fascínio sobre o telespectador, a ponto de conseguir transportá-lo para dentro de suas histórias, além de ser um veículo de grande abrangência, que não distingue classe social nem econômica. Por isso, na opinião da autora, a TV tem que pensar como tratar o texto de uma notícia, uma vez que ela pode ser ‘vista’ ou ‘ouvida’ de maneiras diferentes.

Sobre as entrevistas para televisão – outro ingrediente da notícia que deve ter um papel esclarecedor e complementar –, Fávero, Andrade e Aquino (1988) ressaltam a diferença entre a conversação interpessoal e a televisiva, que deve permitir uma abordagem interativa. Para isso, segundo as autoras, é preciso observar um conjunto de fatores como afirma Brait (1993 apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1998, p.194):

[...] não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer que, juntamente com outros recursos, tais como entoação, gestualidade, expressão facial etc., permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões.

Ainda sobre as entrevistas, Paternostro (1999) faz considerações quanto ao uso de palavras específicas de determinadas áreas. Ela alerta os jornalistas para orientarem os profissionais entrevistados que, por exemplo, lidam com expressões próprias da área médica, econômica e jurídica no dia-a-dia a evitarem os abusos dessas palavras, ou, então, eles mesmos traduzirem os termos técnicos, dando mais clareza à reportagem. “Não são de domínio público, as pessoas não entendem e não são obrigadas a entendê-los. Nós é que devemos fazer com que entendam.” (PATERNOSTRO, 1999, p.107).

Muitas vezes, um médico pode estar falando sobre algo que ajudará a esclarecer uma doença ou tratamento de centenas de pessoas, mas se essas pessoas não entenderem com clareza o que ele disse, o nosso papel – de divulgar a informação – será inútil. (PATERNOSTRO, 1999, p. 107).

Essa também é a realidade vivenciada pelos cidadãos que querem entender as decisões da Justiça, mas não conseguem por causa do tecnicismo da linguagem jurídica, que gera uma lacuna entre o que os operadores do Direito falam e o que a população leiga compreende. A solução encontrada foi a criação de um instrumento de comunicação abrangente, capaz de reduzir o distanciamento

causado pela linguagem extremamente técnica usada pelo Judiciário. Nasce a “TV Justiça”. Seu maior desafio: fazer os telespectadores compreender o que o Judiciário decide diariamente, em todo o país.

### **4.3 TV Justiça: histórico**

O instrumento legal de criação da TV Justiça é a Lei n. 10.461, de 17 de maio de 2002, que modificou a Lei n. 8.977, de maio de 1995, a "Lei do Cabo", assim denominada por regulamentar o funcionamento das emissoras de TV por assinatura.

Com sede no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, a TV Justiça entrou no ar em 11 de agosto de 2002. Além do sistema a cabo e por satélite (DHT), o sinal da emissora também pode ser captado por antenas parabólicas.

A TV Justiça é um canal de televisão público, de caráter não-lucrativo, coordenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A administração da emissora está sob a responsabilidade de um Conselho Estratégico. A outra instância deliberativa é o Comitê Editorial, voltado exclusivamente para questões de forma e conteúdo da programação, tendo como referência quatro eixos editoriais: Jornalismo, Educação, Cidadania e Prestação de Serviços. (APRESENTAÇÃO, 2006).

#### ***4.3.1 TV Justiça: finalidade e proposta***

A TV Justiça é bem clara quanto ao objetivo de ser um canal de aproximação entre os cidadãos e o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia. Com esse objetivo, a emissora se propõe a exibir notícias e programas com uma linguagem clara, lançando mão de recursos didáticos para traduzir os termos especializados do Direito.

A emissora e seus parceiros do Judiciário desenvolvem estratégias para alcançar todos os níveis de telespectadores. Para isso, trabalham os textos das reportagens, tornando-os mais compreensíveis e objetivos, apesar de o grande público da emissora ainda ser segmentado: advogados, magistrados, estudantes de Direito etc. A programação também contém quadros explicativos sobre o funcionamento da Justiça e sobre os termos jurídicos.

Além disso, é meta da TV Justiça possibilitar que o público, ao acompanhar os passos do Judiciário, aprenda como defender seus direitos, ampliando, dessa forma, o acesso à Justiça. A emissora pretende ainda, por meio de uma cobertura jornalística aprofundada, evitar que assuntos importantes sejam tratados de forma superficial, como muitas vezes fazem os canais comerciais. “Somos um complemento do noticiário exibido por outras emissoras e, portanto, um diferencial.” (APRESENTAÇÃO, 2006). A TV foi implantada por ocasião da presidência do ministro Marco Aurélio Mello no Supremo Tribunal Federal, que bem expressou esse pensamento:

[...] a TV Justiça, criada pela Lei nº. 10.461, de 17 de maio de 2002, objetiva conferir publicidade aos procedimentos jurisdicionais, tornando-os, desse modo, mais acessíveis à população, que há muito reclama do distanciamento do Poder Judiciário, em parte devido também pela linguagem excessivamente técnica e por isso obscura, usada nos meios forenses. (MELLO, 2002 apud OLIVEIRA, 2006, p. 26).

Entretanto, para Roberto Basilone Leite, juiz titular da Vara do Trabalho de Brusque (SC), no artigo intitulado “TV Justiça: no Rumo da Democracia”, a emissora vai além disso, ela passa a ser um instrumento para impulsionar a mudança de comportamento do Judiciário com a mídia e a sociedade, levando os juízes a questionar a forma e o conteúdo de sua relação com a imprensa e com o telespectador, fazendo com que eles mudem a forma de expressar suas idéias e passem a dominar as técnicas da linguagem televisiva.

A natural disseminação da informação televisiva dentro do Judiciário que deverá ocorrer nos próximos anos, inclusive com a consolidação de programas judiciais regionalizados, acarretará para os juízes a necessidade de exercitarem-se nessa nova dimensão inter-relacional, até então desconhecida. (LEITE, apud OLIVEIRA, 2006, p. 71-72).

O Judiciário lançou mão de um dos meios de comunicação de maior alcance da população para complementar as informações transmitidas pelas TVs

comerciais, que se atêm, pela característica de urgência do jornalismo, em apenas noticiar as decisões da Justiça sem, contudo, fazer o acompanhamento do andamento dos processos. É importante ressaltar que a emissora, apesar de já operar no Distrito Federal na TV aberta por meio de sinal UHF, é transmitida predominantemente a cabo, o que ainda gera restrições ao alcance pretendido como meio de comunicação de massa, fato que não tira a relevância do papel da TV Justiça, ao permitir que pessoas comuns – ainda que apenas uma parcela da população – acompanhem o cotidiano do Judiciário, mostrando aos cidadãos o que esse Poder decide e como chegar até ele para defender seus direitos.

O recurso à linguagem audiovisual vai potencializar o trabalho atualmente desenvolvido pelos diversos órgãos da Justiça no sentido de aproximá-los dos cidadãos e, assim, ampliar tanto o acesso à Justiça como a confiança na sua eficácia. (BRASIL, 2003, p. 5).

#### 4.3.2 TV Justiça: instrumento de comunicação pública

O fato de que toda ciência tem uma linguagem própria, com termos específicos, faz com que, muitas vezes, eles sejam compreendidos apenas pelos profissionais da área, como, por exemplo, a medicina, a tecnologia/informática e o direito. Palavras que, para os especialistas, têm significado, mas, para os leigos, não dizem nada. Não é incomum ouvir técnicos de informática usarem *save* no sentido de gravar ou *deletar* no lugar de apagar. Para o médico, parece mais simples dizer “profilaxia” em vez de “prevenção”. E, quanto aos operadores do Direito, não há nenhum constrangimento em usar expressões como *ex tunc* em vez de “com efeito retroativo”. Até mesmo os termos mais usuais com os quais os leigos vão se acostumando, como, por exemplo, *habeas corpus*, poderiam ser substituídos, no caso do exemplo “por direito à liberdade”. O freqüente uso de expressões em latim aparece como fator complicador quanto ao que se ouve ou se lê a respeito das decisões jurídicas.

Como já abordado, a linguagem jurídica, objeto de estudo neste trabalho, muitas vezes requer explicações ou até mesmo a tradução de alguns termos para que os leigos a compreendam. E uma emissora de televisão especializada surge como canal de comunicação para divulgar as decisões jurídicas: a TV Justiça, cuja criação está inserida no contexto de Comunicação Pública, uma vez que sua

principal finalidade é a de ser um espaço público de comunicação e aproximação entre os cidadãos e os órgãos da Justiça brasileira. Isso permite maior consciência dos temas discutidos na esfera do Judiciário, quer para exercer o direito constitucional de acesso aos atos dos agentes públicos e sua transparência, quer para lançar mão de fato de direitos legais.

Entretanto esse veículo também tem especificidades quanto à linguagem. Diferentemente do “juridiquês”, ele tem como características a clareza, objetividade e facilidade de compreensão. Percebe-se então uma incompatibilidade entre as duas linguagens. De um lado, tem-se o comportamento do Judiciário, que, de modo geral, não admite que os juízes, desembargadores e ministros falem sobre os processos fora da sessão de julgamento. Quando eventualmente o fazem, utilizam termos técnicos e incompreensíveis, sendo raras as exceções.

Para o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Sálvio de Figueiredo Teixeira (apud OLIVEIRA, 2006, p. 72), é “de convir-se, todavia, que o Judiciário também contribui marcadamente para esse quadro, não se equipando devidamente com assessorias eficientes, não se utilizando de marketing e da mídia”. Segundo o ministro, esse “silêncio” dos juízes só tende a aumentar o distanciamento entre o Judiciário e a população leiga:

[...] pela carência de boas entrevistas com pessoas qualificadas do Judiciário e pelo descaso com o que nele ocorre, contribuindo para passar à sociedade uma imagem falsa do Poder, sem noticiar decisões que em muito interessariam à comunidade, como, para exemplificar, a relacionada ao Direito de Família, especialmente em uma fase de tantas mutações nesse campo. (TEIXEIRA, apud OLIVEIRA, 2006, p. 72).

De outro lado está a Imprensa, que não tem como pauta diária a cobertura de questões jurídicas, exceto casos de grande repercussão na sociedade, porque não encontra no Judiciário uma fonte acessível de geração de notícias. O desinteresse também é justificado pela dificuldade dos jornalistas de compreender a linguagem usada pelos profissionais do Direito. Não se pode passar para frente uma informação com conteúdo que o próprio jornalista não domine.

O processo de redemocratização pelo qual passou o País trouxe reflexos para a Justiça. Um contexto que envolvia a promulgação de uma nova Constituição em 1988, a realização da primeira eleição presidencial em quase 30 anos, a

proposta de uma reforma do Judiciário enviada ao Congresso e uma CPI para investigar mazelas no Poder Judiciário, como lentidão e nepotismo, levou os órgãos da Justiça a dar maior abertura para a divulgação de suas ações, no intuito de mudar a imagem negativa a seu respeito. E, mesmo assim, ainda surgiram tentativas para fazer com que os membros do Judiciário fossem proibidos de falar sobre processos em andamento, a chamada “Lei da Mordada”.

A ampliação das funções do Poder Judiciário na Constituição de 1988 provocou um aumento da demanda da população por justiça. A busca da resolução dos conflitos pela via judicial fez com que a mídia tivesse mais fatos para noticiar. Mas, para isso, precisava de fontes na esfera jurídica que explicassem as decisões. Os magistrados, então, viram-se compelidos a falar com os jornalistas sobre as questões levadas ao seu julgamento. O Judiciário passa a ser uma grande seara de notícias para a mídia, mas a questão sobre a dificuldade de compreensão da linguagem usada permanece. Só que agora não pode mais ser ignorada pelas autoridades jurídicas. Quem está demandando por entender o que eles dizem é a sociedade.

Esse novo comportamento social despertou, nos órgãos da Justiça brasileira, a necessidade de um canal público para veicular seus serviços. Em contrapartida, a Justiça não queria mais apenas ser procurada como fonte, ela própria se dispunha a ser geradora de notícias. Para atender também essa mudança de comportamento, de cultura, foi criada a TV Justiça.

Apesar de ainda prevalecer a incompatibilidade entre as linguagens da televisão e a jurídica, com a instituição de um canal da Justiça, buscam-se meios de conciliá-las, visando dar mais visibilidade ao que é decidido nos tribunais diariamente sobre a vida dos cidadãos de todo o país. Surgiu a necessidade de a justiça se fazer entender, de passar mensagens claras para os receptores, no caso, os telespectadores.



#### 4.3.3 *TV Justiça: programação*

Diariamente são exibidas as sessões do plenário do STF, gravadas ou, nas terças e quintas-feiras, ao vivo. Mas a exposição dos pensamentos e da imagem dos membros do Poder Judiciário na televisão encontrou certa resistência entre alguns deles. A preocupação é quanto à interpretação dos telespectadores sobre a forma como são conduzidos os ritos das sessões, pois, em alguns momentos, as matérias são julgadas em bloco, o que pode transmitir a quem assiste a idéia de “descaso” com os processos. No entanto esse procedimento é realizado justamente para acelerar as decisões. Também existe receio quanto à interpretação das discussões dos ministros sobre os casos em julgamento, por vezes bastante duras. Receio compreensível, já que, em muitos países, os debates que antecedem as decisões de juízes em tribunais não são públicos.

Segundo Lemos (2002), rompendo com a tradição da maioria dos países, por exemplo, dos Estados Unidos, onde as sessões da Suprema Corte são a portas fechadas, a TV Justiça teve uma iniciativa inédita ao exibir os julgamentos do Supremo Tribunal Federal.

Exceto em casos de segredo previstos em lei, qualquer cidadão pode assistir um julgamento. Transmitti-lo via satélite para todo o Brasil é, contudo, uma radicalização incômoda da transparência pretendida pela Constituição, na esteira da tradição jurídica que rompeu com o segredo do processo submetido à autoridade do rei e da igreja, a partir do século XVIII, para proteger o cidadão e garantir a ele a aplicação da lei de forma igualitária e isenta. (LEMOS, 2002, p. 9).

Além da transmissão de julgamentos, outro ponto forte da programação da TV são os programas didáticos e institucionais sobre a Justiça, realizados no formato de debates, entrevistas, aulas e reportagens.

O jornalismo representa outro eixo editorial da emissora. Diariamente, colaboradores dos órgãos da Justiça em todo o País enviam matérias já editadas sobre decisões jurídicas para serem exibidas nas duas edições do “Jornal da Justiça” ou nos Boletins ao longo da programação.

Entretanto o desafio da TV Justiça de fazer jornalismo público sobre o Judiciário encontra algumas barreiras, e a principal delas é a necessidade de

simplificação da linguagem jurídica, tema já discutido neste trabalho. Para os repórteres, editores e demais envolvidos com a transmissão do material, vencer essa dificuldade e mostrar que as decisões da Justiça estão intimamente ligadas ao cotidiano das pessoas tem sido uma conquista diária para atender o interesse dos cidadãos:

O horizonte é o entendimento de que a prática dos profissionais de comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público, exemplificada pelo modelo da TV Justiça, se baseia na percepção de que a informação é um direito dos cidadãos e uma obrigação dos poderes do Estado. O modelo informativo e pluralista do canal, descentralizado e aberto à participação – se não do público, ao menos de instituições da sociedade civil organizada ligadas ao setor –, indica ainda a busca da construção de uma comunicação e de uma televisão que sejam antes públicas que meramente estatais. (LEMOS, 2002, p. 12-13).

## **5 RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE LINGUAGEM JURÍDICA NO STJ**

### **5.1 Análise do questionário aplicado aos ministros e profissionais dos gabinetes do STJ**

Um dos instrumentos desta pesquisa foi a aplicação de um questionário enviado aos 33 ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com três questões. Foram aplicadas as mesmas perguntas, acrescidas de mais uma, no total de quatro, aos assessores (165), oficiais-de-gabinete (33) e chefes de gabinete (33) dos ministros, somando 231 profissionais. As quatro questões também foram propostas a sete jornalistas do setor de TV da Secretaria de Comunicação do STJ. No total, foram 271 profissionais.

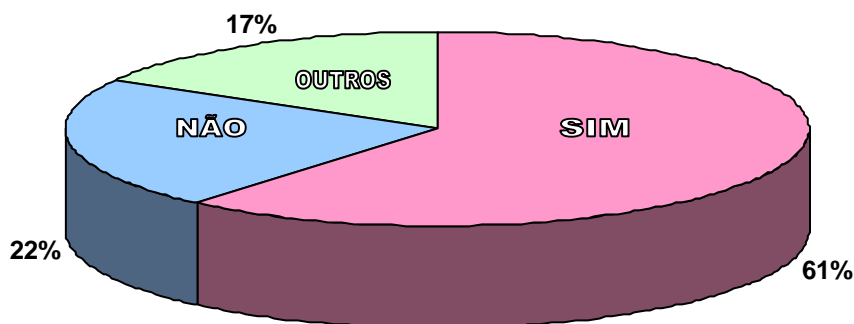
A pesquisa, entretanto, apresentou algumas dificuldades como, por exemplo, conseguir a manifestação dos magistrados, seus assessores oficiais e chefes de gabinete sobre o assunto. Dos profissionais consultados, pouco mais de 6,5% responderam ao questionário. Mesmo assim, consideraram-se significativas as respostas para o tipo de análise proposto neste trabalho. Considerou-se ainda que o reduzido número de respostas é coerente com a participação também reduzida dos ministros nas matérias produzidas para a TV Justiça, conforme se verá adiante neste capítulo.

#### **5.1.1 “Juridiquês”**

A primeira pergunta mencionava uma pesquisa qualitativa encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB em março de 2004 e realizada pelo Ibope que apontou a existência de um grande fosso entre a linguagem jurídica e a língua falada pela população leiga. (ASSOCIAÇÃO, 2005). A questão indagou se os profissionais concordavam com a conclusão da pesquisa de que o “juridiquês” afasta a população do Poder Judiciário e vice-versa.

### Questão 01

Em março de 2004, a AMB encomendou uma pesquisa qualitativa ao Ibope que apontou a existência de um grande fosso entre a linguagem jurídica e a língua falada pela população leiga. Vossa Senhoria concorda com a conclusão da pesquisa de que o “juridiquês” afasta a população do Poder Judiciário e vice-versa?



Entre os que responderam ao questionário, 61% afirmaram que sim, o “juridiquês” afasta população e Judiciário, e 22% disseram que não. Dos respondentes, 17% deram respostas fora do padrão solicitado, incluindo ministros e o presidente do STJ (gestão 2006/2008). Esta parcela não respondeu categoricamente nem “sim” nem “não”. Por vezes respondeu sim e/ou não parcialmente e fez outras considerações. Mesmo assim, essas respostas também fazem parte da análise.

A maioria dos respondentes justificou a alternativa escolhida. Nessas justificativas, algumas tendências foram identificadas. Entre elas, o reconhecimento de que a linguagem jurídica é formal e utiliza termos muito técnicos, de difícil compreensão para a população leiga, com a ressalva de que isso seria um fenômeno natural para a ciência jurídica.

Entre os que acreditam que o “juridiquês” não afasta a população da Justiça, também se percebe uma inclinação forte de reconhecer a linguagem jurídica como uma linguagem técnica, própria de qualquer área da ciência, justificando-a até mesmo como necessária:

[...] creio que não há opção ao Poder Judiciário, porque o direito necessita desesperadamente da utilização de uma linguagem instrumental, na qual determinados conceitos possam ser veiculados de forma absolutamente

unívoca. Tenho por curioso notar como esses questionamentos são comuns em relação à atividade jurídica mas não se estendem a outras áreas do conhecimento que se apresentam muito mais herméticas que o próprio direito: com efeito, nunca vi ninguém questionando se os médicos deveriam usar ‘linguagem comum’ para prescrever medicamentos. (informação verbal).<sup>2</sup>

Mesmo entre as respostas afirmativas sobre o afastamento, há uma tendência de atribuir a responsabilidade do fosso entre Judiciário e sociedade a outras razões, e não apenas ao tecnicismo da linguagem jurídica. De acordo com esses respondentes, o baixo grau de escolaridade da população, o despreparo da imprensa quanto aos temas jurídicos e, ainda, a utilização dos termos em latim pelos magistrados também se apresentam como complicadores da linguagem jurídica.

Os três respondentes que enviaram as respostas fora do padrão seguiram a mesma linha da maioria dos entrevistados, justificando o caráter técnico do chamado “juridiquês”.

Para o presidente do STJ no biênio 2006/2008, “a virtude está no meio termo”, uma vez que a linguagem técnica seria algo natural do cotidiano do magistrado, desde os bancos acadêmicos, além de ser uma exigência da profissão, por isso seria difícil afastar-se dela. Por outro lado, ele acredita que as decisões devem ser mais claras e simples, de modo a aproximar do Poder Judiciário os membros da sociedade civil.

Essa também é opinião de outro ministro do Tribunal, que vê um lado negativo do “juridiquês”, quando se torna uma linguagem “gongórica”, caracterizada por um excesso de metáforas, antíteses e alusões clássicas, mas vê como aspecto positivo o vocabulário técnico necessário para a ciência jurídica. Nesse ponto, também defende o tecnicismo da linguagem jurídica como fator natural:

A linguagem deve ser precisa, pois existem palavras que têm um significado geral e outro tipicamente jurídico que às vezes não podem deduzir-se do contexto. Com efeito, muitas vezes se fala pejorativamente de um “juridiquês” e de um “legalese” mas, nos sistemas legais predomina a idéia que os termos devem ser precisos, pois a redação jurídica deve ser clara pois não está dirigida a população em geral. (GRIZZUTI, 2006).

---

<sup>2</sup> Resposta de chefe de gabinete de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

Fato é que a questão já vem sendo discutida pelos profissionais do Direito e pelos veículos de comunicação. Na entrevista “O direito da comunicação; Judiciário e imprensa mal se falam e mal se entendem”, de Maria Fernanda Erdelyi, para o site Consultor Jurídico, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira compartilha essa opinião. Apesar de defender a simplificação da linguagem jurídica, ele também acredita que os termos inerentes a essa ciência não podem ser substituídos. Perguntado se a mudança da relação entre jornalistas e juízes passa pela reforma da linguagem jurídica, Ferreira (apud ERDELYI, 2005) apresentou a seguinte resposta:

Realmente é preciso facilitar o entendimento do direito e de sua aplicação aos casos concretos. Mas, ao mesmo tempo, existem termos jurídicos dos quais não se pode abdicar, sob pena de sacrificar as idéias e conceitos neles embutidos. Como posso substituir, por exemplo, “comoriência”, “prescrição em concreto”, “preclusão recursal lógica”, “inépcia substancial” etc? Cada atividade humana tem o seu palavreado exato, que é insubstituível. [...] Ademais, o “juridiquês” não deve ser confundido com o enfatado, com a demonstração de falsa erudição, com o rebuscado.

Para um terceiro ministro que respondeu ao questionário em formato de texto, há uma confusão entre linguagem jurídica e “juridiquês”. A primeira seria uma linguagem técnica essencial como em qualquer outra atividade profissional. Já o “juridiquês” resultaria do vício de se utilizarem palavras pouco conhecidas como forma de demonstrar cultura e erudição. Segundo o respondente, esse vício é mais forte no jargão forense e há uma tendência de ressuscitar palavras em desuso que, por repetição, acabam virando moda. Entretanto ele atribui a responsabilidade do fosso entre a Justiça e a sociedade aos jornalistas, que têm o dever de traduzir o linguajar técnico, mas não o fazem por falta de conhecimento e de interesse em se especializar nas palavras forenses.

O jornalista deve, justamente, funcionar como tradutor (em verdade, vulgarizador). Para tanto, é necessário conhecer com segurança a linguagem a ser traduzida. Isso, tem faltado. Os jornalistas em grande maioria, devotam profundo desprezo à palavras forenses. Estou certo de que, um vetor fundamental da falta de comunicação entre a “gente da Justiça” e o povo é a falta de jornalistas especializados. (informação verbal).<sup>3</sup>

Como solução para aproximar os cidadãos do Judiciário, alguns respondentes sugeriram a elaboração de cartilhas educativas para a população

---

<sup>3</sup> Resposta de ministro do Superior Tribunal de Justiça ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

sobre esse Poder, a produção de textos e falas mais claros e objetivos pelos magistrados, a melhoria do nível de educação da população e o preparo dos profissionais de comunicação, que têm o importante papel de esclarecer e informar a população sobre os seus direitos.

Fica claro, durante toda a análise dessa questão, que a maior parte dos profissionais envolvidos com as atividades do Direito acredita que as mudanças não devem partir do Judiciário ou, pelo menos, não apenas dele. Para essas pessoas, aparados os exageros de linguagem, a postura ocupada por esse Poder – encoberta pela chamada ciência – não deve ser alterada.

Adilson Santana de Carvalho, mestre em Letras pela Universidade de Brasília, registrou a relação entre pessoas comuns e o universo da Justiça na monografia intitulada “Linguagem, justiça e poder, um caminho para a democratização do acesso à Justiça”, vencedora do 1º Prêmio Novas Idéias para a Justiça, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público do Distrito Federal (Sindjus/DF).

Há um reconhecimento tácito, tanto da parte dos chamados operadores do direito, quanto dos chamados usuários, de que o universo jurídico é, e a maioria acha que justificadamente deve ser, uma realidade de poder especial, o que a coloca em um plano isolado de todas as demais instâncias da realidade. É quase como se esse universo fosse uma espécie de realidade metafísica, revestida de uma aura sagrada em que todos os membros desse meio, guardadas as divisões hierárquicas, seriam como sacerdotes. (CARVALHO, 2005, p. 5-6).

Bourdieu (apud CARVALHO, 2005, p. 6) constatou que há interesse do Judiciário em manter essa conduta dominante sobre os cidadãos comuns:

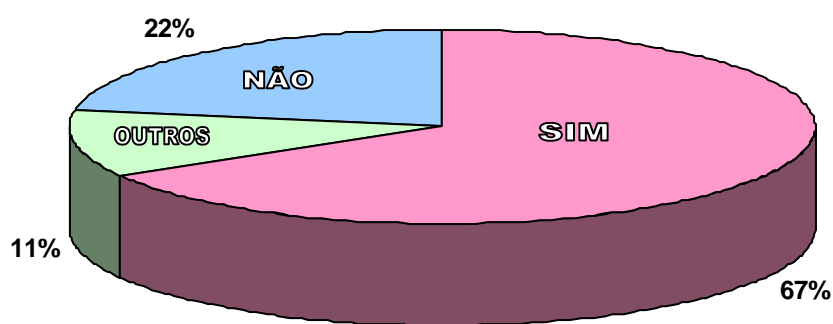
[...] os atos de autoridade são tão mais eficientes, quanto menos são percebidos como tais. Assim, para que a enorme distância entre os atos e fatos judiciais e as pessoas comuns continue existindo, e para que o Judiciário continue sendo da alçada apenas de um pequeno grupo, quando deveria ser o espaço mais democrático possível, é preciso que os gestos que indiquem essa segregação não sejam percebidos como tais.

### 5.1.2 Simplificação

A segunda pergunta do questionário indagou se os profissionais acreditavam ser possível a simplificação da linguagem usada pelos ministros nas entrevistas para a TV Justiça.

#### Questão 02

Vossa Senhoria acha que é possível a simplificação da linguagem utilizada pelo ministro ao conceder entrevistas para a TV Justiça?



Como mostra o gráfico acima, entre os que responderam ao questionário, 67% afirmaram ser possível a simplificação da linguagem jurídica falada para TV, e 11% disseram não o ser. Já 22% deram respostas fora do padrão solicitado, incluindo ministros e o então presidente do STJ.

A maioria dos respondentes que atendeu ao padrão solicitado acredita ser possível os ministros falarem de forma mais simplificada frente às câmeras de TV. Alguns alertam que é preciso disposição dos magistrados para buscar palavras mais simples a fim de explicar as decisões e, ainda, que tenham em mente que, durante uma entrevista, não estão falando apenas para um público especializado da área jurídica, mas para a população em geral.

Porque, ao conceder a entrevista, o ministro não está proferindo um voto ou debatendo a questão em julgamento, daí porque desnecessária a utilização de uma linguagem muito técnica ou simplesmente técnica; trará (ou deve trazer) luz à questão sobre a qual está concedendo a entrevista, expressando-se o mais claramente possível, porque o idioma em que se



manifesta é o mesmo do público a que se dirige, seja leigo ou especializado. (informação verbal).<sup>4</sup>

Reaparece entre os respondentes, como na primeira pergunta, a preocupação de melhoria do nível de escolaridade do povo brasileiro e também de preservação da língua portuguesa culta, até mesmo como forma de incentivar seu estudo, para melhorar a comunicação entre a Justiça e o cidadão.

Um dos questionados admite a necessidade da simplificação, mas acredita que a TV Justiça vem, de alguma forma, suprimindo essa lacuna ao explicar os termos jurídicos. Outro respondente reconhece não só a necessidade de uma linguagem mais clara, mas também a importância de os ministros se comunicarem com o público leigo que assiste à TV Justiça. E, para ele, o momento das entrevistas é a oportunidade para os ministros promoverem a interação do Judiciário com a comunidade:

Não só possível, mas muito conveniente. A TV Justiça é um veículo de comunicação que, muitas vezes, é utilizado pelo leigo. Aliás, creio, nisso reside sua grande utilidade: promover a interação do Judiciário com a sociedade laica. Tenho certeza de que reina grande curiosidade do povo, em geral, sobre os assuntos da Justiça. E a TV Justiça terá sua audiência/assistência ampliada à medida que as mensagens nela veiculadas forem bem compreendidas. (informação verbal).<sup>5</sup>

Um dos participantes ressaltou, a título de exemplo, a iniciativa de uma ministra do STJ que mantém, em seu sítio na internet, uma seção chamada “Entenda a Decisão”, para explicar às pessoas leigas os fundamentos técnicos de um julgamento.

Apenas duas repostas foram negativas na questão 2. A primeira delas não é cem por cento discordante, porque reconhece que deve haver uma conciliação entre as duas linguagens por meio de uma tradução dos significados dos termos técnicos, mas ressalva que ela deveria ser feita apenas para a população leiga, sem comprometer o conteúdo da informação jurídica. A outra resposta de fato mostra que o profissional não acredita na simplificação, por entender que é indispensável o uso dos termos técnicos específicos do Direito. Vale ressaltar que

---

<sup>4</sup> Resposta de assessor de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>5</sup> Resposta de ministro do Superior Tribunal de Justiça ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>.

ambos os respondentes atribuem também aos profissionais de comunicação a responsabilidade de explicar a linguagem jurídica para a população:

[...] tal ônus não poderia ser atribuído exclusivamente aos senhores ministros, os quais têm por profissão serem juristas, cientistas do direito, com formação eminentemente técnica... A tarefa de proporcionar a ampla compreensão poderia ser dividida justamente com os profissionais da comunicação, cuja ferramenta de trabalho é a linguagem, os quais, por se dedicarem a essa área específica de direito, podem buscar uma compreensão técnica que lhes dê aptidão de promover essa “ponte”, [...] (informação verbal).<sup>6</sup>

Uma oficial-de-gabinete reforça esse pensamento: “[...] cabe ao repórter, sob meu entendimento pessoal, em seguida aclarar a linguagem com os termos mais usuais, por exemplo, colocando o contexto na situação prática.” (informação verbal).<sup>7</sup>

Das respostas à questão de número dois, cinco foram enviadas fora do padrão solicitado. As exceções seguiram na mesma direção da maioria, no sentido de que é possível para o ministro simplificar a linguagem jurídica. Dentre elas está a do presidente do STJ no biênio 2006/2008, que, em contatos mais freqüentes com o meio de comunicação televisivo, reconhece que a linguagem deve ser diferenciada:

Nesse pouco tempo como Presidente do Superior Tribunal de Justiça – um dos Tribunais Superiores com maior visibilidade no País – pude notar que as respostas, notadamente para a televisão, devem ser simples, claras e objetivas, em linguagem suficientemente compreensível para o leigo. O ideal é que as respostas sejam curtas, focando os aspectos mais importantes relacionados com o tema da entrevista. (informação verbal).<sup>8</sup>

Outro ministro dá a entender, apesar de não ter assinalado “sim”, que acredita ser possível não usar o “juridiquês”, isso demonstrado por meio do que ele mesmo chama de “antidicionário”, no qual relaciona as palavras e expressões de uso proibido em seu gabinete, como “sodalício”, “obstar”, “a questão restou vencida” e outras. Um terceiro ministro admitiu que a simplificação é possível, mas ressaltou que, ao dispensar o vocabulário técnico da ciência jurídica para adotar a linguagem comum, seria necessário mais tempo para explicação dos termos de uma decisão.

---

<sup>6</sup> Resposta de assessora de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>7</sup> Resposta de oficial-de-gabinete de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>8</sup> Resposta do ministro presidente do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

Um assessor de ministro se considerou inapto para responder à questão por não ter acesso à TV Justiça. Interessante notar que, apesar de a TV Justiça ser um canal de transmissão fechado – disponível apenas para assinantes das TVs a cabo ou por satélite e para possuidores de antena parabólica digital –, as matérias produzidas pelo Tribunal para a emissora podem ser assistidas também pela intranet, no telejornal semanal do STJ, no qual é possível acompanhar as participações dos ministros nas reportagens. Os fatos levam a crer que a justificativa do assessor evidenciaria a indiferença quanto à divulgação e repercussão dos julgamentos do STJ, mostrando o distanciamento desses profissionais de Direito com os interesses da população em geral de como ter acesso a seus direitos.

Um outro assessor não assinalou nem “sim” nem “não”, mas afirmou acreditar que a simplificação é possível. No entanto, para ele, isso depende de alguns fatores, como o tema abordado, a finalidade da programação e o público alvo, para que se justifique esse processo.

O que se pode depreender das respostas obtidas é que, ao admitir a possibilidade de simplificação da linguagem jurídica, os participantes da pesquisa reconhecem que ela é, de fato, difícil de ser compreendida pela população leiga. Esse é o primeiro e mais importante passo para uma mudança, entretanto não é suficiente. Falta aos respondentes, pelo que ficou evidenciado, perceber que essa iniciativa deveria partir deles em primeiro lugar, uma vez que eles próprios são os detentores do poder sobre esse vocabulário específico.

Considerando que a linguagem desempenha não apenas o papel de transportar idéias, mas que ela funciona como instrumento de fundamental importância nas implicações políticas, sociais e econômicas das sociedades e, ainda, que por meio da língua se dá a distribuição de poder, concentrado apenas entre aqueles que a compreendem, pode-se concluir que ela exerce uma importante função na construção das relações interpessoais e também entre os povos.

Segundo Carvalho (2005, p. 19), quando se fala em linguagem, fala-se em todas as modalidades, mas a que se destaca na influência que exerce na formação das sociedades é a escrita. Por isso, como intérprete das leis, dos textos

escritos, não cabe mais ao Judiciário brasileiro o papel de complicar o entendimento da população sobre seus interesses.

A língua pode até servir para se comunicar, mas há casos, e parece ser este o caso da linguagem jurídica, em que ela serve exatamente para não comunicar. Há todo um cuidado em moldar a linguagem e ornamentá-la de uma maneira tal que ela passa a ser um código, cuja compreensão está ao alcance apenas do pequeno grupo, que faz parte do universo jurídico. (CARVALHO, 2005, p. 19).

Ainda de acordo com Carvalho (2005), levando-se em conta que um texto corresponde sempre a um discurso realizado por alguém que transporta significados por meio dele, observa-se que a linguagem é um elemento vivo e de grande influência na vida das pessoas.

[...] quando o advogado ou o promotor falam, não é nunca somente para comunicar fatos a respeito do réu. Há sempre um trabalho metódico na escolha das palavras e dos argumentos porque o que se busca nesse momento pode ser comover os jurados, irritar o adversário, demonstrar equilíbrio para o juiz, enfim, convencer, persuadir, transformar uma situação, e não simplesmente comunicar. Em um momento como esse, todos os entes envolvidos na situação têm plena consciência de que a linguagem não é simplesmente um instrumento de comunicação. (CARVALHO, 2005, p. 19).

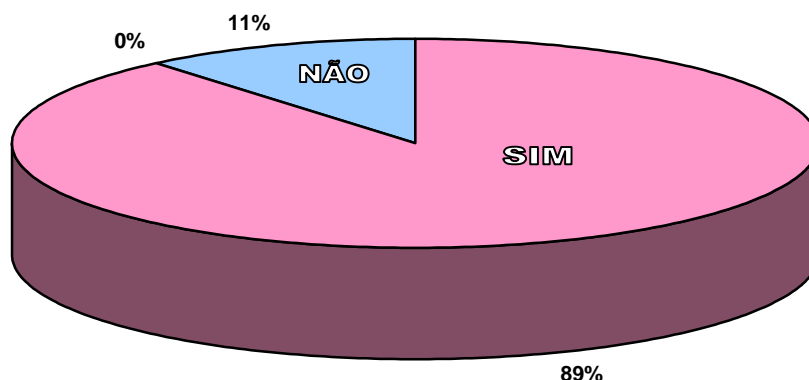
Essas considerações levam a crer que a linguagem exerce um poder fundamental também nas relações jurídicas. Os participantes que fazem parte dessa parcela restrita da sociedade não querem abrir mão do poder que detêm ao falar e ser compreendidos apenas nos seus grupos de convívio, segregando cada vez mais os excluídos desses círculos. Por isso, obter nesta pesquisa a maioria das opiniões a favor da simplificação da linguagem jurídica pode significar que o assunto ganha relevância e, se debatido mais vezes, pode sugerir o início de um processo de mudança.

### 5.1.3 Entrevistas

A terceira questão pediu a opinião dos profissionais sobre a importância ou não das entrevistas de ministros nas matérias para a TV Justiça.

**Questão 03**

Vossa Senhoria acredita que as entrevistas de ministros do STJ em matérias para a TV Justiça são importantes?



Nas respostas a essa questão segundo o padrão solicitado, 89% consideraram importantes as entrevistas dos ministros do STJ para as matérias da TV Justiça. Uma parte dos respondentes considera que as entrevistas dos magistrados contribuem para a aproximação dos membros do Judiciário com a população.

Desmistifica ou desmitifica a figura do ministro do tribunal superior, mostrando ao público leigo e ao especializado quem e como ele é, aproximando mais o Estado-Justiça do Estado-Povo, ou seja, esclarecendo como o Poder Judiciário funciona e como, porque e quando ocorre o julgamento dos conflitos submetidos a uma instância superior, que não é o céu, humanizando mais a figura dos ministros e mostrando que estes não são divinos. (informação verbal).<sup>9</sup>

Um dos ministros respondentes acredita que as entrevistas são importantes, mas que a responsabilidade de proporcionar a compreensão dos fatos jurídicos à população deve ser dividida entre os magistrados e os profissionais de comunicação: “sem dúvida, principalmente se o entrevistador fizer questionamentos que interessem ao povo e o entrevistado oferecer respostas em linguagem por todos inteligível”. (informação verbal).<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Resposta de assessor de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>10</sup> Resposta de ministro do Superior Tribunal de Justiça ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

Importante lembrar a resposta deste ministro na questão anterior (nº 2), quando ele ressalta a importância dos programas televisivos para aproximar o povo da Justiça:

[...] A TV Justiça é um veículo de comunicação que, muitas vezes, é utilizado pelo leigo. Aliás, creio, nisso reside sua grande utilidade: promover a interação do Judiciário com a sociedade laica. Tenho certeza de que reina grande curiosidade do povo, em geral, sobre os assuntos da Justiça. E a TV Justiça terá sua audiência/assistência ampliada à medida que as mensagens nela veiculadas forem bem compreendidas. (informação verbal).<sup>11</sup>

Outros respondentes também vêem as entrevistas como o momento de esclarecimento da população sobre as questões jurídicas e sobre seus direitos: “É a oportunidade que o ministro tem de ‘traduzir’ eventual tecnicidade para uma linguagem mais acessível e mais próxima da realidade das demais pessoas, podendo, inclusive, explicar as razões do seu entendimento.” (informação verbal).<sup>12</sup>

Além disso, para outro assessor de ministro, a entrevista pode ser um recurso para mudar a imagem negativa atribuída ao Poder Judiciário: “Pode aproximar a população do Poder Judiciário, que, por sua vez, freqüentemente é mostrado como ineficiente e inoperante. A concessão de entrevistas pode mitigar essa péssima imagem.” (informação verbal).<sup>13</sup>

Essa tendência é reforçada pela opinião de outro assessor, que admite as entrevistas dos ministros como um instrumento para dar mais transparência e legitimidade aos atos do Judiciário, vendo o jornalismo como aliado nessa tarefa.

O princípio da publicidade dos atos é fundamental para o controle da máquina estatal (Judiciário, Executivo e Legislativo), quanto maior a divulgação, por qualquer meio, melhor. O jornalismo desempenha a importante tarefa de ser a boca, olhos e ouvidos da sociedade, para mostrar os bastidores do Poder. (informação verbal).<sup>14</sup>

Seguindo essa inclinação, acredita-se ser essencial para a população compreender as decisões jurídicas para que possa exercer maior fiscalização sobre a atuação dos magistrados.

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Resposta de assessor de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Id.

Tais entrevistas estreitam o distanciamento existente entre os cidadãos e os Magistrados, aumentam o campo de conhecimento jurídico dos expectadores e faz com que as autoridades sejam melhores identificadas, acessíveis e, por via de consequência até mesmo ‘cobradas’ e fiscalizadas em sua atuação no Poder Judiciário. (informação verbal).<sup>15</sup>

Entre os 11% que responderam fora padrão solicitado, destaca-se um ministro respondente para quem “o comparecimento dos magistrados à televisão é salutar. É até uma forma de superar o “juridiquês”. (informação verbal).<sup>16</sup>

Dessa parcela, somente uma resposta foi negativa, não considerando importante que os ministros do STJ concedam entrevistas para as matérias veiculadas na TV Justiça. Para o ministro, a divulgação de notícias é uma atribuição dos profissionais de comunicação.

O jornalista bem informado pode divulgar as notícias com mais eficiência. A comunicação é especialidade dele. Evidentemente, se a decisão ainda não tiver sido publicada, o Ministro terá melhores condições de precisar-lhe o conteúdo. (informação verbal).<sup>17</sup>

Em outros países, como nos Estados Unidos (EUA), prevalece o entendimento de que cabe aos jornalistas a responsabilidade de divulgar, de forma clara, à população as notícias jurídicas. Entretanto, no Brasil, esses profissionais podem contar com o auxílio dos assessores de comunicação dos órgãos do Judiciário. Eles são vistos como “tradutores” da linguagem jurídica e para isso se desdobram em produzir notícias, programas de televisão e de rádio. Já nos EUA, os assessores apenas facilitam o trabalho da imprensa e se limitam a fornecer documentos sobre a questão em pauta. Para a ministra Ruth Ginsburg (apud LEMOS, 2005, p. 1-2), da Suprema Corte americana, é natural que os ministros também não participem desse processo de comunicação, ao contrário do que tem acontecido no Brasil:

Porque a confidencialidade é vital para a maneira como o Poder Judiciário funciona, essa falta de informação provavelmente persistirá enquanto a Corte existir. Reza a lenda que antigamente ministros, e mesmo ministros-presidentes, atendiam telefonemas de alguns membros da imprensa em dias de julgamentos, para explicar detalhes de casos complexos – não para serem citados, claro, mas meramente para esclarecer potenciais

---

<sup>15</sup> Resposta de oficial-de-gabinete de Ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>16</sup> Resposta de ministro do Superior Tribunal de Justiça ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>17</sup> Idem.

ambigüidades. Esse tipo de conversa, posso dizer com certa confiança, está destinada a permanecer lendária.

O diferente posicionamento dos membros do Poder Judiciário nos dois países é consequência da percepção da sociedade quanto ao comportamento de cada um deles. Nos EUA, os juízes abstêm-se de falar para garantir seu distanciamento da sociedade, que, apesar de restrições, confia no sistema Judiciário, entre outros motivos, por ele ser considerado ágil. Ou seja, ainda funciona efetivamente como estratégia de legitimação do poder seu afastamento, por meio da linguagem própria e do silêncio diante do público, entre outros recursos. Por isso, ações de comunicação não são vistas como necessárias na mesma proporção que o são em nosso país.

Já no Brasil, a palavra de ordem da Justiça atualmente é “transparência”. O País passou por um recente processo de redemocratização. A Constituição de 1988 levou o Judiciário a uma maior abertura de seus bastidores. Outro fator que contribuiu para essa mudança foi a necessidade de reverter o quadro de desconfiança sobre o Poder, causado, entre outros fatores, a partir da instalação de uma CPI para investigar seus procedimentos internos, na década de 1990.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Toledo & Associados, a pedido da ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em setembro de 2003, mostrou que de 1.700 pessoas entrevistadas em dezesseis capitais brasileiras, 41% não acreditam na Justiça. E o Judiciário estava em quinto lugar entre as sete instituições consideradas mais confiáveis, à frente apenas do Ministério Público e do Congresso Nacional. (OLIVEIRA, 2006, p. 64-65).

Por causa do alto grau de desconfiança que se instalou em função das investigações sobre as instituições da Justiça e seus integrantes, esses profissionais passaram a dedicar cada vez mais esforços no sentido de mudar sua imagem, dando mais espaço para a penetração da imprensa em suas rotinas como forma de prestação de contas aos cidadãos.

No entanto isso não significa que os juízes pensem que esse papel perante a sociedade deva ser deles. A velha máxima de que os “juízes só devem falar nos autos” só agora começa a tomar outra dimensão:



Enquanto eu estiver relatando, sendo juiz de um caso, eu não posso emitir juízo de valor sobre aquele caso. Eu não posso antecipar o julgamento, enquanto eu não concluir a instrução daquele processo. Então essa coisa de que juiz só fala nos autos, ele só fala nos autos sobre o caso dos autos. Depois, quando ele tem a sua conclusão lavrada nos autos, tem de fazê-la e verbalizá-la da forma mais transparente e clara, para que todos possam entendê-la. É direito da sociedade saber bem sobre o que decidem e resolvem os agentes públicos. Aí também incluídos os juízes. (VIDIGAL, 2007b).

O que nem todo o Judiciário brasileiro percebeu é que passou a fazer parte de um recente cenário informativo no qual a sociedade civil e o Poder Público praticam um novo tipo de jornalismo:

Entre os meios tradicionais de comunicação, públicos ou privados, novos veículos informativos são ofertados ao público por organizações profissionais, sociais e inclusive por segmentos do Poder Público. São mídias mantidas e administradas por atores sociais que, até então, se limitavam a desempenhar o papel de fontes de informações. E por isso as denominamos MÍDIA DAS FONTES. (SANT'ANNA, 2006, p. 23).

Para Sant'Anna (2006), esse modelo de jornalismo permite que a sociedade tenha acesso a informações sob a perspectiva do segmento que as produzir.

A opinião pública passa a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente, filtradas e difundidas por entidades ou movimentos sociais, ou seja, corporações detentoras de interesses corporativos. [...] a Mídia das Fontes, busca interferir no processo de construção da notícia (*newsmaking*) e na formação do imaginário coletivo, principalmente naquele do setor formador de opinião. (SANT'ANNA, 2006, p. 3-4).

Não serão levantadas neste estudo questões sobre a imparcialidade da informação difundida por esses meios, ou se seu conteúdo difere do divulgado pela imprensa clássica, ou, ainda, qual mídia cumpre melhor o papel de informar corretamente – ainda que elas sejam relevantes. No caso do Judiciário, o surgimento da chamada “mídia das fontes” acaba por suprir a lacuna existente entre transmissor (juízes) e receptor (população). Os veículos de comunicação criados pelas próprias instituições judiciárias, como Rádio Justiça e TV Justiça, são exemplos do que podemos chamar de “válvula de escape” para os juristas que não aceitam o contato direto com o público, ou, pelo menos, não de forma a mudar seu comportamento ou, mais especificamente, sua linguagem. Neles, os repórteres da instituição vêm fazendo a ponte entre Justiça e cidadão num esforço de traduzir o “juridiquês”.

Mas por que não explorar mais esses instrumentos já que eles podem, melhor que qualquer outro, informar, com uma margem mínima de erros, tudo que a Justiça decide? Como o próprio nome diz, são as “mídias das fontes” e, no caso do STJ, não se pode ter apenas uma visão macro da instituição como “fonte” geradora de notícias. O papel de “fonte”, ou seja, de informar sobre as decisões, não deve ser apenas do assessor de comunicação e dos repórteres, mas um trabalho conjunto com os ministros. Para isso, é imprescindível que eles participem das matérias televisivas e transmitam ao público informações sobre os direitos dos cidadãos que, muitas vezes, eles próprios conseguem traduzir melhor. Caso contrário, todo o esforço dos repórteres de coletar dados e números, exemplificar e contextualizar as matérias para a compreensão da sociedade será frustrado. Cabe aos magistrados compreender que falar com clareza sobre as decisões da Justiça não é uma opção, mas um dever, uma vez que a população tem direito à informação transparente sobre as ações do poder público. Trata-se de uma garantia constitucional:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1999, p. 8).

Segundo Sadek (2000 apud LEMOS, 2002, p. 2), a Constituição de 88 mudou o perfil do Judiciário e, em especial, do Ministério Público, que ganhou mais autonomia e passou a assumir um papel político importante na defesa dos direitos constitucionais.

Também para Arantes (2000 apud LEMOS 2002), ainda como reflexo da Constituição de 88, as duas instituições passaram a ter mais independência e ampliaram suas funções na defesa da cidadania: fator novo no cenário político do país.

Os novos membros recrutados para as duas instituições, por concurso, incorporaram as novas funções com o entendimento de que tinham a obrigação de falar à população sobre suas atividades. Mais que isso, promotores e procuradores passaram a ver a imprensa e a opinião pública como aliadas para obter efetividade em investigações e processos. (ARANTES, 2000 apud LEMOS 2002, p.2-3).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, apesar de a quase unanimidade entre os respondentes admitirem que as entrevistas dos ministros são

importantes para a melhor compreensão das matérias televisivas, ainda há uma grande resistência por parte dos magistrados em conceder sonoras – entrevistas para TV – para os repórteres da Coordenadoria de TV do STJ. A problemática, observada por quem trabalha no dia-a-dia com essa situação, começaria com a resistência dos próprios funcionários dos gabinetes – assessores, oficiais e chefes de gabinete – em aceitar marcar as entrevistas com os ministros. Segundo observações dos profissionais de comunicação, parece que, mesmo para esses colaboradores tão próximos, o magistado ainda representaria aquele que deve ser preservado e mantido afastado do alcance popular e de qualquer tipo de exposição.

O fato é constatado pela pequena quantidade de entrevistas concedidas em 2006, ano usado como parâmetro neste estudo. No primeiro semestre, apenas 32 matérias foram produzidas com entrevistas dos magistrados. Considerando-se que são 33 ministros no Tribunal, poder-se-ia estimar que, em média, apenas cinco deles falaram, por mês, para a TV, sobre suas decisões. Ou seja, apenas uma vez por semana, em média, conseguiu-se pôr no ar matéria contendo sonora de ministro do STJ, apesar de terem sido produzidas cerca de quinze matérias semanais no período analisado.

O segundo semestre do mesmo ano mostra um quadro ainda mais preocupante. A média aproximada é de três matérias produzidas por dia útil sobre as decisões do STJ para a TV Justiça. Destas, apenas dezesseis foram veiculadas com entrevistas dos ministros do Tribunal ao longo de seis meses, ou seja, de 24 semanas, o que não chega a uma entrevista de ministro por semana.

Levando-se em consideração a média aproximada de três matérias diárias sobre julgamentos produzidas nesse período pela equipe de TV do STJ, se cada uma delas contivesse sonora de um ministro, cada um dos 33 ministros concederia, no máximo, duas entrevistas por mês para que cada matéria tivesse uma entrevista, o que não significaria grande sobrecarga.

Essas observações refletem a dificuldade de agendar entrevistas com os ministros do STJ, o que foi confirmado pela pequena quantidade de respostas obtidas no questionário aplicado para o desenvolvimento deste trabalho. O tema merece um estudo mais detido para verificar quais são as causas desse

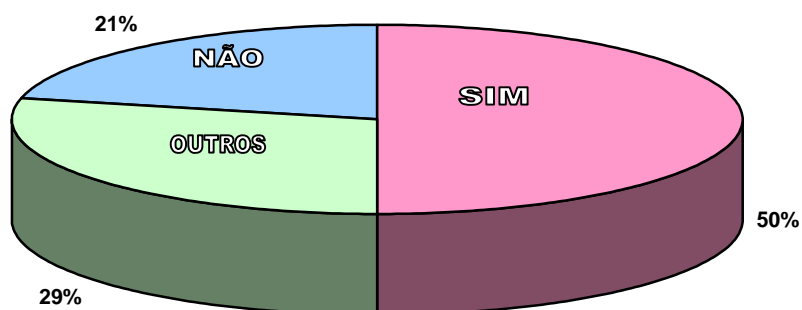
comportamento, uma vez que a maioria dos respondentes acredita na importância das entrevistas dos ministros para as matérias da TV Justiça.

#### 5.1.4 Como simplificar

A quarta pergunta solicitou que, caso os respondentes tivessem admitido a possibilidade de simplificação da linguagem jurídica e a importância das entrevistas dos ministros do STJ para TV, eles respondessem como poderiam auxiliar o magistrado nesse processo de simplificação.

#### Questão 04

Em caso de respostas afirmativas sobre as questões acima, Vossa Senhoria acredita que poderia auxiliar o magistrado no processo de simplificação da linguagem ao falar para a TV Justiça?



Essa questão foi aplicada apenas aos assessores, oficiais e chefes de gabinete, ficando excluídos os ministros.

Metade dos respondentes considerou que poderia auxiliar os ministros a utilizar termos mais simples durante as entrevistas para a TV Justiça; 29% disseram que não. As respostas enviadas fora do padrão solicitado somam 21%.

A análise das respostas da questão de número quatro foi bastante interessante. Um dos assessores de ministro que acredita ser possível auxiliar o

magistrado nessa tarefa sugere algumas estratégias para o processo de simplificação. Uma delas seria o desenvolvimento de situações simuladas, com encenações, nos moldes das telenovelas. Propõe também a criação de cartilhas e de jogos, enfim, de mecanismos mais criativos. A resposta não deixa claro de quem deve partir a ajuda, ou seja, a iniciativa, se dele ou se de outros profissionais.

Outros respondentes também acreditam que é possível orientar o magistrado a falar de forma mais simples para a TV, mas um deles alega que o ministro com o qual trabalha já o faz e outro chega a afirmar que quem orienta os servidores do gabinete para não usar o “juridiquês” é o próprio magistrado.

Um assessor recorre à técnica da argumentação com o magistrado, admitindo participar do processo, além de mostrar uma visão de comunicação institucional:

Dentro do limite do diálogo hierárquico ou pessoal existente entre ambos, mostrar que **o caso em explanação poderá se sobressair mais na mídia** se a linguagem por ele utilizada for a mais simples possível, porque atingirá um público muito maior, **tornando o ministro uma figura mais conhecida e esclarecedora**. (informação verbal, grifo nosso).<sup>18</sup>

Outro respondente remete sua resposta às anteriores e não se coloca na posição de auxiliar o magistrado, por acreditar que cabe aos próprios juristas ter bom senso, evitando os excessos de termos jurídicos e ainda tendo em mente sempre o público leigo que precisa ser alcançado.

Mais uma vez, volta à tona a questão do papel dos profissionais de comunicação em traduzir o “juridiquês”:

[...] penso que todo o Gabinete e, em especial a assessoria, se coloca à disposição dos colegas da comunicação (tal como já ocorreu com votos de repercussão na mídia), para ajudá-los a compreender e “traduzir” de modo acessível à população as implicações técnicas dos votos e das matérias objeto de debate. Penso, também, que esse intercâmbio dá um respaldo técnico aos profissionais de comunicação, de modo a evitar que imprecisões sejam veiculadas involuntariamente. (informação verbal).<sup>19</sup>

Esse pensamento é reforçado também pelos respondentes que não acreditam que deva partir deles o auxílio aos ministros para simplificar seu modo de

---

<sup>18</sup> Resposta de assessor de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>19</sup> Resposta de assessora de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

falar para a TV. Um dos chefes de gabinete de ministro entende que “há profissionais habilitados que, não subordinados aos ministros e desvinculados do Poder Judiciário, podem realizar essa tarefa sem receios justificáveis ou cerceamentos institucionais compreensíveis.” (informação verbal).<sup>20</sup>

Uma oficial-de-gabinete também compartilha essa idéia: “Trabalhamos com pessoas com grande poder de expressão, não há necessidade de auxílio, mas sim de uma reportagem clara e correta.” (informação verbal).<sup>21</sup>

A resposta remete novamente ao texto de Lemos (2005), no qual ficou constatado que, nos EUA, entende-se que a tradução e interpretação das decisões jurídicas devem ficar a cargo dos jornalistas, não dos assessores de comunicação, muito menos dos magistrados.

Nos Estados Unidos, esse papel é atribuído à imprensa, enquanto que os assessores se vêem numa posição muito menos pró-ativa, basicamente respondendo as perguntas feitas por jornalistas e fornecendo a eles documentos. “Facilitadores” seria uma boa descrição para seu papel. (LEMONS, 2005, p. 8.).

Outros respondentes colocam-se à margem da questão, mesmo reafirmando a importância do processo de simplificação da linguagem jurídica, ou por não saber como poderiam auxiliar o ministro, ou por acreditar que essa é uma questão que deve ser resolvida pelo próprio magistrado.

Essa é uma iniciativa que deve ser do próprio magistrado. Não cabe auxílio. Todavia, entendo que, de modo geral, os ministros têm se esforçado no sentido de adotar uma linguagem oral e escrita mais simples, diminuindo o uso de termos em latim, etc. (informação verbal).<sup>22</sup>

Nas respostas apresentadas fora do padrão, um assessor apenas se limitou a responder que não saberia como auxiliar o ministro. E um outro respondente, chefe de gabinete, revela: “no meu específico caso, na verdade sou eu

---

<sup>20</sup> Resposta de chefe de gabinete de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>21</sup> Resposta de oficial-de-gabinete de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>22</sup> Resposta de assessor de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

quem aprende com a ministra [...] a ser menos técnico ao explicar as decisões [...]” (informação verbal).<sup>23</sup>

O que se pode observar ao final dessa análise é que a maior parte dos respondentes se exime da responsabilidade de auxiliar o ministro na tentativa de simplificar a linguagem jurídica falada, uma vez que apenas dois apresentaram sugestões nesse sentido.

## **5.2 Análise do questionário aplicado aos jornalistas da TV do STJ**

Sete jornalistas, incluindo repórteres, editores e produtores da Coordenadoria de TV do Superior Tribunal de Justiça, também foram convidados a responder ao questionário com as quatro questões aplicadas aos assessores, oficiais e chefes de gabinete dos ministros do Tribunal. Apenas um dos profissionais não respondeu e os demais enviaram as respostas conforme o padrão solicitado, exceto no caso da de número quatro, em que um deles não foi categórico em afirmar “sim” ou “não”. Abaixo, pode-se conferir a análise quantitativa e qualitativa das respostas.

### **5.2.1 “Juridiquês”**

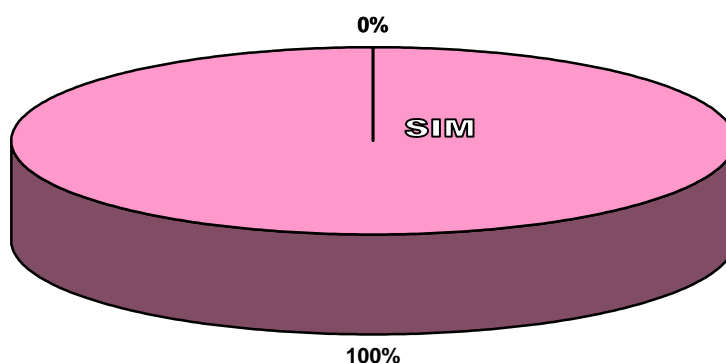
Da mesma forma que no questionário enviado aos gabinetes dos ministros, a primeira pergunta mencionou a pesquisa realizada pelo Ibope e encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB em março de 2004, apontando a existência de um grande fosso entre a linguagem jurídica e a língua falada pela população leiga. (ASSOCIAÇÃO, 2005). A questão indagou dos jornalistas se concordavam com a conclusão da pesquisa de que o “juridiquês” afasta a população do Poder Judiciário e vice-versa.

---

<sup>23</sup> Resposta de chefe de gabinete de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

### Questão 01

Em março de 2004, a AMB encomendou uma pesquisa qualitativa ao Ibope que apontou a existência de um grande fosso entre a linguagem jurídica e a língua falada pela população leiga. Você concorda com a conclusão da pesquisa de que o “juridiquês” afasta a população do Poder Judiciário e vice-versa?



Todos concordaram com a conclusão da pesquisa da AMB, de que o “juridiquês” afasta população e Judiciário: “[...] muitos termos ainda são usados em latim e outros de difícil compreensão por parte das pessoas que não têm acesso à mídia e contato constante com o texto jurídico.” (informação verbal).<sup>24</sup>

Houve também uma tendência, assim como em algumas respostas dos profissionais nos gabinetes do STJ, de acreditar que o fosso entre Justiça e sociedade é agravado pelo baixo nível de escolaridade da população brasileira:

Porque a população comum mal sabe falar e escrever direito, imagina tendo que ler termos que vem do latim. É como se o Judiciário falasse russo, numa terra onde mal se fala o português; [...] (informação verbal).<sup>25</sup>

A linguagem utilizada pelos profissionais do direito é desnecessariamente prolixa. Soma-se a isso o baixo nível educacional de nossa população. Estima-se que cerca de 50% por cento dos brasileiros sejam analfabetos funcionais. (informação verbal).<sup>26</sup>

<sup>24</sup> Resposta de jornalista do Superior Tribunal de Justiça ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem.



Um dos respondentes acredita que, como a televisão é o meio predominante de levar informação para a maioria dos cidadãos, a compreensão de mensagem recheada de termos jurídicos fica prejudicada pela falta de clareza e pela rapidez que esse veículo requer:

[...] a maior parte da população brasileira se informa por meio da televisão. E a linguagem televisiva é simples e objetiva, não estimulando o raciocínio lógico. Como a linguagem jurídica é difícil e formal, cria-se um fosso intransponível entre o modo que as informações jurídicas são escritas e transmitidas pelos meios de comunicação oficiais (Diário Oficial da União, Diário da Justiça, Releases e informações fornecidas pelas Assessorias de Imprensa dos órgãos do judiciário...) e o que o cidadão comum consegue apreender. (informação verbal).<sup>27</sup>

Essa opinião reflete a posição mais comum dos profissionais de TV. Como se viu no capítulo 3, ao abordar as características da linguagem televisiva, Olga Curado afirma, em “A Notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo”, que a televisão não é como um jornal impresso, onde o leitor pode voltar a página e ler novamente a notícia para tirar suas dúvidas; por isso, a linguagem televisiva deve ser simples e objetiva, proporcionando a compreensão imediata do que se assiste.

Para outro jornalista do STJ, o fosso é ainda maior, pois leva ao desinteresse da população pelas questões jurídicas: “Ninguém se interessa pelo que não consegue compreender”, destaca. (informação verbal).<sup>28</sup>

### 5.2.2 Simplificação

Na segunda pergunta do questionário, os jornalistas deveriam responder se acreditavam ser possível a simplificação da linguagem usada pelos ministros nas entrevistas para a TV Justiça.

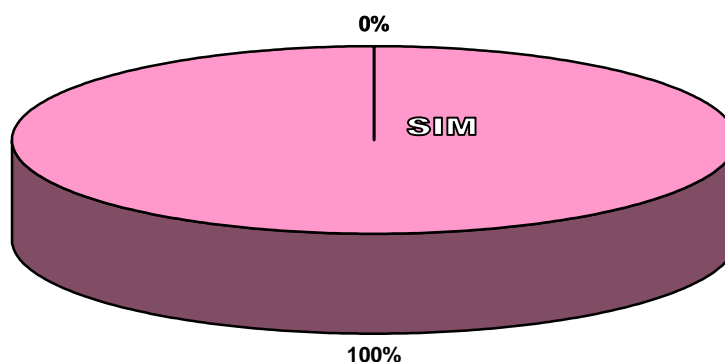
---

<sup>27</sup> Id.

<sup>28</sup> Id.

## Questão 02

Você acha que é possível a simplificação da linguagem utilizada pelo ministro ao conceder entrevistas para a TV Justiça?



Nesta questão também foi unânime a posição dos jornalistas em acreditar que é possível a simplificação.

Uma das respostas remeteu ao que o Judiciário brasileiro vem buscando: aproximar-se do povo. Mas essa aproximação passa necessariamente por uma linguagem mais acessível: “Porque se o Judiciário quer tanto se aproximar do cidadão tem que falar a língua do povo. Agora o problema é se o ministro sabe falar a linguagem do povo.” (informação verbal).<sup>29</sup>

Para Carvalho (2005), essa é uma questão que deve ser enfrentada. Para isso, deve existir interesse do Poder Judiciário em se tornar uma instituição efetivamente democrática, deixando de ser uma entidade metafísica, abrindo-se para a participação popular.

Tornar o Judiciário um espaço democrático significa tocar em estruturas profundas e arcaicas de poder. Portanto, as resistências não seriam poucas e nem se conseguiria nada, a não ser com mudanças radicais. No rol dessas revoluções difíceis, mas necessárias para qualquer intenção de democratização, a revolução das relações com a linguagem parece a mais urgente e mais fundamental. (CARVALHO, 2005, p.33).

Dois respondentes afirmaram que explicar à população, de forma clara, as questões jurídicas só depende da vontade dos próprios magistrados. Para um dos jornalistas, o STJ caminha nessa direção, pois alguns ministros já se

<sup>29</sup> Id.

comunicam dessa maneira. Na avaliação de quem estuda o Poder Judiciário, a criação de uma mídia da própria instituição contribuiu para a mudança de postura:

A percepção geral é de que a criação da TV Justiça contribuiu significativamente para melhorar a comunicação dos ministros do Supremo, de magistrados e de operadores do Direito. A avaliação é de que os juízes percebem a cada dia que, para sua comunicação com o público, é necessário abandonar a erudição e as técnicas da linguagem jurídica e utilizar uma linguagem direta e acessível. (SILVA, 2005, p. 66).

Entretanto, segundo, outro jornalista ouvido na pesquisa, essa iniciativa não depende apenas dos magistrados: “Cabe ao grupo de indivíduos envolvido nesta relação (magistrados, jornalistas etc.) fazer-se entender pelo maior número de pessoas possível. Ainda mais em se tratando de televisão, um veículo de grande audiência.” (informação verbal).<sup>30</sup>

Um dos profissionais, apesar de ter acenado que acredita ser possível a simplificação, deixou claro em sua justificativa que o processo depende de uma mudança nas raízes de formação dos profissionais de Direito:

Assim como o médico crê que é preciso ter uma péssima caligrafia para, de alguma forma, provar que ele é médico, via de regra, o profissional do meio jurídico (advogado, juiz, promotor...) acredita que a formalidade das cortes judiciais, a aura de superioridade dos magistrados e a “inatingibilidade” por meio do uso de termos técnicos, palavras rebuscadas e expressões em latim fazem com que esses operadores do Direito se diferenciem do jurisdicionado, do cidadão comum que buscou obter algum direito na justiça. (informação verbal).<sup>31</sup>

Outro respondente sugeriu, como forma de facilitar a “tradução” dos termos usados, que os ministros participem de treinamentos específicos – *media training* – para aprender a se comunicar com a população por meio da TV.

### 5.2.3 Entrevistas

A terceira questão pediu a opinião também dos jornalistas sobre a importância ou não das entrevistas de ministros nas matérias para a TV Justiça.

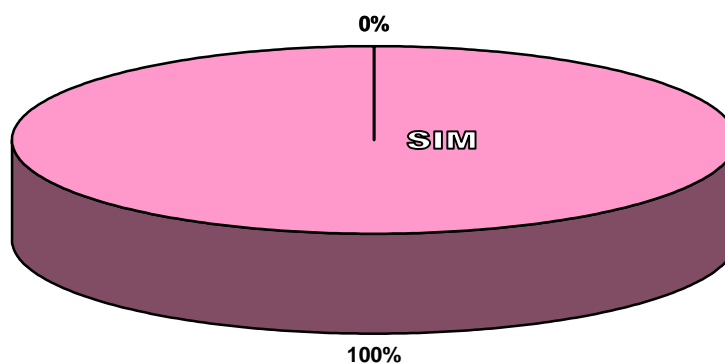
---

<sup>30</sup> Id.

<sup>31</sup> Id.

### Questão 03

Você acredita que as entrevistas de ministros do STJ em matérias para a TV Justiça são importantes?



Os seis jornalistas reconheceram a importância das entrevistas dos ministros para as matérias televisivas.

Dois respondentes afirmaram que os ministros são os mais indicados para falar em nome da Justiça: “Ninguém está mais apto a explicar as decisões da Justiça que os próprios responsáveis por ela.” (informação verbal).<sup>32</sup>

Um deles destacou a importância da participação dos magistrados nas matérias como forma de aproximação com a sociedade. “Seria mais um passo para a aproximação do Judiciário com o povo. Imagina alguém que julga e que trabalha pela justiça de um povo e não se aproxima dele, se sente superior a ele.” (informação verbal).<sup>33</sup>

Outro jornalista considerou que as entrevistas devem colaborar para a transparência a que se propõe o STJ: “São imprescindíveis, uma vez que os meios de comunicação desenvolvem um papel importante de divulgar as ações do Tribunal, que se diz da cidadania.” (informação verbal).<sup>34</sup>

Dois profissionais afirmaram que as entrevistas dão mais credibilidade e dinamismo às matérias. Na opinião de um deles, as participações dos ministros até

<sup>32</sup> Id.

<sup>33</sup> Id.

<sup>34</sup> Id.

facilitam a compreensão do público sobre o “juridiquês”. Mas, para outro, apesar da importância das sonoras (entrevistas), a maioria dos ministros não consegue ser clara e objetiva, mesmo assim, esse recurso pode desmistificar a crença de que “o juiz só fala nos autos”. Como afirma Silva (2005, p. 66) em seu estudo sobre a TV Justiça, que ouviu os profissionais de comunicação que trabalham no veículo:

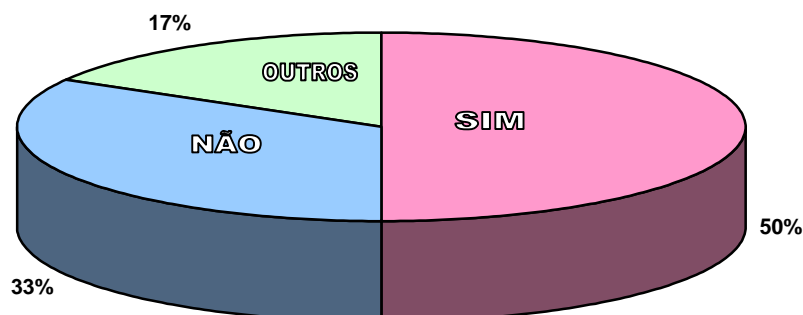
Entretanto, a percepção geral é de que o processo de tradução da linguagem jurídica para o cidadão é um processo em andamento. A linguagem jurídica precisa ser formatada e trata-se de um processo paulatino [...]

#### 5.2.4 Como simplificar

A quarta pergunta enviada aos jornalistas do STJ foi a mesma encaminhada aos gabinetes dos ministros e solicitou que, caso tivessem admitido a possibilidade de simplificação da linguagem jurídica e a importância das entrevistas dos ministros do STJ para TV, respondessem como poderiam auxiliar o magistrado no processo de simplificação.

#### Questão 04

Em caso de respostas afirmativas sobre as questões acima, você acredita que poderia auxiliar o magistrado no processo de simplificação da linguagem ao falar para a TV Justiça?



Nesta questão, as opiniões ficaram divididas entre três respostas afirmativas, duas negativas e um “talvez”.

Para dois jornalistas que admitem a possibilidade de auxiliar os magistrados no processo de simplificação da linguagem, tudo é uma questão de

aprendizado. Um sugere que a Secretaria de Comunicação do STJ ofereça cursos para os ministros. Outro se coloca como colaborador direto: “É preciso perder o receio de ser transparente com os ministros. Acredito que eles também queiram ser mais interessantes e claros ao falar para TV. É preciso apenas mostrar-lhes como fazer isso.” (informação verbal).<sup>35</sup>

A terceira resposta afirmativa também segue essa tendência de que os magistrados têm condições de simplificar sua linguagem, assim como os jornalistas aprendem alguns termos jurídicos:

Da mesma maneira que um jornalista leigo aprende a conhecer os principais termos jurídicos no dia-a-dia da cobertura do Tribunal, o magistrado pode “aprender” a utilizar uma linguagem mais simplificada com os profissionais da comunicação. (informação verbal).<sup>36</sup>

Dos dois que não acreditam poder auxiliar os magistrados, apenas um justificou sua resposta, demonstrando que, na verdade, seria possível, sim, ajudá-los, desde que houvesse interesses comuns:

Acho que na verdade esse trabalho de simplificação da linguagem não é uma coisa prá uma pessoa sozinha fazer. É um trabalho de equipe, com processos que aproximem os ministros até da própria imprensa. Um processo realmente de aprendizagem, de conscientização. Afinal, eles legislam pelo povo e para o povo, então nada mais justo que o povo saiba disso, né? (informação verbal).<sup>37</sup>

Já o respondente que não sabe se pode ou não dar algum tipo de colaboração ressalta o fato de que alguns magistrados não têm interesse em ser mais acessíveis:

Alguns ministros demonstram boa vontade e estão mais abertos para receber dicas e para repetir a gravação da entrevista pelo menos uma vez. Outros não. São extremamente fechados e seguros de si, não permitindo acesso por parte do repórter, ainda que seja para ajudar a tornar a mensagem dele mais clara para o telespectador. (informação verbal).<sup>38</sup>

Carvalho (2005, p. 33) acredita que, para resolver o problema do tecnicismo, o primeiro passo seria assumir a linguagem jurídica como um problema que precisa ser solucionado:

Para isso há alguns caminhos possíveis, todos eles mais ou menos radicais. Uma possibilidade seria a criação de normas, por exemplo, pelos

---

<sup>35</sup> Id.

<sup>36</sup> Id.

<sup>37</sup> Id.

<sup>38</sup> Id.

Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público, inclusive com a previsão de medidas disciplinares rígidas para quem descumpri-las, obrigando os membros do meio jurídico a escreverem de modo inteligível. Outra possibilidade poderia ser a inclusão da escrita de qualidade (entenda-se como aquela que prima pela clareza, objetividade e simplicidade) como critério para promoção nas carreiras.

Analisando as respostas obtidas de ministros e de assessores, pode-se dizer que esse tipo de medida enfrentaria grande resistência, uma vez que parcela significativa dos operadores do Direito considera a linguagem jurídica necessária ou, ao menos, natural, não concordando com a posição de Carvalho (2005), que a mostra como um instrumento de poder que deveria e poderia ser reformado.

### **5.3 Análise das entrevistas dos ministros do STJ para notícias de TV**

A escolha das matérias produzidas pelo STJ, para análise das entrevistas dos ministros, seguiu o seguinte critério: separar dois videoteipes, ou VTs, com sonoras dos então presidentes de cada uma das seis Turmas de julgamento do Tribunal, preservando, assim, a isenção quanto ao ministro escolhido. Entretanto essa etapa também encontrou obstáculos. Como um dos ministros não concede entrevistas para a TV sobre as decisões, pesquisaram-se sonoras de um presidente de gestão anterior para dar continuidade ao critério estipulado. Mas apenas uma sonora foi concedida por este em dois anos à frente da Turma. Por isso, foram analisadas onze matérias em vez de doze como programado.

As entrevistas foram classificadas como “pouco esclarecedoras ou repetitivas do conteúdo da matéria”, “claras ou de fácil compreensão” e “de difícil compreensão ou complicadas pelo uso de termos comuns aos profissionais de direito”. Por ter acesso à íntegra das gravações como repórter da Coordenadoria de TV do STJ, durante a elaboração deste trabalho, observou-se que as partes das sonoras separadas para as matérias, ou seja, editadas, são as possíveis para se tentar aproveitar a fala dos ministros, mesmo que não ajudem na compreensão da notícia, numa tentativa de mostrar a participação deles.

Um exemplo de entrevista considerada pouco esclarecedora ou vazia em seu conteúdo pode ser observado no “VT-Acidente de Trabalho/MG”. Partindo do princípio de que a sonora deve completar o raciocínio, a informação do *Off* ou da passagem que a antecede, percebe-se que a entrevista não explicou por que o STJ concedeu a indenização, como programado pelo repórter:

### **Off 2**

A falta de segurança nas empresas levou um trabalhador a procurar a Justiça. O autor da ação perdeu as duas pernas num acidente ocorrido enquanto prestava serviço à Vale do Rio Doce. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais condenou a Companhia ao pagamento de pensão por danos materiais. A Vale recorreu. Mas a justiça mineira entendeu que houve dano, culpa exclusiva da empresa e relação entre a causa do acidente e a atividade desenvolvida pelo trabalhador. Por isso determinou a indenização, mesmo com o funcionário tendo sido aposentado por invalidez. No recurso analisado pelo STJ, o ministro relator manteve a condenação. (informação verbal).<sup>39</sup>

### **Sonora de ministro**

O STJ tem reconhecido que em caso de acidente do trabalho, é... além do benefício previdenciário, que tem uma outra origem, por ele nós pagamos, por ele o trabalhador paga, é em caso de acidente, também fica a empresa, o empregador, obrigado a indenizar materialmente, não só pelo dano moral, quando é o caso, mas também indenizar materialmente. Foi o que aconteceu no caso da Vale do Rio Doce. (informação verbal).<sup>40</sup>

Quanto ao conteúdo dessas sonoras que não acrescentam informações ao que já foi dito na matéria, pode-se atribuir esse comportamento à falta de experiência dos ministros em conceder entrevistas para TV, ou, como já mencionado, ao esforço do editor em aproveitar algum trecho da gravação, mesmo que ele nada acrescente à informação, como se vê no “VT-Juros Abusivos”:

### **Off 1**

Há cinco anos o Supremo trabalha para responder: o código de defesa do consumidor se aplica a operações bancárias? Enquanto a palavra final não vem, tribunais de todo país decidem sobre o uso do CDC em disputas entre clientes e instituições. Os casos mais comuns são questionamentos sobre a cobrança de juros acima dos 12% ao ano definidos pela constituição. (informação verbal).<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Matéria cedida pela Coordenadoria de TV/STJ.

<sup>40</sup> Idem

<sup>41</sup> Id.



### **Sonora de ministro**

“Enquanto a Constituição dizia, o Congresso teria que regulamentar através de uma lei. Como isso não aconteceu, é ... a matéria parece que voltou à estaca zero.” (informação verbal).<sup>42</sup>

Nessa participação do ministro, percebe-se que houve uma tentativa de aproveitamento do que ele disse, sem, contudo, trazer qualquer informação ou esclarecimento ao assunto tratado.

Sobre as sonoras de fácil compreensão, observa-se que os ministros que têm mais contato com o veículo televisivo, que costumam conceder entrevistas, têm maior desenvoltura, o que facilita o trabalho de edição e compreensão da matéria – apesar de esses mesmos magistrados algumas vezes não conseguirem ser claros ao expor seus pensamentos. Um exemplo de sonora com essa característica pode ser vista no “VT-Dano Moral/Coletividade”:

### **Off 2**

Na Primeira Turma, prevaleceu o entendimento do ministro Teori Zavascki. Para ele, o dano ambiental pode acarretar, em tese, dano moral: a destruição de uma árvore plantada pelo avô de uma pessoa tem grande valor afetivo para ela e poderia gerar uma indenização por dano moral. Mas segundo o ministro nesse caso o MP não especificou quem foi afetado ou o bem lesado.(informação verbal).<sup>43</sup>

### **Sonora de ministro**

Nós não podemos imaginar a hipótese de demonstrar a existência de dano moral sem demonstrar a existência das pessoas lesadas. O meio ambiente, em geral, sofre danos tipicamente materiais. Porque o dano moral é um dano relacionado com pessoa. O dano moral supõe um sentimento, supõe ofensa à honra, supõe ofensa à intimidade, supõe ofensa à, vamos dizer, à valores personalíssimos. De modo que é incompatível com a idéia de dano ao meio ambiente o dano moral. (informação verbal).<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Id.

<sup>43</sup> Id.

<sup>44</sup> Id

Observa-se que a sonora, além de completar o *Off*, é explicativa e de fácil compreensão para os leigos em Direito. O ministro “traduz” o conceito de dano moral de forma clara e contextualiza sua decisão com base nesse princípio.

As entrevistas consideradas de difícil compreensão são as que têm o pensamento interrompido ou que contêm palavras ou expressões técnicas não muito comuns aos ouvidos dos telespectadores, como, por exemplo, no “VT-HC/Engenheiros”:

### **Cabeça**

“O STJ anulou a sentença que condenou dois engenheiros pelo desabamento de um edifício no interior de São Paulo. A decisão foi baseada numa nova lei penal mais benéfica aos réus.” (informação verbal).<sup>45</sup>

### **Passagem**

Um edifício de 17 andares em São José do Rio Preto, São Paulo, desabou em outubro de 1997. Quatro dos cinco engenheiros responsáveis pela construção foram condenados na primeira instância a pena máxima de 1 ano e meio de prisão. Eles recorreram ao Tribunal de Justiça do Estado pedindo a anulação da sentença. Mas não conseguiram reverter a decisão porque o TJ entendeu que o pedido foi feito fora do prazo de contestação. Dois engenheiros entraram com um habeas corpus no STJ. (informação verbal).<sup>46</sup>

### **Off 2**

“O relator, ministro Arnaldo Esteves, deu razão ao pedido dos profissionais.” (informação verbal).<sup>47</sup>

### **Sonora de ministro**

Sobreveio a lei que criou o Juizado Especial Federal antes da **prolação** desta sentença e elevou **o crime de menor potencial ofensivo** para aquele cuja pena seja de no máximo dois anos. Como a pena, no caso, está abaixo desse patamar, a pena prevista para o crime de desabamento, eles teriam **direito à transação penal**. (informação verbal, grifo nosso).<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> Id.

<sup>46</sup> Id.

<sup>47</sup> Id.

<sup>48</sup> Id.

Para as pessoas que não têm contato com a realidade jurídica em seu dia-a-dia, é difícil compreender o que o ministro quer dizer com “prolação”, “crime de menor potencial ofensivo” e “direito à transação penal”. Essa sonora retrata também a dificuldade dos repórteres em tentar explicar na matéria a decisão sobre o assunto. Uma oportunidade para isso seria a participação clara e objetiva do magistrado para tornar o tema compreensível aos telespectadores.

A análise das sonoras selecionadas que, segundo o critério estabelecido para este estudo, foram consideradas “complicadas” não confirmou as hipóteses de que elas seriam maioria no dia-a-dia da Coordenadoria de TV do STJ, representando 18,18% contra 36,36% consideradas “claras”. A amostragem das entrevistas classificadas como “pouco esclarecedoras” também contrariou as hipóteses iniciais deste trabalho, prevalecendo como maioria. Ou seja, 45,45% não acrescentam informações à matéria, privando o telespectador de ouvir do próprio autor da decisão mais explicações sobre o caso. É importante ressaltar que algumas delas foram concedidas por ministros que têm o hábito de falar para TV. Mesmo eles, entretanto, em alguns momentos, não conseguiram se expressar com clareza.

Esse instrumento de verificação da clareza e consistência das sonoras aponta no sentido de que o STJ passa por uma transição em relação ao seu posicionamento sobre a televisão, mesmo sem ainda dominar as técnicas próprias desse veículo quanto à precisão e objetividade. A persistência dos magistrados que abriram espaço a fim de participar das matérias para a TV Justiça mostra que uma parcela dos ministros do STJ está buscando cumprir o seu papel como fonte do Judiciário para alimentar a mídia com informações confiáveis sobre o que o Tribunal decide, fazendo com que a sociedade compreenda e acompanhe, com transparência, o trabalho do Superior Tribunal de Justiça.

#### **5.4 Notícias para o *síte* e notícias para TV – adequação da linguagem**

As reportagens produzidas pela TV do Tribunal têm em geral, como base, os releases oficiais elaborados pelo Setor de Imprensa da Casa. Para conseguir que

as matérias comuniquem, de forma clara, as decisões do STJ, os repórteres fazem uma tradução desse material, adequando a linguagem para os padrões televisivos, acrescentando, ainda, dados estatísticos e levantamentos sobre temas atuais para contextualizar as decisões no cotidiano das pessoas. Há também uma preocupação dos profissionais de TV em destacar um dos enfoques da notícia, abordando o que mais se aplica ao dia-a-dia dos telespectadores, como forma de orientá-los sobre como buscar o cumprimento de seus direitos, além de ajudá-los a compreender melhor a justiça brasileira. Para demonstrar esse passo, foram transcritas as notícias publicadas no site que correspondem às reportagens selecionadas para análise das sonoras neste estudo.

A título de exemplo, foi escolhida uma reportagem de televisão e uma notícia do *site* sobre a mesma decisão: o “VT-Acidente de Trabalho/MG”, produzido em 03/07/2006, e a notícia “Vítima de acidente de trabalho pode acumular aposentadoria e pensão por danos materiais”, publicado em [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br) em 23/06/2006, às 16h59.

No exemplo (ANEXO A), o repórter de televisão abordou a questão da falta de segurança e dos freqüentes acidentes de trabalho, acrescentando dados estatísticos não mencionados na matéria do *site* (ANEXO A), que se ateve à decisão naquele caso concreto. Para melhor compreensão da reportagem, ele usou ainda entrevistas com um profissional do ramo e com o ministro que relatou o caso. O repórter conduziu a matéria no sentido de prestar um serviço à comunidade, alertando sobre os riscos para o trabalhador com a falta de segurança. O *Off2* resumiu o que foi descrito na matéria do *site*:

### **Off 2**

A falta de segurança nas empresas levou um trabalhador a procurar a Justiça. O autor da ação perdeu as duas pernas num acidente ocorrido enquanto prestava serviço à Vale do Rio Doce. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais condenou a Companhia ao pagamento de pensão por danos materiais. A Vale recorreu. Mas a justiça mineira entendeu que houve dano, culpa exclusiva da empresa e relação entre a causa do acidente e a atividade desenvolvida pelo trabalhador. Por isso determinou a indenização, mesmo com o funcionário tendo sido aposentado por invalidez. No recurso analisado pelo STJ, o ministro relator manteve a condenação. (informação verbal).<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Id.

## Notícia do site

Alcides de Souza Simões perdeu as duas pernas em acidente ocorrido a serviço da empresa, ficando permanentemente impossibilitado para o trabalho. O Tribunal de Alçada afastou o argumento de culpa exclusiva ou concorrente do funcionário alegada pela empresa e concluiu que a Companhia Vale do Rio Doce é a única responsável pelo acidente. O tribunal entendeu que houve dano, nexos causal e culpa exclusiva do empregador, motivos pelos quais a indenização por danos materiais também seria devida, mesmo com o funcionário tendo sido aposentado por invalidez. A CRVD questionou tal decisão, sustentando que, por estar aposentado, Alcides de Souza Simões recebe vencimentos iguais aos empregados da ativa e já dispõe de recursos para prover sua subsistência. Segundo a companhia, ao receber cumulativamente uma nova pensão para a mesma finalidade, o dano causado estaria sendo reparado em duplicidade, contrariando o espírito da lei. (BRASIL, 2006a).

Uma forma de resumir a notícia, adequando-a ao tempo televisivo, foi a inclusão de sonoras. Em poucos segundos, o ministro entrevistado resumiu todo o texto abaixo:

Citando precedentes da Corte e enunciado do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Castro Filho sustentou que, em casos como esse, o STJ tem decidido que a indenização previdenciária é diversa e independente da contemplada no direito comum por serem de origens distintas, podendo, inclusive, cumular-se, e o valor dela não deve ser abatido do montante reparatório devido. Assim, segundo o voto do relator, torna-se imperioso afastar qualquer relação de dependência entre o acidente de trabalho a cargo da Previdência Social pública ou privada daquela exercida pelo apelante através de seu empregador; "elas têm natureza diferente", ressaltou o relator. De acordo com o ministro, a VALIA (entidade previdenciária pertencente à Companhia Vale do Rio Doce) tem por objetivo a manutenção do fundo previdenciário como um todo, com vistas à complementação do valor das aposentadorias de seus associados. "Razão pela qual não integra a remuneração destes, já que apresenta natureza previdenciária e não salarial", acrescentou. No recurso especial julgado pela Terceira Turma, a Vale do Rio Doce também foi derrotada ao questionar a inclusão da parcela do 13º salário e de eventuais aumentos concedidos para a categoria coletiva de trabalho, alegando divergência jurisprudencial. Segundo o relator, a alegada divergência deve ser comprovada mediante confronto analítico entre as teses adotadas no acórdão recorrido e no paradigma colacionado, o que não se satisfaz com a simples transcrição da ementa, sem a comprovação da similitude da base fática, concluiu o ministro em seu voto. (BRASIL, 2006a).

## Sonora de ministro

O STJ tem reconhecido que em caso de acidente do trabalho, é... além do benefício previdenciário, que tem uma outra origem, por ele nós pagamos, por ele o trabalhador paga, é em caso de acidente, também fica a empresa, o empregador, obrigado a indenizar materialmente, não só pelo dano moral, quando é o caso, mas também indenizar materialmente. Foi o que aconteceu no caso da Vale do Rio Doce. (informação verbal).<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Matéria cedida pela Coordenadoria de TV/STJ.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo colher opiniões sobre a importância da participação dos magistrados nas matérias produzidas pela Coordenadoria de TV do Superior Tribunal de Justiça e, ainda, conseguir que os participantes da pesquisa percebessem a necessidade de adequação da linguagem jurídica ao público leigo enquanto falassem para a televisão. Apesar de almejar demonstrar e cientificar os ministros do STJ e seus colaboradores diretos, o presente estudo limitou-se apenas a conhecer as idéias sobre essas questões.

O primeiro aspecto percebido na pesquisa realizada mostra que a maioria dos respondentes – entre eles ministros –, mesmo admitindo que o “juridiquês” causa um afastamento entre a população e o Judiciário, tem a tendência de justificar que a linguagem utilizada no universo do Direito, apesar de formal e dos termos técnicos de difícil compreensão para os leigos, é um fenômeno inevitável da ciência jurídica.

A responsabilidade do fosso entre Judiciário e sociedade é atribuída a razões como o baixo grau de escolaridade da população, o despreparo da imprensa quanto aos temas jurídicos e a utilização das expressões em latim pelos magistrados que, segundo eles, complicam o entendimento das decisões da Justiça. Com isso, fica claro, durante toda a análise dessa questão, que a maior parte dos profissionais envolvidos com as atividades do Direito acredita que as mudanças não devem partir do Judiciário, ou pelo menos, não principalmente dele. Para essas pessoas, aparados os exageros de linguagem, o rebuscamento, a postura ocupada por esse Poder, encoberta pela chamada ciência, não deve ser alterada. As respostas parecem sugerir que a mudança deve partir da população, buscando mais cultura e conhecimento; da imprensa, especializando-se na linguagem jurídica; e, por último, dos magistrados, apenas utilizando menos expressões em latim, sem, contudo, abrir mão do tecnicismo.

Quanto ao despreparo da imprensa, os ministros não consideraram que estão lidando com profissionais da Casa, habituados aos termos técnicos e que já os traduzem, até onde pode alcançar seu conhecimento, para os telespectadores. Essa

postura de responsabilizar os jornalistas pela tradução das decisões dos magistrados pode indicar que eles não perceberam ou não querem perceber que a mudança de comportamento por parte deles, participando mais das matérias televisivas, esclarecendo pontos dos julgamentos, pode ser o elemento que falta para dar maior clareza e transparência, para o público, ao que é decidido no Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, o que a pesquisa abordou foi a possibilidade de os ministros do STJ falarem de forma traduzida, não durante as sessões de julgamento, mas no momento de concederem entrevistas para o setor de TV do próprio Tribunal. Talvez a defesa, em primeiro lugar, da necessidade do uso de uma linguagem técnica, demonstrada nas respostas, evidencie que, para os magistrados, o importante são os trâmites processuais, as decisões em si, ficando para um segundo plano a compreensão delas pela sociedade. Observa-se também que, para eles, apenas os “excessos” devem ser eliminados, não demonstrando intenção de oferecer uma tradução da linguagem científica que utilizam.

As respostas podem evidenciar ainda outro ponto abordado no estudo: a segregação dos grupos que não pertencem ao universo jurídico. Justificar que a linguagem técnica é essencial para a atividade profissional parece sugerir que não cabe mesmo à população em geral, que não freqüentou os bancos acadêmicos do Direito, compreender a ciência jurídica. Mesmo que os magistrados do STJ tenham o poder de decidir as causas mais íntimas dos cidadãos e, muitas vezes, de mudar o rumo de suas vidas, parece que ainda prevalece a velha máxima de que “decisão judicial não é para ser discutida, ou comentada, mas para ser cumprida”.

Mas há entre os ministros os que admitem que a linguagem técnica dificulta a compreensão da população e leva ao desinteresse pelas decisões da Justiça. Esse pensamento sugere que eles aceitam a existência de um distanciamento criado pela linguagem jurídica, mas não sabem como encontrar o meio termo entre a utilização do vocabulário técnico, natural para eles, e a substituição de palavras que traduzam essas expressões para o telespectador.

É importante ressaltar que o advento da TV do Judiciário, criada em 2002, é recente e que os magistrados ainda não estão habituados com os elementos que a

televisão exige, como imediatismo, clareza, objetividade e naturalidade. Mas as respostas ao questionário utilizado na pesquisa – e também a ausência de respostas de boa parte dos ministros – permitem concluir que talvez o maior obstáculo ainda seja a mentalidade de que a responsabilidade deles se encerra com o julgamento das causas, não cabendo a eles a explicação das decisões.

Admitir que a linguagem jurídica pode ser simplificada seria um indicativo do reconhecimento da dificuldade dos leigos para compreendê-la, o que representaria um passo para a mudança em direção à aproximação da Justiça com a sociedade. A fim de ser bem compreendido e ter um voto de confiança dos cidadãos, o Judiciário precisa passar uma mensagem que a população compreenda, precisa falar a mesma linguagem dela. Entretanto ainda falta aos respondentes da pesquisa reconhecer que essa iniciativa pode e deve partir deles, já que detêm o domínio sobre o vocabulário jurídico.

Lembrando o pensamento de Carvalho (2005), de que o afastamento vai além da questão da linguagem técnica, sendo causado também pelo comportamento dos profissionais do Direito e da população em geral, que reconhece o universo jurídico como um poder especial, que se mantém distante da realidade popular, pode-se concluir que mudanças mais profundas devem acontecer no seio da Justiça e da sociedade para que ambos consigam se entender.

No entanto o estudo apontou que já houve uma mudança de opinião da sociedade em relação a essa postura. De sua parte, demanda maior compreensão das questões jurídicas e aproximação com a Justiça. A população quer que o Judiciário cumpra seu papel de “guardião” de seus direitos constitucionais de forma eficaz, clara e transparente. A resposta foi a criação, pelo próprio Poder, de uma TV especializada, para abrir um canal de comunicação com os cidadãos, ainda que sem conseguir mensurar os complicadores do que isso significaria para uma parte dos membros da Justiça. Ao que tudo indica, o Judiciário, como um todo, não estava preparado para essa abertura. Por exemplo, apenas 12,12% dos ministros do STJ participaram da pesquisa aplicada para este trabalho. Talvez esse seja um indicativo de que os assuntos pertinentes à TV Justiça ainda não ocupem o espaço necessário em suas agendas.



A maior parte das opiniões colhidas considerou possível os ministros falarem de forma mais simplificada frente às câmeras de TV, mostrando que eles têm consciência de que a linguagem jurídica não encontra espaço entre os leigos e principalmente no universo televisivo, próprio de comunicação de massa. Prevaleceu também o pensamento de que as entrevistas dos ministros do STJ para as matérias da TV Justiça são importantes no processo de aproximação dos membros do Judiciário com a população, humanizando mais a figura dos magistrados. Reconheceu-se também que suas participações contribuem para esclarecer o funcionamento deste Poder, indicando que eles são as melhores fontes para explicar com clareza as decisões, por terem profundo conhecimento dos termos técnicos, sendo capazes de traduzi-los. As entrevistas também foram indicadas como instrumento de maior transparência dos atos do Judiciário, além de permitirem maior fiscalização da sociedade sobre a atuação dos magistrados.

Entretanto há uma forte tendência dos respondentes em atribuir aos jornalistas a competência de explicar para a população o que o Tribunal decide, limitando a responsabilidade dos magistrados e seus colaboradores a esclarecer para esses profissionais os pontos não compreendidos das decisões, sugerindo não considerar importante o contato “direto” dos ministros com o público. Seria como se esses servidores assumissem o papel de proteger a figura do ser que deve ser reverenciado e não incomodado; aquele hierarquicamente instituído por Deus. (CHAUÍ, 1999, apud CARVALHO, 2005, p. 7).

Outra possibilidade seria a de que esse comportamento refletiria uma barreira imposta pelos próprios ministros, até mesmo em relação a seus colaboradores diretos, inibindo-os de se aproximar deles para oferecer qualquer sugestão ou observação, conforme uma das respostas obtidas na pesquisa de que “há profissionais habilitados que, não subordinados aos ministros e desvinculados do Poder Judiciário, podem realizar esta tarefa sem receios justificáveis ou cerceamentos institucionais compreensíveis.” (informação verbal).<sup>51</sup>

A tímida manifestação desses colaboradores diretos dos ministros, já que apenas 6,06% participaram da pesquisa, pode indicar a pouca importância dada à

---

<sup>51</sup> Resposta de chefe de gabinete de ministro do STJ ao questionário aplicado em 18 de dez. 2006 para elaboração deste trabalho, por meio de e-mail endereçado a <aragao.simone@gmail.com>

comunicação também por eles. Poderia refletir ainda o comportamento da maioria desses profissionais demonstrando o receio em expor seus pensamentos sobre a questão, ou ainda, sua impotência e isolamento perante o quadro apresentado. Com isso, poder-se-ia deduzir que eles próprios, mesmo no convívio direto com os magistrados, não têm a liberdade de tratar com seus “chefes” sobre um tema de alta relevância como abordado neste estudo, na tentativa de cientificá-los da necessidade de maior receptividade para com a imprensa da Casa e da importância desse canal para melhor informar a sociedade sobre seu trabalho fim: julgar as causas do povo.

É importante ressaltar que os resultados quantitativos não prejudicaram o estudo proposto, dada a ênfase à análise qualitativa. Além disso, a pesquisa foi realizada de modo abrangente envolvendo os ministros do STJ, os profissionais dos seus gabinetes e os repórteres que trabalham na Casa e lidam diariamente com a questão abordada, suscitando a discussão sobre o assunto. A proposta de provocar o debate sobre o tema e de demonstrar o que pensam os magistrados e seu corpo de colaboradores diretos sobre se devem ou não participar e como deve ser essa participação na divulgação das decisões proferidas, por meio de entrevistas para TV, obteve êxito, possibilitando a realização desta análise detalhada.

Constata-se, ainda, que houve uma tendência em admitir que as matérias produzidas para a TV Justiça podem ser mais bem embasadas, mais claras e interessantes se contarem com a participação dos ministros para explicar as decisões numa linguagem compreensível ao público leigo.

Os resultados apontam para um caminho significativo a ser percorrido pela magistratura do Superior Tribunal de Justiça no sentido de estreitar relações com os meios de comunicação, em especial os televisivos, a fim de promover uma aproximação com a sociedade, abrindo, assim, um canal de comunicação acessível à compreensão do povo brasileiro.

Começar essa aproximação utilizando mais e melhor a estrutura de TV do próprio Tribunal seria uma forma de otimizar a relação dos ministros do STJ com os telespectadores e usuários da Justiça, o que os habilitaria também para participações em outras emissoras, e não somente na TV Justiça, ampliando o

número de cidadãos que ficariam mais bem informados sobre as ações do Poder Judiciário.

Transpor a linguagem jurídica para o plano da linguagem televisual passa a ser um dos maiores desafios não só dos ministros do STJ, mas também de todos os profissionais de comunicação que lidam com a realidade da televisão no âmbito do Judiciário brasileiro. A tradução do “juridiquês” seria uma das principais chaves para a abertura de um Poder fechado, arcaico e inacessível aos cidadãos comuns. Estrutura que, comparada a uma “caixa preta”, não encontra mais lugar numa sociedade moderna e globalizada que demanda informações rápidas e de fácil compreensão.

Entretanto o esforço de promover uma linguagem clara depende do intento dos ministros em transformar o Judiciário, cada vez mais, num palco democrático, facilitando o acesso à Justiça dos principais atores desse cenário: os cidadãos brasileiros. O ex-presidente do STJ e ministro aposentado Edson Vidigal reafirmou esse pensamento:

O Padre Antonio Vieira dizia que os sacerdotes são empregados de Deus. Assim, da mesma forma, o dinheiro que paga o salário do Presidente da República e dos seus Ministros, dos Deputados e dos Senadores, dos Ministros dos Tribunais é o mesmo que paga o salário de todos os outros servidores, do porteiro ao assessor mais graduado, do cabo ao general. Esse dinheiro vem de um único patrão para o qual trabalhamos, do qual somos empregados. Esse patrão é o contribuinte que paga impostos. Somos empregados do Povo brasileiro. (VIDIGAL, 2007a).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO. **TV Justiça**. Disponível em: <[http://www.tvjustica.gov.br/quem\\_somos\\_apresentacao.php](http://www.tvjustica.gov.br/quem_somos_apresentacao.php)>. Acesso em: 25 nov. 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB. **O judiciário ao alcance de todos**: noções básicas de Juridiquês. Brasília: Edouard, 2005.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de dezembro de 1988**. 22.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Vítima de acidente de trabalho pode acumular aposentadorias e pensão por danos materiais**. Disponível em: <[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=81548&tmp.area\\_anterior=44&tmp.argumento\\_pesquisa=Alcides%20de%20Souza%20Simões](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=81548&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=Alcides%20de%20Souza%20Simões)>. Acesso em: 25 nov. 2006a.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Apresentação**. Regimento Interno. Disponível em: <[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=315](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=315)>. Acesso em: 25 nov. 2006b.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Voto de ministro relator do STJ em recurso especial**. Disponível em: <[http://www.mp.sp.gov.br/pls/portal/docs/page/cao\\_consumidor/jurisprud%c3%8ancia/lotamento/resp-558364-hipoteca.pdf](http://www.mp.sp.gov.br/pls/portal/docs/page/cao_consumidor/jurisprud%c3%8ancia/lotamento/resp-558364-hipoteca.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **TV Justiça**: manual: versão eletrônica. 3.ed. Brasília: STF, 2003. Disponível em: <<http://www.tvjustica.gov.br/documentos/Manual%20da%20TV.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2006.

CARVALHO, Adilson de. **Linguagem, justiça e poder**: um caminho para a democratização do acesso à Justiça. 2005. 37f. Monografia (Graduação em Direito). Brasília: [s.n.], 2005.

CURADO, Olga. **A notícia na TV**: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciara (Org). **Glossário de comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006. (no prelo)

ERDELYI, Maria Fernanda. O direito da comunicação: judiciário e imprensa mal se falam e mal se entendem. **Revista Consultor Jurídico**, 2005. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/39442,1>>. Acesso em: 17 maio 2007.

FÁVERO Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. de O.; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.14, 1998, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 26 nov 2006.

FREITAS, Raquel Barradas de. **Direito, linguagem e literatura**: reflexões sobre o sentido e alcance das inter-relações: breve estudo sobre dimensões de criatividade em Direito. 2002. Disponível em: <[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/DireitoLinguagemLiteratura.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/DireitoLinguagemLiteratura.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2006.

GRIZZUTI, Gustavo Félix. A função social da linguagem jurídica através dos tempos. **Espéculo**: revista de estudios literários, 2006. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero33/lejuridi.html>> Acesso em: 13 mar. 2007.

IBGE. **Demografia**: população residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade.. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/destaques.shtm>>. Acesso em: 16 maio 2007a.

IBGE. **TV em números**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/televisao/TVemnumeros.html>>. Acesso em: 16 maio 2007b.

LE MOS, Cláudia R. F. Estratégias de comunicação da justiça no Brasil e nos Estados Unidos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 1997. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/16787/1/R0910-1.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **TV Justiça**: uma experiência a partir do princípio da publicidade: exposição na mesa sobre Novas técnicas de governança e participação. Seminário Brasil-Reino Unido Comunidades locais e comunicação. Porto Alegre: PUC-RS; British Council; Prefeitura de Porto Alegre, 2002.

MELO, Viviane Rodrigues de. Hermetismo jurídico: tecnicidade da linguagem pode afastar sociedade da Justiça. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, mar., 2006 Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/42565,1>>. Acesso em: 26 nov. 2006.

OLIVEIRA, Maria Deuza Lopes de. **A linguagem do judiciário na TV**: estudo de caso TV Justiça. 2006. 93f. Monografia (MBA – Gestão de Comunicação nas Organizações). - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/2800/1/A\\_Linguagem\\_do\\_Judici%C3%A1rio.pdf](http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/2800/1/A_Linguagem_do_Judici%C3%A1rio.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2007.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE**, Brasília, v.1, 1997. p. 49. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/seges/publicacoes/cadernos\\_mare/CADERNO1.PDF](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/cadernos_mare/CADERNO1.PDF)>. Acesso em: 16 maio 2007.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Accountability social: la otra cara del control. In: **Controlando la Política**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial SRL, 2002.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes**: o difusor do jornalismo corporativo. 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pr/pág/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

SANTOS, Carlos. **Língua + linguagem = Comunicação**. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12\\_5.htm](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_5.htm)>. Acesso em: 17 maio 2007.

SILVA, Isaac de Moraes. **TV justiça**: um instrumento de comunicação pública coordenado pelo Supremo Tribunal Federal. 2005. Monografia (Especialização em Assessoria de Comunicação Pública) – Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília, 2005.

SILVA, Luiz Martins da. **Teorias da comunicação no século XX**. São Paulo: Casa das Musas, 2003.

SILVA, Luiz Martins da; BRANDÃO, Elisabeth; MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2003.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **A imprensa e o Judiciário**. Fórum Nacional de Comunicação e Justiça. Disponível em: <[http://www.canaljustica.jor.br/Artigo07\\_st.htm](http://www.canaljustica.jor.br/Artigo07_st.htm)>. Acesso em: 17 maio 2007.

VIDIGAL, Edson. **Discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Vidigal por ocasião de sua posse no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <[www.stj.gov.br/Discursos/0001074/Discurso%20de%20Posse%20Ministro%20Vidigal%20Português.doc](http://www.stj.gov.br/Discursos/0001074/Discurso%20de%20Posse%20Ministro%20Vidigal%20Português.doc)>. Acesso em: 04 jul. 2007a.

\_\_\_\_\_. Judiciário lento: 'sorte de quem não precisa ir à justiça', diz Vidigal: entrevista ao jornal O Povo. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/31006,1>>. Acesso em: 13 mar. 2007b.

\_\_\_\_\_. O judiciário e a imprensa: entrevista. Entrevistador: Etienne Gomes. **Revista Destaque do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, Brasília, ano 2, n. 17, out., 2003. Disponível em: <[www.trf1.gov.br/Consulta/PubOficial/PubOficialAbrePdf.php?id=23352](http://www.trf1.gov.br/Consulta/PubOficial/PubOficialAbrePdf.php?id=23352)>. Acesso em: 14 maio 2006a.

\_\_\_\_\_. **Ministro do Superior Tribunal de Justiça**: censura da imprensa pelo poder judiciário: palestra na Rede Globo de Televisão. Disponível em: <[http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/255/1%20/Censura\\_da\\_Imprensa.pdf](http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/255/1%20/Censura_da_Imprensa.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2006b.

VOGT, Carlos. **Sociedade, democracia e linguagem**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/01.shtml>>. Acesso em: 16 maio 2007.

ZÉMOR, Pierre. **La communication publique**: que sais-je?, Tradução resumida da professora Dra. Elizabeth Brandão. Paris: PUF, 1995.

**APÊNDICE A – Questionário****Formulário enviado aos ministros do STJ**

*Sou Simone de Souza Correia Aragão, Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo. Atuo como repórter na Coordenadoria de TV do STJ há quatro anos e estou lotada na atual Secretaria de Comunicação Social há 15 anos, como servidora do quadro efetivo desta Corte desde novembro de 1989.*



**1 - Em março de 2004, a AMB encomendou uma pesquisa qualitativa ao Ibope que apontou a existência de um grande fosso entre a linguagem jurídica e a língua falada pela população leiga. Vossa Excelência concorda com a conclusão da pesquisa de que o “juridiquês” afasta a população do Poder Judiciário e vice-versa?**

- (   ) SIM  
(   ) NÃO  
(   ) POR QUÊ

**2 - Vossa Excelência acha que é possível a simplificação da linguagem utilizada pelo ministro ao conceder entrevistas para a TV Justiça?**

- (   ) SIM  
(   ) NÃO  
(   ) POR QUÊ

**3 - Vossa Excelência acredita que as entrevistas de ministros do STJ em matérias para a TV Justiça são importantes?**

- (   ) SIM  
(   ) NÃO  
(   ) POR QUÊ



**APÊNDICE B - Questionário****Formulário enviado aos assessores, oficiais e chefes de gabinete dos ministros do STJ e aos jornalistas da TV/STJ**

*Sou Simone de Souza Correia Aragão, Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo. Atuo como repórter na Coordenadoria de TV do STJ há quatro anos e estou lotada na atual Secretaria de Comunicação Social há 15 anos, como servidora do quadro efetivo desta Corte desde novembro de 1989.*



**1 - Em março de 2004, a AMB encomendou uma pesquisa qualitativa ao Ibope que apontou a existência de um grande fosso entre a linguagem jurídica e a língua falada pela população leiga. Vossa Senhoria concorda com a conclusão da pesquisa de que o “juridiquês” afasta a população do Poder Judiciário e vice-versa?**

- ( ) SIM  
( ) NÃO  
( ) POR QUÊ

**2 - Vossa Senhoria acha que é possível a simplificação da linguagem utilizada pelo ministro ao conceder entrevistas para a TV Justiça?**

- ( ) SIM  
( ) NÃO  
( ) POR QUÊ

**3 - Vossa Senhoria acredita que as entrevistas de ministros do STJ em matérias para a TV Justiça são importantes?**

- ( ) SIM  
( ) NÃO  
( ) POR QUÊ

**4 - Em caso de respostas afirmativas sobre as questões acima, Vossa Senhoria acredita que poderia auxiliar o magistrado no processo de simplificação da linguagem ao falar para a TV Justiça?**

- ( ) SIM  
( ) NÃO  
( ) COMO

RESPONDER POR MEIO DO E-MAIL: [aragao.simone@gmail.com](mailto:aragao.simone@gmail.com) / CONTATO: 9655-9576

## ANEXO A

### Transcrição de matérias da Coordenadoria de TV do STJ e de notícias do *síte* do STJ correspondentes

#### VT-Acidente de Trabalho/MG – 03/07/2006

##### **CABEÇA**

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça serve como alerta para a segurança no trabalho. No Brasil, quase quinhentos mil acidentes são registrados anualmente. Um trabalhador mineiro vai acumular aposentadoria e pensão por danos materiais.

##### **Off1**

Acidente de trabalho é caracterizado quando o funcionário está no exercício da atividade a serviço da empresa e sofre algum tipo de dano físico.

##### **Passagem**

Os números do Ministério do Trabalho e Emprego são alarmantes. Só em 2004, foram registrados 459 mil acidentes. Se comparadas ao ano anterior, as ocorrências aumentaram em 15%. Diariamente mais de mil brasileiros são atendidos em serviços médicos por causa desses acidentes. As conseqüências vão desde lesões simples até a morte.

##### **Sonora de engenheiro (não transcrita)**

##### **Off 2**

A falta de segurança nas empresas levou um trabalhador a procurar a Justiça. O autor da ação perdeu as duas pernas num acidente ocorrido enquanto prestava serviço à Vale do Rio Doce. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais condenou a Companhia ao pagamento de pensão por danos materiais. A Vale recorreu. Mas a Justiça mineira entendeu que houve dano, culpa exclusiva da empresa e relação entre a causa do acidente e a atividade desenvolvida pelo trabalhador. Por isso

determinou a indenização, mesmo com o funcionário tendo sido aposentado por invalidez. No recurso analisado pelo STJ, o ministro relator manteve a condenação.

### **Sonora de ministro do STJ**

“O STJ tem reconhecido que em caso de acidente do trabalho, é... além do benefício previdenciário, que tem uma outra origem, por ele nós pagamos, por ele o trabalhador paga, é em caso de acidente, também fica a empresa, o empregador, obrigado a indenizar materialmente, não só pelo dano moral, quando é o caso, mas também indenizar materialmente. Foi o que aconteceu no caso da Vale do Rio Doce.”

### **Off 3**

De acordo com a decisão, a Vale vai pagar ao funcionário o equivalente a 2/3 do salário mensal, incluindo parcelas do 13º e eventuais aumentos da categoria, até que o trabalhador complete 70 anos. Para o ministro Castro Filho, a punição deve ser encarada pelas empresas como uma forma de aprendizado.

### **Volta sonora de ministro do STJ**

“Que sirva isso também de alerta as empresas, para melhor fiscalizar o trabalho de seus trabalhadores e também melhor equipar o trabalhador para que não venha a sofrer acidentes graves.”

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**23/06/2006 - 16h59**

### **Vítima de acidente de trabalho pode acumular aposentadoria e pensão por danos materiais**

Acompanhando voto do relator, ministro Castro Filho, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais que condenou a Companhia Vale do Rio Doce ao pagamento de pensão por danos materiais ao funcionário Alcides de Souza Simões, no valor equivalente a 2/3 de seu salário mensal (incluindo a parcela de 13º e eventuais

aumentos da categoria), até que ele complete 70 anos de idade. Alcides de Souza Simões perdeu as duas pernas em acidente ocorrido a serviço da empresa, ficando permanentemente impossibilitado para o trabalho. O Tribunal de Alçada afastou o argumento de culpa exclusiva ou concorrente do funcionário alegada pela empresa e concluiu que a Companhia Vale do Rio Doce é a única responsável pelo acidente. O tribunal entendeu que houve dano, nexo causal e culpa exclusiva do empregador, motivos pelos quais a indenização por danos materiais também seria devida, mesmo com o funcionário tendo sido aposentado por invalidez. A CRVD questionou tal decisão, sustentando que, por estar aposentado, Alcides de Souza Simões recebe vencimentos iguais aos empregados da ativa e já dispõe de recursos para prover sua subsistência. Segundo a companhia, ao receber cumulativamente uma nova pensão para a mesma finalidade, o dano causado estaria sendo reparado em duplicidade, contrariando o espírito da lei. Citando precedentes da Corte e enunciado do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Castro Filho sustentou que, em casos como esse, o STJ tem decidido que a indenização previdenciária é diversa e independente da contemplada no direito comum por serem de origens distintas, podendo, inclusive, cumular-se, e o valor dela não deve ser abatido do montante reparatório devido. Assim, segundo o voto do relator, torna-se imperioso afastar qualquer relação de dependência entre o acidente de trabalho a cargo da Previdência Social pública ou privada daquela exercida pelo apelante através de seu empregador; "elas têm natureza diferente", ressaltou o relator. De acordo com o ministro, a VALIA (entidade previdenciária pertencente à Companhia Vale do Rio Doce) tem por objetivo a manutenção do fundo previdenciário como um todo, com vistas à complementação do valor das aposentadorias de seus associados. "Razão pela qual não integra a remuneração destes, já que apresenta natureza previdenciária e não salarial", acrescentou. No recurso especial julgado pela Terceira Turma, a Vale do Rio Doce também foi derrotada ao questionar a inclusão da parcela do 13º salário e de eventuais aumentos concedidos para a categoria coletiva de trabalho, alegando divergência jurisprudencial. Segundo o relator, a alegada divergência deve ser comprovada mediante confronto analítico entre as teses adotadas no acórdão recorrido e no paradigma colacionado, o que não se satisfaz com a simples transcrição da ementa, sem a comprovação da similitude da base fática, concluiu o ministro em seu voto.

**VT-Avós/Encargo Alimentício – 19/05/2006****CABEÇA**

Superior Tribunal de Justiça confirma: a responsabilidade de arcar com o sustento dos filhos é dos pais. Os avós só podem ser convocados caso o pai e a mãe não tenham condições.

**Off1**

Não é a regra, mas é o mais comum. Na separação quem fica com os filhos é a mãe. Ela acaba sendo a responsável, no dia-a-dia, por dar carinho, proteção e acompanhar a rotina deles. Mas, quando se trata de despesas, elas devem ser divididas com o pai. A dificuldade é quando ele se nega a ajudar no sustento das crianças. Aí a questão acaba parando nos Tribunais.

**Passagem**

Esse é o caso de uma mãe que precisou recorrer à Justiça em nome dos filhos, para receber a pensão alimentícia do pai. Como ele estava resistente a cumprir com o encargo, nessa mesma ação, ela pediu que a avó paterna fosse incluída como responsável em caráter complementar. Na primeira instância, o pai foi condenado a arcar com os alimentos no valor de um salário mínimo e meio, ou seja, 525 reais, para os dois filhos. E a avó, a completar com cinco por cento do salário bruto dela.

**Off2**

A mãe recorreu e pediu uma alteração nos percentuais. Os réus também apelaram e conseguiram no Tribunal de Justiça do Distrito Federal a exclusão da avó paterna do processo. O TJ entendeu que os pais tinham condições de sustentar os filhos. Mas a representante dos autores da ação não aceitou a decisão e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça.

**Sonora de ministro do STJ**

“Se o Tribunal entendeu que os pais tinham condições de arcar com essa responsabilidade, podiam portanto pagar esses alimentos ao filho, evidentemente o

Tribunal daqui não podia mudar essa matéria fática no sentido de não excluir a ... foi mantida a condenação fixada pelo Tribunal. A responsabilidade ficou exclusivamente com os pais.”

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**16/05/2006 - 19h31**

### **Responsabilização de avós na prestação de alimentos deve ser tida como medida de exceção**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, manteve decisão segundo a qual, se os pais estão em condições, sob todos os aspectos, de arcar com o sustento dos filhos, é vedado em face da irresponsabilidade consciente convocar os avós para tal proceder. No caso, P. e G., representados por sua mãe, ajuizaram ação de alimentos contra seu pai e avó paterna, visando à inclusão da avó como responsável, em caráter complementar, pela obrigação alimentícia, tendo em vista a reiterada resistência do pai com relação ao pagamento dos alimentos a P. e o reconhecimento da obrigação alimentar com relação a G., já que, ao tempo da separação, ainda não era nascido. Pediram, ao final, a fixação de alimentos no percentual de 30% dos rendimentos brutos da avó, sendo 15% para cada autor. Na primeira instância, apresentando a possibilidade de que a ação de alimentos seja movida contra o pai e um dos avós, se houver evidências de que aquele não reúne condições de arcar sozinho com o encargo alimentar, reconheceu-se a avó como responsável também pela obrigação alimentar em questão. E, considerando as necessidades dos autores, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o pai ao pagamento de alimentos no valor de 1,5 salário mínimo, sendo 75% do salário mínimo para cada um dos autores. Condenou, ainda, a avó paterna, em caráter complementar, ao pagamento do percentual de 5% sobre todas as verbas que compõem sua remuneração, visto que é insuficiente a quantia de um salário mínimo e meio para atender as necessidades dos alimentandos. As partes apelaram. Os autores pleitearam a alteração na distribuição do encargo alimentar, de modo a recair a maior parte sobre os rendimentos brutos da avó paterna (10%) e a menor para o pai (um salário mínimo). Os réus, por sua vez, requereram a exclusão da avó paterna da ação. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e

Territórios acolheu o recurso dos réus para não admitir o pedido com relação à avó paterna, julgando prejudicado o apelo dos autores. Inconformados, P. e G. recorreram sustentando, essencialmente, que a responsabilização dos avós é complementar à dos pais caso demonstrada a dificuldade destes em honrar com a prestação dos alimentos, e não sucessiva, e que essa circunstância ficou comprovada nos autos. Ao decidir, o relator, ministro Jorge Scartezzini, destacou que o Tribunal de Justiça, ao analisar o conjunto de provas, salientou que, apesar de somente a avó paterna ter sido instada a complementar a verba alimentícia, o pai e a mãe dos menores estão aptos a arcar com o sustento dos filhos e, ainda, que "o simples fato de a avó paterna auferir renda líquida de cerca de R\$ 5 mil, não a torna, obrigatoriamente, responsável pelo sustento dos netos". Assim, ressaltou o relator, a constatação de que as necessidades dos menores podem ser integralmente satisfeitas pelos pais de forma a dispensar a obrigação complementar da avó paterna se deu com base nas provas e fatos constantes dos autos. Da mesma forma, ao que se extrai dos autos, a alteração do pensionamento de P. tornou-se possível em face da própria natureza da ação de alimentos e, ainda, tendo em vista o pleito de reconhecimento da obrigação alimentar também com relação ao segundo filho do casal. "Logo, infirmar tal decisão para resolver pela necessidade de complementação do referido valor com a responsabilização da avó paterna, ou até mesmo para verificar a questão atinente aos alimentos do primeiro autor, ora recorrente, seria necessário o revolvimento do material probatório acostado aos autos, o que é vedado", disse o ministro Scartezzini.

#### **VT-CEF/Indenização – 14/03/2006**

#### **CABEÇA**

Uma agência da Caixa Econômica Federal, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, vai ter que indenizar um cliente por saques indevidos na conta dele. A decisão é do Superior Tribunal de Justiça.

**Off1**



Dois mil, quinhentos e quarenta reais. Esse foi o valor do desfalque na conta de um correntista da Caixa Econômica Federal. Transferência eletrônica e saques foram feitos sem a autorização dele. O prejuízo: devolução de cheques por falta de fundos e o pagamento de tarifas bancárias cobradas pela CEF.

### **Passagem**

Durante três meses, o cliente tentou obter explicações sobre o fato. Mas, sem sucesso, entrou na Justiça. A CEF então ressarciu um valor abaixo do retirado da conta. Mas apelou para não pagar indenização por danos morais. A primeira e a segunda instâncias condenaram a Caixa a pagar a diferença do desfalque. Consideraram, também, que a demora em resolver o problema e o vexame do cliente de passar por mau-pagador justificam os danos morais.

### **Off2**

O caso chegou ao STJ e foi analisado pela Quarta Turma.

### **Sonora de ministro do STJ**

“A alegação fundamental da Caixa é no sentido de que não havia ocorrido nem negligência nem imprudência da sua parte. De sorte que aquele extravio, aquele desvio de verba que tirou do cliente e passou para terceiros, aquilo que tinha ocorrido foi uma falha do serviço, mas que não houve participação nem culpa dela nessa perda, nesse desvio de verba.”

### **Off3**

O STJ não acolheu o recurso especial. A Caixa vai ter que indenizar o correntista em 20 salários mínimos, o que equivale a seis mil reais.

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**10/03/2006 - 17h08**

**STJ mantém sentença que condena a CEF a indenizar correntista por saques sem autorização**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que condena a Caixa Econômica Federal (CEF) a indenizar correntista por dano moral no valor de 20 salários mínimos. O fato que motivou a ação de reparação de dano aconteceu em 1999, quando o correntista constatou um desfalque em sua conta-corrente devido a retiradas, mediante transferência eletrônica e caixa disponível, no valor de R\$ 2.540. A falta desse montante resultou na devolução de cheques emitidos, por insuficiência de fundos, além do pagamento de tarifas bancárias cobradas pela CEF devido às devoluções. Alega o autor da ação que, durante três meses, buscou esclarecimento sobre as irregularidades ocorridas, sem obter da agência Cabo Frio da Caixa Econômica Federal uma resposta adequada. Indignado, buscou a Justiça e, só então, a CEF fez o ressarcimento em valor inferior àquele indevidamente estornado, num total de R\$ 2.530 reais. Interpôs, no entanto, recurso de apelação recusando-se a pagar a indenização por danos morais alegando a não-comprovação de tais danos. O juiz de primeiro grau julgou procedente a ação movida pelo correntista e fixou em R\$ 10,00 o valor de indenização que corresponde à diferença entre os valores retirados indevidamente da conta do autor e a quantia ressarcida pela Caixa. Além disso, arbitrou em 20 salários mínimos o pagamento por danos morais. A sentença foi mantida em segunda instância, que considerou que "a demora da requerida para resolver o problema e a parcialidade do ressarcimento dos valores são indicadores do dano e do nexo de causalidade, necessários para a responsabilização civil da apelante". O acórdão lavrado pelo Tribunal destacou a importância do pagamento de indenização da seguinte forma: "é relevante para a configuração do dano moral a situação vexaminosa de estigmatizar como mal-pagador uma pessoa responsável e pontual nos seus compromissos e as consequências que advêm de tal ato". A questão foi trazida ao STJ pela CEF, a qual, em recurso especial, manteve a tese de que "não agiu com negligência ou imprudência", além de reiterar a ausência de comprovação dos alegados danos materiais e morais sofridos pelo autor. Ao analisar a questão, o ministro relator, Jorge Scartezzini, ratificou as decisões anteriores quando considerou ilícita a conduta da Caixa Econômica Federal e reconheceu a obrigação da Caixa de indenizar o correntista.

**VT-Dano Moral/Coletividade – 22/05/2006****CABEÇA**

Numa ação por dano moral é preciso especificar a pessoa atingida e o prejuízo causado à intimidade, à honra ou à imagem dela. Com esse entendimento, o STJ negou recurso do Ministério Público de Minas Gerais. O MP cobrava indenização por dano moral em razão de prejuízos ambientais causados por uma empreendedora.

**Off1**

De acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas, o Brasil é o país onde mais se destruíram florestas entre 2000 e 2005. Ações como queimar, danificar e poluir o meio ambiente podem gerar, na justiça, dano moral?

**Passagem**

O Ministério Público de Minas Gerais acha que sim. Tanto que entrou com uma ação civil para que as obras de um loteamento no município de Uberlândia fossem interrompidas. O órgão buscava reparação por danos causados ao meio ambiente. O Tribunal de Justiça afastou a indenização fixada pela primeira instância em 50 mil reais para o município e para a empreendedora. De acordo com o TJ, o dano moral não pode motivar uma indenização coletiva. O MP recorreu ao Superior Tribunal de Justiça.

**Off2**

Na Primeira Turma, prevaleceu o entendimento do ministro Teori Zavascki. Para ele, o dano ambiental pode acarretar, em tese, dano moral: a destruição de uma árvore plantada pelo avô de uma pessoa tem grande valor afetivo para ela e poderia gerar uma indenização por dano moral. Mas, segundo o ministro, nesse caso o MP não especificou quem foi afetado ou qual o bem lesado.

**Sonora de ministro do STJ**

“Nós não podemos imaginar a hipótese de demonstrar a existência de dano moral sem demonstrar a existência das pessoas lesadas. O meio ambiente, em geral, sofre danos tipicamente materiais. Porque o dano moral é um dano relacionado com pessoa. O dano moral supõe um sentimento, supõe ofensa à honra, supõe ofensa à intimidade, supõe ofensa a, vamos dizer, a valores personalíssimos. De modo que é incompatível com a idéia de dano ao meio ambiente o dano moral.”

## **NOTÍCIA DO SITE CORRESPONDENTE**

**18/05/2006 - 18h15**

### **Dano moral deve se referir a uma única vítima, não à coletividade**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhece a possibilidade de dano ambiental ou ecológico acarretar dano moral, mas não admite que tal dano se refira a mais de uma pessoa. O entendimento da maioria dos ministros é não ser possível admitir-se o dano moral coletivo. A questão foi discutida em um recurso do Ministério Público de Minas Gerais (MP) contra o município de Uberlândia e contra a empresa Empreendimentos Imobiliários. O MP mineiro havia entrado com uma ação civil pública tentando paralisar a implantação de um loteamento e buscando reparação por danos causados ao meio ambiente, afora indenização em dinheiro a título de danos morais. Como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais excluiu a indenização por danos morais fixada pela sentença em R\$ 50.000,00 para cada réu, o MP fez chegar o caso à análise do STJ. O entendimento do TJ foi que "dano moral é todo sofrimento causado ao indivíduo em decorrência de qualquer agressão aos atributos da personalidade ou a seus valores pessoais, portanto de caráter individual, inexistindo qualquer previsão de que a coletividade possa ser sujeito passivo do dano moral". No recurso especial, o Ministério Público sustenta que o artigo 1º da Lei n. 7.347/85 prevê a possibilidade de que a coletividade seja sujeito passivo de dano moral. Argumenta a entidade que, sendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado difuso e pertencente à coletividade de maneira autônoma e indivisível, sua lesão "atinge concomitantemente a pessoa no seu status de indivíduo relativamente à quota-parte de cada um e, de forma mais ampla, toda a coletividade". Segunda ainda o MP, o TJ reconheceu expressamente a ocorrência do dano ambiental, razão pela qual, acredita, não poderia negar o pedido de

indenização por dano moral coletivo. O pedido é no sentido de ser restabelecida a decisão de primeiro grau, elevando-se o valor da indenização a título de dano moral coletivo para a importância de R\$ 250 mil para cada recorrido. O relator do recurso, ministro Luiz Fux, deu provimento ao recurso especial. No seu entender, o meio ambiente tem, atualmente, valor inestimável para a humanidade, tendo por isso alcançado a eminência de garantia constitucional. O relator compreende que a nova redação dada à Constituição Federal quanto à proteção ao dano moral possibilitou ultrapassar a barreira do indivíduo para abranger o dano extrapatrimonial à pessoa jurídica e à coletividade. Assim, restabelecia a sentença, inclusive quanto ao valor da indenização. O entendimento que prevaleceu na Turma, contudo, foi o do ministro Teori Albino Zavascki. Para ele, o dano ambiental ou ecológico pode, em tese, acarretar também dano moral. "Todavia, a vítima do dano moral é, necessariamente, uma pessoa. Não parece ser compatível com o dano moral a idéia da "transindividualidade" (= da indeterminabilidade do sujeito passivo e da indivisibilidade da ofensa e da reparação) da lesão", afirma. Citando a doutrina, o ministro explica que o dano moral envolve, necessariamente, dor, sentimento, lesão psíquica. "Ao contrário, portanto, do que afirma o recorrente (o MP) segundo o qual o reconhecimento da ocorrência de dano ambiental implicaria necessariamente o reconhecimento do dano moral, é perfeitamente viável a tutela do bem jurídico salvaguardado pela Constituição (meio ambiente ecologicamente equilibrado), tal como realizada nesta ação civil pública, mediante a determinação de providências que assegurem a restauração do ecossistema degradado, sem qualquer referência a um dano moral", assevera. Além disso, o MP não indicou no que consistiria o alegado dano moral (pessoas afetadas, bens jurídico lesados, etc.) "Ora, nem toda conduta ilícita importa em dano moral, nem, como bem observou o acórdão recorrido, se pode interpretar o artigo 1º da Lei da Ação Civil Pública de modo a tornar o dano moral indenizável em todas as hipóteses descritas nos incisos I a V do artigo 1º da referida lei", conclui.

A saúde é um direito garantido pela Constituição. Mas na prática o sistema público não consegue atender a todos que precisam de medicamentos. E muitas vezes o cidadão tem que recorrer à Justiça para receber tratamento. Veja como o Superior Tribunal de Justiça decidiu o caso de um paciente do Rio de Janeiro.

### **Off1**

De acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, os problemas renais atingem mais de 1 milhão de brasileiros, mas 70% não sabem disso. Grande parte dessas doenças são detectadas na fase mais grave, quando o paciente já sofre de insuficiência renal crônica e pode necessitar de sessões de diálise, ou, até mesmo, de transplante de rim para sobreviver.

### **Passagem**

Um doente renal crônico do Rio de Janeiro recorreu à Justiça. Ele queria que o governo arcasse com os medicamentos para o tratamento da sua doença, mas não definiu quais seriam os remédios. Mesmo assim, o Tribunal de Justiça do Rio reconheceu a responsabilidade do estado e do município para fornecer os medicamentos. Além disso, condenou o Estado do Rio a pagar os honorários dos advogados do paciente.

### **Off2**

O Superior Tribunal de Justiça concordou com parte da decisão. Para o relator do processo, ministro João Otávio de Noronha, os remédios, ainda que não definidos, são de fácil determinação. Só que não cabe ao Estado pagar o trabalho dos advogados porque o paciente foi representado pela Defensoria Pública.

### **Sonora de ministro do STJ**

“Nós temos que assegurar o direito do cidadão a ter saúde, conforme a Constituição assegurou. Então, no caso, o fato de especificar ou não especificar, para mim, é um detalhe. O importante é que se concedam todos equipamentos, todos medicamentos necessários, para que o jurisdicionado, para que o cidadão possa manter a sua qualidade de vida. Eu não acredito que a burocracia, eu não acredito que as formalidades possam se sobrepor a um bem indisponível que é a vida.”

**Off3**

Assim, a Segunda Turma decidiu que o doente tem direito de receber os medicamentos, ainda que eles não tenham sido discriminados no recurso.

**NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE****03/03/2006 - 18h38****Falta de definir medicamentos não invalida condenação do Estado em arcar com tratamento**

A sentença que condenou o Estado do Rio de Janeiro a custear medicamentos a um doente renal crônico sem definir quais remédios serão utilizados não é incerta. Baseada em voto do ministro João Otávio de Noronha, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) atendeu em parte a recurso especial pelo qual o Estado pretendia o reconhecimento de que o pedido feito pelo paciente era genérico, o que contrariaria o Código de Processo Civil. De acordo com o relator do recurso, a falta da discriminação dos medicamentos necessários ao longo do tratamento não caracteriza incerteza da condenação. O ministro João Otávio de Noronha destacou que, ainda que a sentença não tenha definido os remédios, estes podem ser "plenamente determináveis". A decisão que o Estado do Rio de Janeiro contestava ordenou o fornecimento dos medicamentos pedidos e dos que se façam necessários, segundo prescrição médica expressa, para o combate à insuficiência renal. A Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ) havia reconhecido a responsabilidade solidária entre o estado e o município para arcarem com a condenação, já que têm o dever de contribuir para a preservação da saúde dos cidadãos e não podem se recusar a fornecer os remédios necessários à sobrevivência dos hipossuficientes que não têm condições de adquiri-los. A decisão também condenou o Estado ao pagamento dos honorários dos advogados da parte vencedora/autora (o doente) que, no caso, foi representado pela Defensoria Pública do estado. Quanto a isso, o Estado do Rio de Janeiro também recorreu ao STJ e, neste ponto, foi atendido. O ministro João Otávio de Noronha destacou que o Estado não paga honorários advocatícios nas ações em que a parte

contrária for representada pela Defensoria Pública, já que é um órgão do estado e não tem personalidade jurídica própria. A situação caracteriza o "instituto da confusão" (artigo 318 do Código Civil atual), pelo qual se extingue a obrigação na hipótese em que se confundam, na mesma pessoa, a qualidade de credor e devedor.

## **VT-Juros Abusivos – 01/03/2006**

### **CABEÇA**

Vale o que está no contrato. O limite de 12% ao ano para taxa de juros estabelecido pela Constituição nunca foi regulamentado. Na prática a lei hoje permite a capitalização de juros. Veja como o STJ decidiu a disputa entre o Itaú e uma correntista.

### **Off1**

Há cinco anos o Supremo trabalha para responder: o Código de Defesa do Consumidor se aplica a operações bancárias? Enquanto a palavra final não vem, tribunais de todo país decidem sobre o uso do CDC em disputas entre clientes e instituições. Os casos mais comuns são questionamentos sobre a cobrança de juros acima dos 12% ao ano definidos pela Constituição.

### **Sonora de ministro do STJ**

“Enquanto a Constituição dizia: o Congresso teria que regulamentar através de uma lei. Como isso não aconteceu, é ... a matéria parece que voltou à estaca zero.”

### **Passagem**

O STJ acaba de julgar um recurso do Itaú. O banco teve o pedido de revisão de contrato negado pelo TJ gaúcho com base no Código de Defesa do Consumidor. Aqui, no Superior Tribunal, os ministros destacaram: a taxa deve respeitar a média do mercado apurada pelo Banco Central e o percentual previsto no contrato. E



afastaram a limitação de 12% ao ano. O STJ negou o pedido do banco de incluir o nome da devedora no cadastro de inadimplentes.

### **Volta sonora de ministro do STJ**

“Enquanto discute esse contrato, não pode o credor lançar o seu nome, então, nos bancos de dados como devedor inadimplente.”

### **Off2**

De acordo com o relator, a capitalização dos juros é possível quando acertada entre as partes e desde que haja legislação específica para autorizar.

### **Volta sonora de ministro do STJ**

“Nós tínhamos já, em anos anteriores, pelo menos três leis que, em determinado tipo de contrato, autorizavam a capitalização mensal de juros. Agora, através de uma medida provisória, 1.963, se não me falha a memória, de março de 2000, a partir dessa medida provisória nós tivemos uma cadeia de medidas provisórias repristinando-a e, com base nisso, hoje, praticamente, é possível admitir-se a capitalização mensal de juros desde, porém, que esteja contratada entre as partes.”

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**24/02/2006 - 19h57**

### **Afastada abusividade de taxa acima de 12%**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afasta limitação de 12% ao ano da taxa de juros remuneratórios em contratos bancários. A decisão, tomada em um recurso do Banco Itaú S/A contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), permite a capitalização mensal, mas veda a inscrição do nome do devedor em cadastros de inadimplentes. A Turma destacou que a taxa será a média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, desde que limitada ao percentual do contrato, não se permitindo cumulação com juros remuneratórios ou moratórios, correção monetária ou multa contratual, em consonância com os precedentes do STJ sobre a matéria. No caso, o Itaú ingressou com uma ação

revisional de contrato bancário contra Loni Guedes dos Santos para discutir os encargos pactuados. O TJ/RS desproveu o pedido sustentando ser nula a taxa de juros remuneratórios em percentual superior a 12% ao ano porque acarreta excessiva onerosidade ao devedor em desproporção à vantagem obtida pela instituição credora, por aplicação do artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor. O Tribunal salientou ainda que a capitalização dos juros é vedada em contratos em espécie, por ausência de permissão legal, ainda que expressamente convencionado. Como os embargos de declaração não foram acolhidos, o Itaú recorreu da decisão no STJ. Para tanto defendeu a não-limitação dos juros remuneratórios, bem como sua capitalização em periodicidade mensal, a legalidade da cobrança da comissão de permanência, a manutenção da taxa de 1% ao mês a título de juros de mora e a validade da cláusula-mandato. Além disso, sustentou a possibilidade da inscrição do nome de Loni nos cadastros restritivos de crédito, a impossibilidade da compensação com restituição simples do indébito, bem como a caracterização da mora do devedor. Por fim, pediu a vedação do depósito de valores em juízo, por serem inferiores ao contratado. Em sua decisão, a Terceira Turma destacou que o fato das taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si só, não implica abusividade. Impõe-se sua redução, tão-somente, quando comprovadas discrepâncias em relação à taxa de mercado, após vencida a obrigação. A Turma sustentou, ainda, que, para pedir o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito, é indispensável que o devedor demonstre a existência de prova inequívoca do seu direito. O ministro Castro Filho, relator do caso, salientou que "a capitalização dos juros é possível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial, bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória 1.963-17".

**VT-Multas/Anulação (Radar) – 10/08/2006****CABEÇA**

A decisão do STJ que beneficiou uma motorista de Brasília multada por excesso de velocidade não se estende para outros infratores, apenas reforça uma tendência para aqueles que decidirem entrar na Justiça.

**Off1**

Ana Maria Arsky conseguiu a anulação de multas de trânsito por excesso de velocidade, registradas entre maio e outubro de 2002.

**Sonora de arquiteta (não transcrita)****Off2**

Ana Maria perdeu em primeira e segunda instâncias. Mas o Superior Tribunal de Justiça entendeu: no período de maio a outubro, o uso de equipamentos eletrônicos para multar condutores não estava regulamentado.

**Sonora de ministro do STJ**

“O artigo 280 do Código Tributário Nacional exige, para que a multa por radar possa se aplicar, que exista uma regulamentação pelos órgãos de trânsito, pelo Conselho Nacional de Trânsito. O que aconteceu? Em determinado período, exatamente em 2002, entre maio e outubro, foi revogada, em maio foi revogada a regulamentação desse dispositivo do Código Tributário, e só foi editado um novo no final de outubro. Então, neste período ficou sem vigência, sem eficácia o dispositivo do Código de Trânsito que exigia a regulamentação. Entre maio e outubro de 2002, as multas por pardais são nulas, são inválidas.”

**Passagem**

Ao contrário do que muitos entenderam, a decisão da Segunda Turma do STJ não beneficia a todos os condutores automaticamente. Apenas reforça uma tendência para aqueles multados por radar, no mesmo período e dispostos a enfrentar uma

batalha na Justiça. E, como cada caso é diferente, não há garantia alguma de decisão favorável.

### **Sonora de advogado (não transcrita)**

#### **Off 3**

O diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem reafirma: não há mágica para se livrar das multas. A melhor dica é a prudência.

### **Sonora de dir. geral DER-DF (não transcrita)**

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**07/08/2006 - 20h06**

### **Multa de trânsito anulada por falta de regulamentação**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que são inválidas as multas de trânsito expedidas por radares ou outros aparelhos eletrônicos entre maio e outubro de 2002. O ministro João Otávio de Noronha, relator do recurso, entendeu que, nesse período, não havia a necessária regulamentação no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), tornando-o inaplicável. A arquiteta Ana Maria Keating da Costa Arsky acionou o Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal (DER-DF) pretendendo anular multas de trânsito por excesso de velocidade. O CTB condicionou a aplicação da norma à expedição de regulamentação pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), ou seja, para que a infração de trânsito emitida por aparelho eletrônico seja válida, é necessário que haja uma norma anterior. Até maio de 2002, estava em vigor a Resolução nº. 131/2002, que regulava a matéria em debate. Porém a deliberação nº. 34, de 10/5/2002, revogou a referida resolução e, apenas em outubro de 2002, foi editada a Resolução nº 140, que trouxe novamente a necessária regulamentação do artigo 280 do CTB. Dessa forma, não são válidas as infrações expedidas por radares ou outros aparelhos eletrônicos nesse intervalo de tempo em que não havia regulamentação do CTB, devendo ser anuladas por não estarem dentro dos parâmetros legais. As demais autuações, porém, são válidas. Citando decisão relatada pela ministra Eliana Calmon, afirma o voto do ministro João

Otávio de Noronha que "o Código de Trânsito, ao autorizar a utilização de aparelho eletrônico ou equipamento áudio-visual na aferição de infração de trânsito, subordinou a aplicação à existência de regulamentação pelo Contran". A decisão da Turma foi unânime.

#### **VT-Supletivo/Decisão – 12/09/2006**

### **CABEÇA**

Os alunos que fazem supletivo na Bahia têm assegurado o direito a fazer provas sem pagar nada. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça confirmou a norma do Conselho Estadual de Educação que instituiu a gratuidade e restringiu ao poder público o direito de aplicação dos exames.

#### **Off1**

Quem não teve a oportunidade de estudar na infância pode voltar à sala de aula e recuperar o tempo perdido. Para isso, existe a educação de jovens e adultos, os conhecidos supletivos. Eles oferecem a chance de terminar os ensinos fundamental e médio com rapidez.

#### **Sonora de dir. supletivo (não transcrita)**

#### **Off2**

Os alunos que procuram esse tipo de ensino enfrentam dificuldades, como ter que trabalhar de dia e estudar à noite. Segundo dados do governo, apenas trinta por cento dos adultos conseguem concluir os cursos. Entre as barreiras para os que fazem supletivo particular, está o custo. Além das mensalidades, muitas instituições cobram pela aplicação das provas de conclusão de matérias.

### **Passagem**

O Conselho de Educação da Bahia determinou que os cursos poderiam ser cobrados. Mas os exames não. Um supletivo recorreu a Justiça para manter o pagamento pelos testes. A disputa chegou aqui ao Superior Tribunal de Justiça. Os

ministros decidiram: vale a norma que estabeleceu a gratuidade das provas e determinou que elas sejam aplicadas exclusivamente pelo poder público.

### **Sonora de ministro do STJ**

“O serviço de educação é um serviço público, embora não exclusivo do Estado. Portanto ele pode ser delegado também a entidade privada, que todavia tem limites. E os limites são estes: observância das normas sobre educação, normas gerais sobre educação e exercício pelo Estado do controle de qualidade.”

### **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**05/09/2006 - 07h00**

#### **Exames de ensino supletivo devem ser gratuitos e realizados pelo poder público**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou decisão da Justiça baiana que entendeu ser legal a norma do Conselho Estadual de Educação a qual impôs a gratuidade das avaliações supletivas e vedou a realização das provas pelos cursos supletivos. Baseado em voto do ministro Teori Albino Zavascki, foi negado um recurso em mandado de segurança apresentado pelo Colégio e Curso Phoenix, de Salvador (BA). De acordo com o ministro Teori Zavascki, a Resolução 138/2001 do Conselho Estadual de Educação é compatível com os princípios constitucionais da educação, já que a norma determina sejam os exames supletivos submetidos a controle do estado ou de entidades credenciadas, em regime de gratuidade, sem, no entanto, proibir a prestação particular do ensino supletivo. Inicialmente, o colégio ingressou com mandado de segurança no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ/BA), alegando que a edição da resolução “proibiu a cobrança de preços justos em contraprestação aos serviços educacionais” oferecidos a jovens e adultos (supletivo). Os desembargadores não atenderam ao pedido, e o colégio recorreu ao STJ, acrescentando ainda que a resolução produziria, “de imediato, efeitos lesivos” à empresa, na qualidade de sociedade comercial protegida pelo princípio constitucional da livre iniciativa. O relator do recurso, ministro Luiz Fux, votou para que se acolhesse o recurso, concedendo o mandado de segurança. O ministro entendeu que a resolução do Conselho

consistiria uma intervenção estatal no domínio econômico, violando a livre iniciativa. Porém os ministros José Delgado e Denise Arruda seguiram o voto do ministro Teori, negando o recurso. O ministro Teori Zavascki também destacou que, tratando-se de atividade relacionada a ensino e educação, o princípio da livre iniciativa está sujeito a limitações impostas pela Constituição, segundo a qual a educação é dever do estado, portanto deve ser um serviço público, ainda que sem exclusividade do Estado, mas submetida ao controle deste. O ministro conclui que a resolução apenas estabelece condições mínimas de aferição do resultado do ensino supletivo.

#### **VT-Escuta/Telefônica – 18/04/2006**

#### **CABEÇA**

Nem sempre é preciso autorização da Justiça para usar uma gravação como prova. Veja a decisão do STJ no caso de um advogado suspeito de extorquir uma cliente.

#### **Off1**

A conversa gravada por um dos participantes pode ser usada como prova. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que negou recurso a um advogado. O profissional acusado de tráfico de influência tentava mostrar a ilegalidade de uma gravação usada na Justiça contra ele.

#### **Passagem**

No material feito por uma cliente, o advogado pede três mil reais para pagamento de propina à polícia. A mulher estaria supostamente sendo extorquida pelo defensor. Com base na Constituição, o relator do caso no STJ declarou: a gravação de uma conversa pelo próprio participante não exige autorização judicial. O ministro Arnaldo Esteves Lima destacou: o entendimento já está pacificado até no Supremo Tribunal Federal.

### **Sonora de ministro do STJ**

“Ao vivo ou ao telefone, desde que a gravação seja da participação do próprio interlocutor, não há ilegalidade, em princípio essa prova é válida. Por quê? Porque não houve clandestinidade, aí ele gravou sua própria participação.”

### **Off2**

O advogado também questionou a legitimidade do Ministério Público para conduzir a investigação contra ele. E apontou problemas no laudo de degravação.

### **Volta sonora de ministro do STJ**

“O Ministério Público pode fazer a investigação, ele não pode presidir o inquérito e está dentro da sua competência constitucional, foi o que ocorreu. Com relação à degravação, essa matéria não foi apreciada porque... é pela Turma desse habeas-corpus... porque se tratava de exame, digamos assim, mais aprofundado da prova, o que não é feito, normalmente, na ação de habeas-corpus.”

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**11/04/2006 - 19h15**

### **Gravação de conversa por interlocutor não leva à ilegalidade da prova**

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de habeas-corpus em favor de advogado acusado de tráfico de influência que alegava ser ilegal a prova baseada em gravação de conversa feita pelo interlocutor. A defesa também alegou que o Ministério Público não poderia conduzir a investigação criminal e que houve vício no laudo de degravação. "A gravação, pela própria interlocutora, de conversa ambiental, no caso, ocorrida entre o paciente, na qualidade de advogado, e sua cliente, que supostamente estava sendo extorquida sob a alegação de que os R\$ 3 mil destinavam-se ao pagamento de propina a delegados de polícia, não exige autorização judicial, conforme se depreende da leitura [...] da Constituição Federal", assinalou o ministro Arnaldo Esteves Lima. A jurisprudência uníssona do Supremo



Tribunal Federal (STF) reitera, de acordo com o ministro, tal entendimento. O relator também afirmou que a jurisprudência do STJ está assentada no sentido de reconhecer a legitimidade do MP para a condução de investigações, decorrente de expressa previsão constitucional e devida regulamentação na Lei Complementar 75/1993. Quanto à alegação de vício no laudo de degravação decorrente de cortes na conversa, o ministro Arnaldo Esteves considerou não ser possível apreciá-la por exigir avaliação de provas, o que não é possível no âmbito do habeas-corpus. Eventual ilegalidade deve ser argüida e analisada no decorrer da instrução criminal, completou o relator.

#### **VT-HC/Engenheiros – 18/05/2006**

#### **CABEÇA**

O STJ anulou a sentença que condenou dois engenheiros pelo desabamento de um edifício no interior de São Paulo. A decisão foi baseada numa nova lei penal mais benéfica aos réus.

#### **Off1**

Como regra geral, a lei deve ser aplicada enquanto está em vigor. Por exemplo, as relações jurídicas de um contrato de compra e venda fechado em 2001 estão sujeitas às normas do Código Civil antigo, já que o novo passou a valer em janeiro de 2003. Em matéria criminal, essa regra também é válida. Mas existem exceções. A Constituição deixa claro que a aplicação da lei penal pode voltar para favorecer o réu; sendo que a norma mais benéfica prevalece sobre a mais severa. Essa interpretação foi usada pela Quinta Turma do STJ para anular uma decisão da primeira instância.

#### **Passagem**

Um edifício de 17 andares em São José do Rio Preto, São Paulo, desabou em outubro de 1997. Quatro dos cinco engenheiros responsáveis pela construção foram condenados na primeira instância à pena máxima de um ano e meio de prisão. Eles recorreram ao Tribunal de Justiça do Estado pedindo a anulação da sentença. Mas

não conseguiram reverter a decisão porque o TJ entendeu que o pedido foi feito fora do prazo de contestação. Dois engenheiros entraram com um habeas corpus no STJ.

### **Off2**

O relator, ministro Arnaldo Esteves, deu razão ao pedido dos profissionais.

### **Sonora de ministro do STJ**

“Sobreveio a lei que criou o Juizado Especial Federal antes da prolação desta sentença e elevou o crime de menor potencial ofensivo para aquele cuja pena seja de no máximo dois anos. Como a pena, no caso, está abaixo desse patamar, a pena prevista para o crime de desabamento, eles teriam direito à transação penal.”

### **Off3**

Os responsáveis por esses crimes não ficam presos: cumprem penas alternativas. A Quinta Turma concordou com a anulação da sentença que condenou os engenheiros pelo desabamento não intencional do prédio. Eles foram beneficiados porque se encaixaram no novo prazo.

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**09/05/2006 - 20h06**

### **STJ concede habeas-corpus para engenheiros de edifício que desabou**

A entrada em vigor de lei penal mais benéfica permite a anulação da sentença que condenou engenheiros pelo desabamento culposo de um edifício de 17 andares no interior de São Paulo. Habeas-corpus concedido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina que seja verificada a incidência das regras pertinentes às infrações penais de menor potencial ofensivo dispostas na lei nova. O entendimento da Turma é que, tratando-se de lei penal mais benéfica, de natureza jurídica de direito material ou mista, que possibilita aos pacientes a oportunidade de se beneficiar dos institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9.099/95, ela deve ser aplicada aos fatos praticados anteriormente à sua entrada em vigor, conforme

determinam os artigos 5º, inciso XL, da Constituição Federal e 2º, parágrafo único, do Código Penal. O habeas-corpus foi impetrado em favor de Rui Carlos Giorgi e Nicanor Batista Junior, ambos condenados à pena de um ano e meio de detenção pela prática de desabamento ou desmoronamento delito tipificado no artigo 256, parágrafo único, do Código Penal. Isso combinado com o artigo 258, o qual dispõe que, "se do crime doloso de perigo comum resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, é aplicada em dobro. No caso de culpa, se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo, aumentada de um terço". O Código Penal prevê pena máxima de um ano e meio de detenção para esses casos. A defesa buscou com o habeas-corpus reverter decisão da 11ª Câmara do extinto Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, que não conheceu do pedido de incidência da Lei n. 10.259/01. O tribunal paulista entendeu que a matéria estaria preclusa, por ter sido apresentada após o decurso do prazo para oferecimento das razões recursais. No caso, quatro dos cinco engenheiros responsáveis pela construção do Edifício Itália, que compunha o condomínio Itália, Portugal e Espanha, em São José do Rio Preto, foram condenados a um ano e meio de detenção em regime aberto pelo desabamento culposo (qualificado pelo resultado) do prédio de 17 andares em outubro de 1997. Eles entraram no tribunal paulista com habeas-corpus, no qual, dentre outros pedidos, estava a anulação da sentença que condenou os engenheiros Valter José Frederico, responsável pelo projeto do edifício; Nicanor Batista Junior, vice-presidente da Sociedade dos Engenheiros de São José do Rio Preto (atual secretário municipal de Trânsito e Transporte); Ney Maciel Garcia, responsável pela execução da obra, e Rui Carlos Giorgi, que assinou os cálculos estruturais. Como não tiveram sucesso, entraram como novo habeas-corpus, dessa vez no STJ, apresentando os mesmos fundamentos. O relator do pedido, ministro Arnaldo Esteves Lima, deferiu o pedido. Para ele, o parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 10.259/2001 ampliou o rol dos delitos de menor potencial ofensivo, elevando o teto da pena máxima abstratamente cominada ao delito para dois anos, sendo omissa em relação a possíveis exceções, estendendo mais ainda o conceito de infração de menor potencial ofensivo. O relator explica que, no caso, os engenheiros foram condenados pelo desabamento e desmoronamento do edifício, cuja pena máxima

prevista é de um ano e seis meses de detenção, incluindo-se, portanto, no conceito de menor potencial ofensivo conforme dispõe a Lei n. 10.259/2001.

#### **VT-McDonald's/Aluguel – 10/04/2006**

### **CABEÇA**

O STJ julgou dois recursos apresentados pelo McDonald's que tentava permanecer em uma loja alugada no centro do Rio de Janeiro. A discussão jurídica envolve a empresa, a Fundação Petrobrás, primeira proprietária e a empreendedora que comprou o imóvel da Petros durante o processo.

#### **Off1**

Uma das lojas da rede McDonald's vem tentando se manter num imóvel alugado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social, a Petros. Como locatário e locador não chegaram a um acordo, entraram na Justiça. O McDonald's para renovar o contrato de aluguel. A Petros pedindo a retomada do imóvel para realizar obras.

### **Passagem**

A ação da Petros foi concedida. Já a do McDonald's foi negada pela primeira instância. A loja recorreu, mas o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou. O TJ acatou o resultado da perícia que comprovou a necessidade de realização das obras, o que aumentaria o valor do imóvel. Foi aí que o McDonald's recorreu ao Superior Tribunal de Justiça.

#### **Off2**

O recurso alegava suposta omissão do TJ carioca, que não se manifestou sobre a possibilidade de fazer uma nova perícia. O relator, ministro Hamilton Carvalhido, entendeu que o Tribunal não foi omisso, apenas considerou suficiente a prova realizada.

### **Sonora de ministro do STJ**

“O McDonald’s que não se conformava com a decisão. Fundada essencialmente, eu diria, em que a prova, notadamente a pericial, não se mostrava bastante para eu autorizar aquela decisão. Não tinha razão no meu voto. E a Turma acompanhou o meu voto, a decisão foi unânime e se negou provimento ao recurso especial.”

### **Off3**

Mas, enquanto o caso estava sendo analisado pelo STJ, o imóvel foi vendido para a Serrador Rio Empreendimentos, que entrou com uma ação de despejo contra o McDonald's. A nova proprietária queria a saída imediata, apesar de ter sido acertada a liberação do imóvel ao fim do contrato com a Petros. O que foi negado pelo STJ.

### **Volta sonora de ministro do STJ**

“Se se permitisse a denúncia vazia, se deixaria, se livraria, ou se libertaria, se desoneraria o retomante desse encargo de respeitar e de cumprir os motivos, ou os encargos, os ônus que ele assumiu ao obter a rescisão.”

## **NOTÍCIA DO SITE - CORRESPONDENTE**

**06/04/2006 - 20h16**

### **Mantida decisão que determina retomada do imóvel alugado pelo McDonald's**

A discussão jurídica em torno da permanência do McDonald's em imóvel do Edifício Serrador, na rua Senador Dantas, centro do Rio de Janeiro (RJ), chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Sexta Turma julgou dois recursos apresentados pela empresa, que tenta permanecer no imóvel, apesar das ações de retomada e despejo movidas pela antiga proprietária, a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), e a Serrador Rio Empreendimentos e Participações, que adquiriu o imóvel. Consta dos processos que a intenção da Serrador é "unir prédios contíguos tornando-os uma só unidade e transformando-os em apart-hotel e escritórios executivos". A defesa da Serrador afirma que, com a permanência do McDonald's no imóvel, seu prejuízo diário alcançaria R\$ 100 mil em função de não poder colocar o

hotel em funcionamento. O relator dos recursos, ministro Hamilton Carvalhido, afirmou que a retomada do imóvel está consumada. Ele atendeu em parte a reivindicação do McDonald's quanto à periodicidade no reajuste do contrato de aluguel do imóvel locado, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2000, até a data do término da última renovação determinada em juízo. No mais, a Sexta Turma manteve a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ) que confirmou a necessidade da retomada para obras no prédio. A decisão foi confirmada durante o julgamento de embargos de declaração. Renovatória versus retomada Em julho de 1999, o McDonald's ajuizou ação renovatória contra a Petros. A ação renovatória é cabível quando locador e locatário não chegam a um acordo para renovação do contrato. Visa a garantir judicialmente a continuidade do empresário/locatário no imóvel em que ele formou um ponto de negócio, inclusive fazendo investimentos. A Petros, por sua vez, formulou pedido de retomada do imóvel para a realização de obras de restauração e remodelagem interna do edifício. Em primeira instância, foi negado o pedido de renovação do McDonald's e julgado procedente o pedido de retomada da fundação. A empresa apelou, mas a decisão foi mantida pela Segunda Câmara Cível do TJ/RJ. O acórdão, uma decisão colegiada, entendeu que a perícia havia comprovado a necessidade de ser retomada a loja para prosseguimento das obras que haviam sido aprovadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O TJ/RJ convenceu-se de que as alterações pretendidas aumentariam o valor do imóvel em cerca de 70%. Assim, a ação renovatória foi novamente negada. Contra esta decisão, o McDonald's ingressou com recurso junto ao STJ (REsp 642.794). O recurso contestou a suposta omissão do TJ/RJ, que não teria se manifestado sobre a possibilidade de se realizar nova perícia. O relator, ministro Hamilton Carvalhido, entendeu que o Tribunal não foi omissor, pelo contrário, considerou suficiente a prova produzida e desnecessária nova perícia. A decisão foi unânime. Ação de despejo A decisão do TJ/RJ que atendeu ao pedido de retomada do imóvel e rescindiu o contrato de locação é de novembro de 2003. Dessa decisão ainda estava pendente de julgamento do recurso especial no STJ. Nesse ínterim, a Serrador Rio Empreendimentos, que havia adquirido o imóvel locado pela Petros, ajuizou ação de despejo por denúncia vazia. A denúncia vazia é a possibilidade de rescindir a locação sem a obrigação de demonstrar a razão ou a necessidade da retomada do imóvel. O artigo 8º da Lei n.

8.245/91 diz que, "se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, (...) salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel". Em primeira instância, o processo movido pela Serrador foi extinto por "carência de ação", isto é, por faltar ao autor interesse processual para a rescisão do contrato, por este já ter sido rescindido na ação que discutiu a retomada. Ao julgar a apelação, a Oitava Câmara Cível do TJ/RJ foi favorável à Serrador, porque entendeu que a rescisão não teria ocorrido ainda. Concluiu que, no contrato de locação, a cláusula de vigência não estava averbada no Registro Geral de Imóveis, o que deveria ser providenciado pelo McDonald's. A decisão afastou a pretensão da defesa do McDonald's de que a cláusula de compra e venda, que deu ciência à compradora da existência de ação renovatória, pudesse suprir a exigência do registro. Foi então que o McDonald's recorreu novamente ao STJ (REsp 798.889), alegando já estar a rescisão do contrato sendo discutida em juízo, por meio da ação renovatória proposta pela empresa contra a antiga proprietária do imóvel, a Petros. Foi nesse aspecto que o relator do recurso, ministro Hamilton Carvalhido, atendeu ao McDonald's, reconhecendo a violação do artigo 267 do Código de Processo Civil. De acordo com o relator, existindo demanda (ação) anterior na qual foi exercido e atendido o direito de retomada do imóvel, não é possível o despejo baseado em denúncia vazia de quem adquiriu o imóvel locado. Ainda que tenha havido sucessão da Petros para a Serrador na relação jurídica com o McDonald's, o novo proprietário não pode pretender rescindir o contrato já rescindido, uma vez existir a retomada do imóvel, mesmo que esteja pendente recurso. Por isso, destacou o ministro Carvalhido, é preciso reconhecer a "falta da necessidade e da utilidade" da pretendida ação de despejo, porque a retomada já foi obtida. A Sexta Turma acompanhou o posicionamento do relator.